

# Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado

2018

# Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado

## **Nossa Missão:**

Fornecer soluções de telecomunicações seguras e com qualidade para o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais.

## **Nossa Visão:**

Ser referência em tecnologias inovadoras para unir pessoas, disseminar o conhecimento e reduzir desigualdades, objetivando o melhor desempenho das políticas públicas.

## Lista de Siglas

<b>AGE</b>	Assembleia Geral Extraordinária
<b>AGO</b>	Assembleia Geral Ordinária
<b>COPE</b>	Centro de Operações Espaciais
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários
<b>EA</b>	Estações de Acesso
<b>EGT</b>	Especialista em Gestão de Telecomunicações
<b>E-SIC</b>	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação aos Cidadãos
<b>ETIR</b>	Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais
<b>FINEP</b>	Financiadora de Inovação e Pesquisa
<b>IG-Sest</b>	Índice de Governança da Sest.
<b>LAI</b>	Lei de Acesso à Informação
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>MPT</b>	Ministério Público do Trabalho
<b>NBC</b>	Normas Brasileiras de Contabilidade
<b>OI</b>	Orçamento de Investimento
<b>OPEX</b>	Operational Expenditure
<b>PAINT</b>	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
<b>PCCS</b>	Plano de Classificação de Cargos e Salários
<b>PCR</b>	Plano de Carreira e Remuneração
<b>PDG</b>	Programa de Dispêndios Globais
<b>PDTI</b>	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
<b>PETI</b>	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
<b>PNBL</b>	Programa Nacional de Banda Larga
<b>Projurid</b>	Sistema de Acompanhamento de Processos Jurídicos
<b>PTT</b>	Ponto de Troca de Tráfego – (IX – <i>Internet Exchange</i> )
<b>RAINT</b>	Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna
<b>SAD</b>	Sistema de Avaliação de Desempenho
<b>SAP</b>	Sistema de Gestão Integrado
<b>SEST</b>	Secretaria de Coordenação e Governança de Empresas Estatais
<b>SGDC</b>	Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas
<b>SIEST</b>	Sistema de Informação das Estatais
<b>TB</b>	Telebras
<b>TI</b>	Tecnologia da Informação
<b>TIC</b>	Tecnologia da Informação e Comunicação
<b>VPN</b>	Rede Privativa Virtual

## Lista de Tabelas, Quadros e Gráficos

TABELA 1 -	Quadro de totais de ações e acionistas.....	11
FIGURA 1 -	Rede Nacional de Banda Larga.....	12
FIGURA 2 -	Antena de Comunicação da Estação de Acesso .....	13
FIGURA 3 -	Componentes do sistema de comunicação via satélite.....	14
FIGURA 4 -	Cabo Submarino Brasil-Europa .....	15
TABELA 2 -	Proposição de Valor .....	16
FIGURA 5 -	Cadeia de Valor Telebras.....	18
FIGURA 6 -	Organograma da Telebras.....	19
FIGURA 7 -	Mapa Estratégico da Telebras .....	21
FIGURA 8 -	Diagrama de Cranfield .....	22
FIGURA 9 -	Arquitetura de Governança .....	23
FIGURA 10 -	Estrutura de Gestão de Riscos.....	29
FIGURA 11 -	Modelo de Gestão de Riscos.....	32
TABELA 3 -	Principais riscos à consecução dos Objetivos Estratégicos e medidas de mitigação .....	33
TABELA 4 -	Riscos e vinculação aos objetivos e desafios estratégicos.....	34
TABELA 5 -	Objetivos estratégicos e proposta de indicadores de desempenho.....	40
TABELA 6 -	Oportunidades e Ameaças Identificadas.....	41
TABELA 7 -	Execução Orçamentária com Base no PDG/2018 .....	45
TABELA 8 -	Orçamento de Investimento .....	45
TABELA 9 -	Orçamento de Investimento na Rede Nacional de Banda Larga por Região .....	46
TABELA 10 -	Quadro geral de depósitos judiciais .....	47
FIGURA 12 -	Quantitativo de atos observados pela Gestão de Pessoas .....	48
FIGURA 13 -	Empregados por faixa salarial .....	49
FIGURA 14 -	Representatividade dos Empregados.....	49
FIGURA 15 -	Empregados por Faixa Etária.....	49
FIGURA 16 -	Situação Funcional dos Empregados.....	49
FIGURA 17 -	Evolução do Quadro de Pessoal .....	49
FIGURA 18 -	Carreira dos Empregados .....	49
FIGURA 19 -	Área de Trabalho.....	50
FIGURA 20 -	Unidade de Serviço .....	50
FIGURA 21 -	Cargos Gerenciais.....	50
TABELA 11 -	Evolução da despesa de pessoal .....	51
TABELA 12 -	Escala Salarial PCR e PCCS .....	52
TABELA 13 -	Contratos de aquisição e serviços por modalidade .....	55
TABELA 14 -	Indicadores Financeiros .....	61
TABELA 15 -	Síntese do Balanço Patrimonial.....	62
TABELA 16 -	Demonstração do Resultado dos Exercícios.....	63
TABELA 17 -	Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações .....	64
TABELA 18 -	Resumo das Recomendações da Auditoria Interna.....	65

# Lista de Anexos e Apêndices

APÊNDICE I - Demonstrações Contábeis Anuais Completas .....	66
---	----

## Sumário

1.	Mensagem da Administração .....	8
2.	Visão Geral Organizacional .....	10
2.1.	O Negócio da Telebras .....	11
2.1.1.	Rede Nacional de Banda Larga .....	11
2.1.2.	Comunicação via satélite .....	12
2.1.3.	Cabo submarino Brasil-Europa .....	14
2.2.	Modelo de negócio e cadeia de valor .....	15
2.2.1.	Rede Nacional de Banda Larga .....	16
2.2.2.	Comunicação via satélite .....	17
2.2.3.	Cadeia de valor .....	17
2.3.	Participação em outras sociedades .....	18
2.3.1.	Visiona .....	18
2.3.2.	Cabos Submarinos .....	19
2.4.	Estrutura organizacional .....	19
3.	Planejamento Estratégico e Governança .....	21
3.1.	Objetivos estratégicos .....	21
3.1.1.	Mapa Estratégico .....	21
3.1.2.	Vinculação dos Projetos ao Mapa Estratégico .....	22
3.2.	Estruturas de governança .....	23
3.2.1.	Instâncias Internas de Governança .....	23
3.2.2.	Governança de empresas do conglomerado .....	25
3.2.3.	Ilícitos administrativos .....	25
3.3.	Carta anual de políticas públicas e governança corporativa .....	26
3.4.	Canais de comunicação com a sociedade .....	26
3.4.1.	Fale conosco .....	26
3.4.2.	Relações com Investidores .....	27
3.4.3.	Atendimento à Imprensa .....	27
3.4.4.	Acesso à Informação .....	27
3.4.5.	Serviço de Informação ao Cidadão .....	27
3.4.6.	Ouvidoria .....	28
3.4.7.	Comitê de Auditoria Estatutário .....	28
4.	Gestão de Riscos e Controles Internos .....	29
4.1.	Estrutura .....	29
4.2.	Linhas de defesa .....	30
4.3.	Modelo de gestão de riscos .....	31
4.3.1.	Classificação dos Riscos .....	32
4.4.	Principais riscos à consecução dos Objetivos Estratégicos e medidas de mitigação .....	32
4.5.	Riscos e sua vinculação aos objetivos e desafios estratégicos .....	34
4.6.	Ações trabalhistas .....	35
4.7.	Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais .....	36
5.	Resultados da Gestão .....	38
5.1.	Atendimento especial .....	39
5.2.	Metas não alcançadas e justificativas para os resultados .....	40
5.3.	Propostas de indicadores de desempenho .....	40
5.4.	Perspectivas para os próximos anos .....	41
5.4.1.	Ambiente Externo .....	41
5.4.2.	Mercado .....	42
5.4.3.	Econômico-Financeiro .....	43
5.4.4.	Gestão de Pessoas .....	43
6.	Alocação de recursos e áreas especiais de gestão .....	44
6.1.	Gestão orçamentária e financeira .....	44
6.1.1.	Depósitos Judiciais e Extrajudiciais .....	46
6.1.2.	Informações sobre indenizações no âmbito administrativo e judicial .....	47
6.2.	Gestão de pessoas .....	48
6.2.1.	Avaliação da força de trabalho .....	49
6.2.2.	Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas .....	50
6.2.3.	Detalhamento da despesa de pessoal .....	51

6.2.4.	Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia.....	51
6.2.5.	Tabela de Remuneração .....	51
6.2.6.	Capacitação: estratégia e números .....	52
6.2.7.	Principais desafios e ações futuras .....	53
6.2.8.	Remuneração da Alta Administração .....	53
6.2.9.	Participação nos resultados .....	54
6.3.	Gestão de contratos .....	54
6.4.	Gestão patrimonial e de infraestrutura .....	55
6.5.	Gestão da tecnologia da informação .....	56
6.5.1.	Iniciativas de Tecnologia da Informação.....	57
6.6.	Gestão de custos .....	58
6.7.	Sustentabilidade ambiental .....	58
7.	Demonstrações contábeis .....	60
7.1.	Opinião dos auditores externos.....	60
7.2.	Indicadores Financeiros .....	61
7.3.	Síntese do Balanço Patrimonial .....	62
7.4.	Demonstração de Resultados do Exercício .....	63
7.5.	Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização.....	64
7.6.	Notas explicativas .....	64
8.	Outras informações relevantes .....	65
8.1.	Materialidade das Informações .....	65
8.2.	Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	65
APÊNDICE I Demonstrações Contábeis Anuais Completas .....		66

# 1. Mensagem da Administração

A administração da **Telebras** apresenta a todo o povo brasileiro esta edição do Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado: um documento que tem o objetivo de melhorar a qualidade da informação no processo de prestação de contas através de uma abordagem mais coesa e eficiente e de apoiar a tomada de decisão.

Com a missão de fornecer soluções de telecomunicações seguras e com qualidade para o desenvolvimento nacional e a redução de desigualdades sociais, a **Telebras** prioriza a consolidação do sistema de acesso à Internet via satélite com cobertura em 100% do território nacional, a garantia de uma rota alternativa de tráfego direta entre o Brasil e a Europa e a operação dos mais de 26 mil km de nossa Rede Nacional de Banda Larga.

Buscamos a consecução de cada um de nossos objetivos estratégicos. Em especial, procuramos rentabilizar a Rede Nacional de Banda Larga e a Operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas. Essas principais ações possibilitarão obtermos Valor Econômico Adicionado Positivo, o lançamento de nosso segundo satélite e a conexão via cabo submarino entre Brasil e Europa.

Ao longo de 2018, presenciamos uma grande evolução na Governança Corporativa da companhia. Prova disso é a melhoria do desempenho apresentada pela **Telebras** no Indicador de Governança IG-Sest, da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais – SEST – do Ministério da Economia. Entre 2017 e 2018, a **Telebras** melhorou 300%, estando hoje no grupo das 30 estatais federais mais bem avaliadas do Brasil.

Alcançamos o número de 3.654 circuitos instalados e em operação: 111% a mais do que os 1.731 circuitos em operação registrados em 2017. São 195 provedores parceiros nas 27 unidades da Federação que atendem seus usuários por meio de nossa rede.

A Companhia soma um Patrimônio Líquido de R\$ 370 milhões. Sua Receita Operacional Líquida passou de R\$73 milhões, em 2017, para R\$199 milhões em 2018, o que representa um aumento de 172% em um ano.

Os números só não foram melhores porque a **Telebras** vivenciou embates judiciais relacionadas à parceria para prestação dos serviços de acesso à Internet via satélite, o que suspendeu a prestação de serviços. Todavia, conseguimos o reconhecimento legal da parceria e viabilizamos a operação comercial do acesso a

Internet. Desse modo, os serviços associados à comunicação e acesso à Internet via satélite serão prestados e faturados a partir de 2019.

Temos a certeza de que o caminho que escolhemos traçar trará resultados virtuosos aos nossos acionistas, empregados e a toda sociedade. Nosso principal desafio é alcançar a sustentabilidade econômica da Companhia atendendo as Políticas Públicas de Telecomunicações, em um cenário de queda de preços e aumento da demanda por Internet de alta velocidade. Temos a convicção de que, em plena era da “sociedade do conhecimento”, promover o compartilhamento da informação através de serviços de telecomunicações em nosso imenso território é uma das melhores iniciativas para alcançarmos o desenvolvimento nacional e reduzirmos as desigualdades regionais de nosso País.



Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior  
**Presidente da Telebras**

## 2. Visão Geral Organizacional

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – **Telebras**, é uma Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, sendo um dos principais atores governamentais na implementação das Políticas Públicas de Telecomunicações.

A Companhia foi constituída em novembro de 1972, de acordo com a Lei nº 5.792/1972 e possui autorização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia.

A sede da empresa está localizada no Setor de Indústrias Gráficas - SIG - Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175 - Bloco A, Salas 211 a 224, Edifício Capital Financial Center - CEP 70610-440 – Brasília-DF. O endereço eletrônico da empresa é [www.telebras.com.br](http://www.telebras.com.br).

Até dezembro de 2018, sua atuação era orientada pelo Plano Nacional de Banda Larga (Decreto nº 7.175 de 12/05/2010) e pelo Decreto nº 8.135 de 4/11/2013 que regulava as comunicações de dados da administração pública federal.

Com a edição de novos decretos no final de 2018, a atuação da Companhia passou a ser orientada pelas Políticas Públicas de Telecomunicações (Decreto nº 9.612 de 17/12/2018) e pela Política Nacional de Segurança da Informação (Decreto nº 9.637 de 26/12/2018).

Temos como missão “fornecer soluções de telecomunicações seguras e com qualidade para o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais” e como visão “ser referência em tecnologias inovadoras para unir pessoas, disseminar o conhecimento e reduzir desigualdades, objetivando o melhor desempenho das políticas públicas”.

A missão da **Telebras** está alinhada com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. No que tange aos serviços de telecomunicações prestados, estamos alinhados ao ODS-8 – “**promover o desenvolvimento da indústria, fomentar a inovação e garantir infraestrutura**” e ao ODS-10 – “**garantir que as cidades e os assentamentos humanos sejam seguros, inclusivos, sustentáveis**”. Quanto ao atendimento às Políticas Públicas de Telecomunicação, alinhamos ao ODS-4 - “**garantir uma educação que inclua a todos, equitativa e de qualidade, e prover oportunidades de aprendizagem durante toda a vida para todos**”.

O capital social da **Telebras** pertence majoritariamente à União. Temos ações ordinárias e preferenciais comercializadas na Brasil Bolsa Balcão (B3, antiga Bovespa). O montante totalmente integralizado é de R\$ 1.594.666.570, representado por 49.605.351 ações, sendo 39.272.779 ações ordinárias, 10.332.572 ações preferenciais e 193 ações ordinárias em tesouraria.

TABELA 1 - Quadro de totais de ações e acionistas

**Tabela 1 - Quadro de totais de ações e acionistas**  
Custodias Bradesco EB3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Tipo Pessoa	ON	ACIONISTAS	%	PN	ACIONISTAS	%	TOTAL	ACIONISTAS	%
F <sup>1</sup>	74.270	2.332	0,1891%	1.533.981	3.508	14,85%	1.608.251	5.840	3,2421%
J <sup>2</sup>	4.711.483	1.470	11,9968%	606.906	257	5,87%	5.318.389	1.727	10,7214%
I <sup>3</sup>	34.486.858	62	87,8136%	8.172.508	4	79,09%	42.659.366	66	85,9975%
N <sup>4</sup>	10	2	0,0000%	7	1	0,00%	17	3	0,0000%
R <sup>5</sup>	158	12	0,0004%	19.170	16	0,19%	19.328	28	0,0390%
TOTAL	39.272.779	3.878	100,0000%	10.332.572	3.786	100,00%	49.605.351	7664	100,00%

Fonte: Assessoria de Relações com Investidores/Banco Custodiante, Posição da Base em 31/01/2018

<sup>1</sup> F - Física

<sup>2</sup> J - Jurídica

<sup>3</sup> I - Institucionais

<sup>4</sup> N - Não identificados

<sup>5</sup> R - Residentes no exterior

## 2.1. O Negócio da Telebras

Para cumprir sua missão, a **Telebras** atua em três grandes programas: a Rede Nacional de Banda Larga, o sistema de comunicação via satélite em todo o território nacional e a comunicação por meio de cabos submarinos entre o Brasil e Europa.

Para facilitar o entendimento, antes de explicarmos nosso modelo de negócios e nossa cadeia de valor, apresentamos com mais detalhes nossos grandes programas.

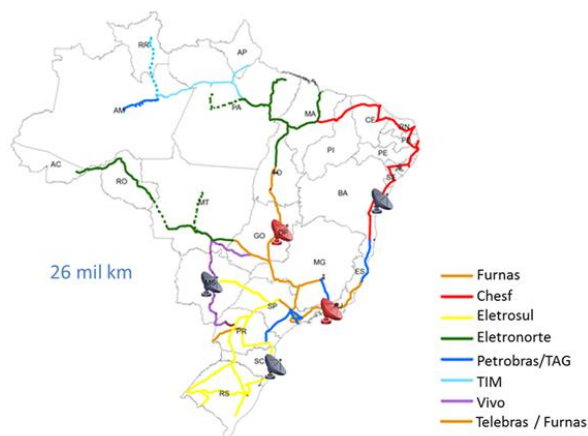
### 2.1.1. Rede Nacional de Banda Larga

A **Telebras** possui atualmente uma rede nacional com mais de 26.000 km de fibras ópticas que percorrem todos os Estados do País. Essas fibras estão em linhas de transmissão das concessionárias de energia, em gasodutos e rodovias estaduais e federais. A maior parte dessas fibras são cedidas à **Telebras** por outras empresas.

A Rede Nacional de Banda Larga possui capacidades de transmissão de dados de altíssimas velocidades, podendo superar 100 Gbps em um único canal de transmissão. Do mesmo modo que os canais de TV, cada fibra óptica pode transmitir dados em até 40 canais diferentes, totalizando mais de 4.000 Gbps de capacidade de transmissão por fibra óptica.

O mapa da figura 1 ilustra a extensão da Rede Nacional de Banda Larga até a data de 31 de dezembro de 2018, bem como as empresas parceiras em nossa rede.

FIGURA 1 - Rede Nacional de Banda Larga



## 2.1.2. Comunicação via satélite

O principal meio de atender a integralidade do território nacional com serviços de telecomunicações de alta qualidade é por meio de serviços de comunicação via satélite.

Em 2012 a **Telebras** iniciou as atividades para construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC. Lançado em maio de 2017, o SGDC é o único satélite de alta capacidade com cobertura em todo território nacional. Sua tecnologia avançada permite à **Telebras** massificar o acesso à Internet em banda larga via satélite em todo o Brasil.

O satélite é utilizado com finalidades civil e militar. No uso civil, realizamos o atendimento de comunidades digitalmente isoladas como, por exemplo, escolas, centros de saúde, postos de fronteira, aldeias indígenas e outros pontos de interesse coletivo. O uso militar é exclusivo do Ministério da Defesa.

O sistema de comunicação via satélite também inclui os Centros de Operações Espaciais, as Estações de Acesso, as Estações de Monitoramento e Controle e os Terminais de Usuário.

Os Centros de Operações Espaciais (COPEs) coordenam, em conjunto com outras estações do mundo, o posicionamento correto da posição do SGDC no espaço. São dois COPEs: o principal em Brasília, conhecido como COPE-P, e o secundário, conhecido como COPE-S, no Rio de Janeiro.

O Centro Principal (COPE-P) possui o mais alto nível de disponibilidade e confiabilidade para a infraestrutura de uma instalação de missão crítica. Por isso ele é classificado como tolerante a falhas conforme a norma norte-americana ANSI/TIA 942. Isto posiciona o centro no mais alto nível de resiliência a qualquer paralisação de infraestrutura. Quaisquer componentes ou sistemas podem ser retirados de serviço – seja por defeito, manutenção, reparo ou substituição – sem que haja impacto aos processos de tecnologia da informação dos ambientes críticos.

As Estações de Acesso (EA) permitem a comunicação entre os elementos da rede em terra e o satélite. Elas têm a função de monitorar, analisar e orientar as estações terrenas dentro dos padrões adequados para a transmissão de dados, bem como controlar as configurações do satélite, a fim de otimizar os recursos em função das demandas dos usuários.

Essas estações estão localizadas nas cidades de Campo Grande (MS), Florianópolis (SC) e Salvador (BA). O COPE-P em Brasília e o COPE-S no Rio de Janeiro também atuam como estações de acesso. As estações de acesso são geograficamente distribuídas porque buscam melhor utilização das frequências de comunicação.

FIGURA 2 - Antena de Comunicação da Estação de Acesso



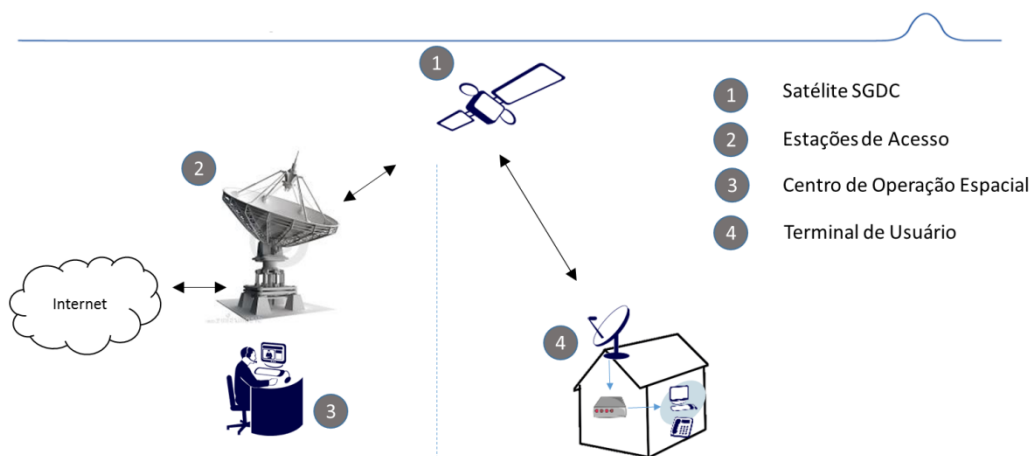
As Estações de Monitoramento e Controle são responsáveis por auxiliar no monitoramento dos parâmetros do satélite para que eles sejam integrados com as informações do COPE-P e do COPE-S para prover o controle e a telemetria de todo o sistema. As Estações de Monitoramento e Controle estão presentes nos estados de Rondônia, Acre, Piauí, Roraima, Campo Grande, Santa Catarina, Paraíba, Brasília, São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Os Terminais de Usuário – também conhecidos como VSAT – são as estações de pequeno porte que acessam o satélite, instalados nas localidades remotas. Os Terminais

de Usuário enviam e recebem dados do SGDC que retransmite as informações às Estações de Acesso. O restante da comunicação é completado por meio da Rede Nacional de Banda Larga da **Telebras**.

A Figura 3 apresenta cada um dos componentes do sistema de comunicações via satélite da **Telebras**.

FIGURA 3 - Componentes do sistema de comunicação via satélite



### 2.1.3. Cabo submarino Brasil-Europa

O principal motivo para a construção do cabo submarino direto entre Brasil e Portugal é o interesse em uma rota alternativa para a saída internacional de dados do País. Atualmente, o tráfego de dados entre o Brasil e a Europa depende, em sua grande maioria, da passagem pelos Estados Unidos.

Uma rota alternativa de tráfego tem diversas vantagens. A primeira vantagem tangível é a redução do tempo de envio dos dados do Brasil ao continente Europeu. Outra vantagem é a possibilidade de comunicação direta entre esses os dois continentes, promovendo maior segurança na comunicação de dados.

O Cabo Submarino Brasil-Europa é um projeto estratégico, como rota única, segura e de baixa latência para a comunicação entre os dois continentes. O cabo realiza a conexão entre Fortaleza, no Brasil, e Sines, em Portugal. No Brasil, o Cabo Submarino Brasil-Europa estará conectado à Rede Nacional de Banda Larga da **Telebras**. Em Portugal, existe uma conexão terrestre entre Sines e Lisboa, onde estaremos conectados ao maior datacenter português.

O cabo submarino está em fase de construção e sua ativação está prevista para o início de 2021. Quando construído, a **Telebras** irá utilizar capacidade de 200 Gbps neste importante meio de transmissão.

FIGURA 4 - Cabo Submarino Brasil-Europa



## 2.2. Modelo de negócio e cadeia de valor

Por meio da Rede Nacional de Banda Larga e de nossos serviços de Comunicação via Satélite, a **Telebras** busca a consecução de sua missão e o atendimento das Políticas Públicas de Telecomunicações. Fundamentalmente, nosso modelo de negócio utiliza três principais **Proposições de Valor** atualmente ofertadas pela **Telebras** aos seus clientes, de acordo com a Tabela 2.

TABELA 2 - Proposição de Valor

Proposição de Valor	Descrição	Atributos de Valor	Segmento de Cliente
<b>Rede Privativa</b>	Interligação de redes corporativas de modo a permitir a transmissão de voz, dados e imagens a partir de qualquer lugar do País.	<b>Segurança:</b> Rede com difícil interceptação e acesso aos dados. <b>Qualidade:</b> Rede baixos índices de interrupção e falhas e que mantem a velocidade contratada. <b>Suporte Técnico:</b> Apoio e atendimento constante e rápido aos clientes e parceiros.	<b>Governo</b>
<b>Conectividade em Locais não Atendidos</b>	Tornar disponíveis serviços de Internet com cobertura de alta capacidade, cobrindo 100% do território nacional, em especial o interior do País.		<b>Governo Privado<sup>1</sup></b>
<b>Transporte</b>	Fornecimento de links de comunicação com preços acessíveis aos provedores de Internet regionais	<b>Confiabilidade de Rede:</b> Rede resistente a falhas de <i>hardware</i> , <i>software</i> e energia, com o propósito de manter o máximo de tempo disponível possível. <b>Preço competitivo:</b> Preço adequado ao conjunto de benefícios ofertados e dentro das faixas mínima e máxima encontradas no mercado. <b>Suporte Técnico:</b> Apoio e atendimento constante e rápido aos clientes e parceiros.	<b>Privado</b>

Nossa proposta de valor é alcançada por meio da Rede Nacional de Banda Larga e pelos serviços de Comunicação via Satélite.

## 2.2.1. Rede Nacional de Banda Larga

Nossos produtos são concentrados nos serviços de acesso à Internet (trânsito), na comunicação privada de organizações (redes privadas) e na comunicação entre pontos de nossa rede (transporte).

No segmento terrestre, atuamos com dois principais segmentos: (i) Operadoras e Provedores e (ii) Mercado Governamental.

Para o segmento de Operadoras e Provedores de Internet, ofertamos as seguintes propostas de valor: (i) serviços em locais sem atendimento adequado; (ii) baixo preço para altas capacidades; (iii) transporte até os pontos de troca de tráfego; e (iv) parcerias para troca de serviços de transporte e trânsito e por serviços de acesso.

Para o Mercado Governamental, oferecemos: (i) serviços de valor adicionado; (ii) nível de serviço elevado; e (iii) serviços de segurança.

Nossos principais insumos estão relacionados: (i) aos contratos de locação de toda infraestrutura necessária para a prestação de serviços, em especial, no aluguel das fibras ópticas, no aluguel de terrenos onde estão instaladas nossas estações e nossas torres de transmissão; (ii) nos contratos de manutenção da rede em campo e operação

<sup>1</sup> Diretamente, desde que autorizado pelo MCTIC. Nos demais casos, o atendimento se dará através de provedores.

da rede; e (iii) nos contratos de serviços de telecomunicações para acesso em última milha.

## 2.2.2. Comunicação via satélite

Na Comunicação via Satélite, atuamos nos segmentos Governo e Privado. No segmento Governo atendemos o Ministério da Defesa, que adquiriu o Direito de Uso sobre frequências de comunicação de uso exclusivo militar, conhecido como Banda X. Também atuamos na execução de Políticas Públicas de Telecomunicações por meio do atendimento de programas como é o caso do programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão – GESAC, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

É importante mencionar que, por imposição das Políticas Públicas de Telecomunicação, a **Telebras** não efetua atendimento direto ao usuário final (Decreto nº 9.612/18, art. 12, inciso IV). Assim, para atuar no segmento privado, a **Telebras** celebrou parceria estratégica com a empresa Viasat que irá ofertar os serviços de comunicação via satélite aos usuários finais.

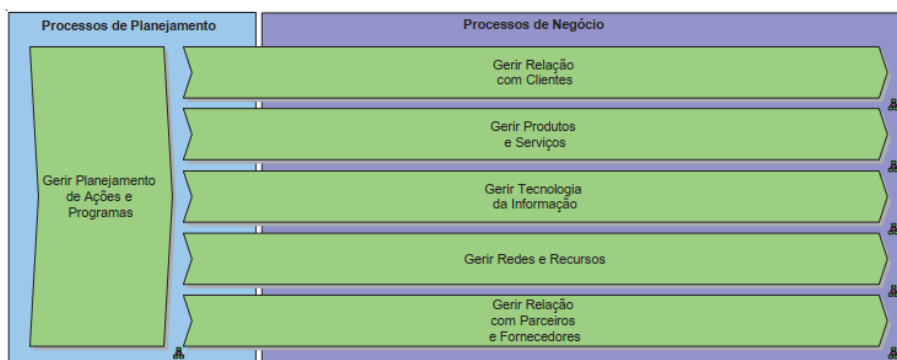
Conforme acordo entre a **Telebras** e a Viasat, os principais insumos na prestação de serviços de comunicação via satélite estão relacionados à operação e manutenção do SGDC, dos COPEs, das Estações de Acesso e das Estações de Monitoramento e Controle, que são realizados pela **Telebras**. Na parceria, a Viasat forneceu alguns elementos de comunicação necessários às Estações de Acesso. A instalação e a manutenção dos Terminais de Usuários também são realizadas pela Viasat.

## 2.2.3. Cadeia de valor

Nossa cadeia de valor foi elaborada em 2013 e, dado as mudanças ocorridas ao longo do tempo, necessita de atualização. A cadeia atual, apresentada na figura 5, conta com um processo de planejamento e cinco processos de negócio.

Para 2019, temos o desafio de concluir a implementação do Escritório de Processos que irá estabelecer a nova Cadeia de Valor da empresa, desenvolver uma nova hierarquia de processos e capacitar os colaboradores em gestão de processos.

FIGURA 5 - Cadeia de Valor Telebras



## 2.3. Participação em outras sociedades

Nem todas as atividades necessárias para a consecução de nossa missão são prestadas diretamente pela **Telebras**. Até o final de 2018, a **Telebras** detinha participações em três companhias. Na comunicação via satélite, investimos na Visiona Tecnologia Espacial S/A. Para a comunicação por meio de cabos submarinos, investimos nas empresas Cabos Brasil Europa S/A e Ellalink Spain S/A.

### 2.3.1. Visiona

A Visiona é uma empresa de capital 100% nacional que possui a missão de “ser a empresa brasileira integradora de soluções baseadas em sistemas espaciais, satisfazendo as necessidades de clientes nacionais e internacionais, trazendo retorno aos acionistas e à sociedade em geral”.

Dentre outras atividades, a Visiona atua com pesquisa, projeto, engenharia, desenvolvimento, certificação, fabricação, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais.

A Visiona foi a empresa contratada pela **Telebras** para a construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

A empresa é resultado de uma sociedade entre a **Telebras** e a Embraer Defesa e Segurança Participações S/A. A participação da **Telebras** nessa companhia é de 49% de seu capital.

## 2.3.2. Cabos Submarinos

As empresas Cabos Brasil Europa S/A e Ellalink Spain S/A são empresas constituídas em 2015 pela **Telebras** em sociedade com a Isla Link S/L para executar atividades de construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil.

A **Telebras** participava de 35% do capital de cada uma dessas companhias e necessitava de realizar aportes de capital para que as empresas pudessem construir o cabo submarino entre o Brasil e a Europa.

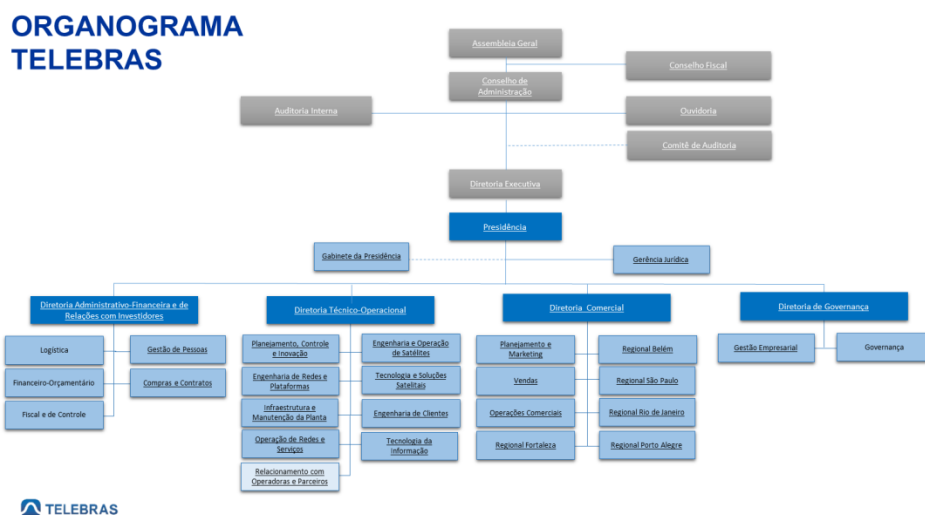
Todavia, com o contingenciamento de recursos, a **Telebras** não possuía reserva orçamentária suficiente para realizar o investimento necessário para a concretização do projeto. Para que o projeto prosseguisse, em 2018, a Telebras celebrou contratos para permutar a totalidade de sua participação societária nessas empresas pelo Direito Irrevogável de Uso de 200 Gbps no cabo submarino durante o período de 15 anos.

Assim, a **Telebras** continua participando deste importante projeto de construção de rota alternativa de tráfego entre o Brasil e a Europa. Todavia a Companhia não possui mais participação societária no segmento de cabos submarinos.

## 2.4. Estrutura organizacional

Para o desempenho de suas atividades, a gestão **Telebras** está estruturada em sua Presidência, em quatro diretorias e 24 gerências. A figura 6 apresenta o organograma da Companhia.

FIGURA 6 - Organograma da Telebras



Por decisão do Conselho de Administração em sua 234ª Reunião Ordinária, ocorrida em 24 de maio de 2018, a Gerência de Relacionamento com Operadoras e Parceiros foi transferida da Diretoria Técnico-Operacional para a Diretoria Comercial. A mudança será representada no organograma a ser elaborado após a revisão do Regimento Interno da companhia.

### 3. Planejamento Estratégico e Governança

Em 2018, a **Telebras** fortaleceu os processos de Planejamento Estratégico e Governança. A Diretoria de Governança foi instituída com atribuições específicas para tratamento destas atividades.

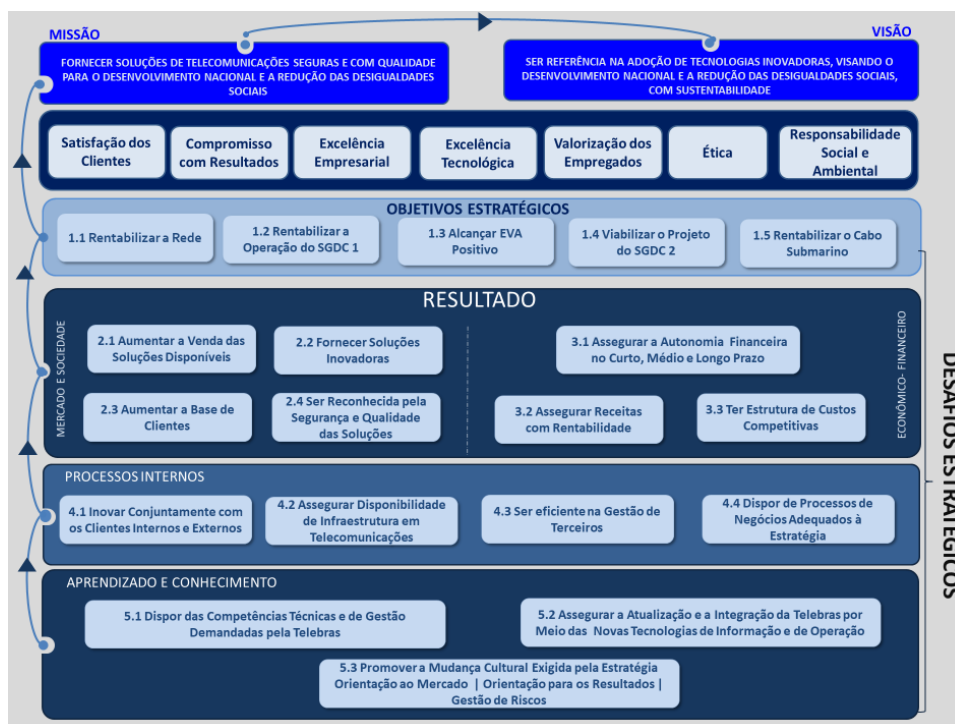
#### 3.1. Objetivos estratégicos

O Planejamento Estratégico da **Telebras** foi reformulado em 2017, para o período de 2018 a 2026. A implementação do Planejamento Estratégico teve início em maio de 2018, concomitantemente com o início das atividades da Diretoria de Governança, criada em 08 de março de 2018 e instalada em 07 de maio de 2018.

##### 3.1.1. Mapa Estratégico

No Mapa Estratégico, ilustrado na figura 7, apresenta as informações da Missão, da Visão, Valores, Objetivos e Desafios Estratégicos da **Telebras** para o período 2018-2026, alinhadas à Proposta de Valor da Empresa.

FIGURA 7 - Mapa Estratégico da Telebras



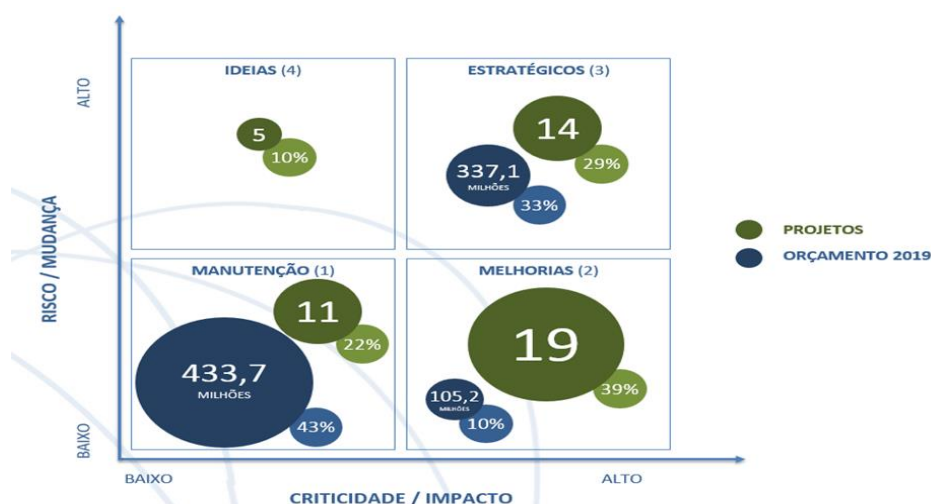
### 3.1.2. Vinculação dos Projetos ao Mapa Estratégico

Os projetos constantes do portfólio da **Telebras** são classificados de acordo com a sua finalidade. As principais são:

- **Expansão de Capacidade:** Aumento da capacidade disponível para prestação de serviço de telecomunicações.
- **Expansão de Rede:** Aumento da infraestrutura para atendimento em novas regiões geográficas.
- **Operação e Manutenção:** Projetos relacionados à operação e manutenção da Rede Nacional de Banda Larga e do Sistema de Comunicação via Satélite.
- **Suporte administrativo:** Projetos de apoio à gestão.
- **Estruturante:** Projetos voltados para estruturar, organizar, criar ou melhorar condições de gestão.
- **Função Comercial:** Projetos relacionados à atividade comercial.

Os projetos da **Telebras** foram organizados no diagrama de Cranfield. Este diagrama apresenta as informações relacionadas ao risco e ao impacto do projeto junto à estratégia da empresa. A figura 8 apresenta a síntese dos projetos relacionados ao orçamento do exercício de 2019.

FIGURA 8 - Diagrama de Cranfield



Os projetos considerados estratégicos prioritários são o desenvolvimento do IX Connect – para a interligação de pontos de troca de tráfego, a construção de redes metropolitanas, a expansão de nossa Rede Nacional de Telecomunicações, o

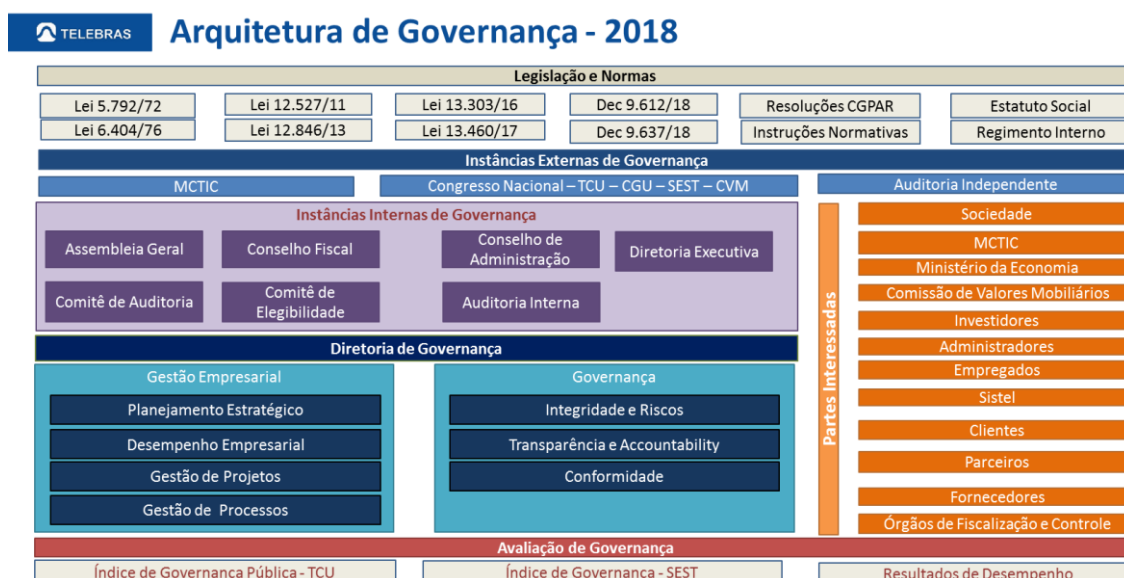
desenvolvimento do Serviço de Comunicações Seguras de Estado, a Rede Privativa de Segurança Pública e a conclusão das obras dos Centros de Operações Espaciais.

## 3.2. Estruturas de governança

A Governança Corporativa busca atender aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e de responsabilidade através de suas instâncias externas e internas de governança que atuam de maneira sistêmica e integrada. Temos em mente que, por sermos uma Sociedade de Economia Mista, nossa atuação é limitada pela legislação e pelas normas que regem o funcionamento da Companhia.

A figura 9 apresenta a arquitetura de Governança da **Telebras**.

FIGURA 9 - Arquitetura de Governança



### 3.2.1. Instâncias Internas de Governança

**Assembleia Geral:** órgão superior da companhia que possui poderes para deliberar sobre todos os negócios da Companhia e tomar providências que julgar conveniente à defesa e ao desenvolvimento da **Telebras**. A Assembleia Geral é composta pelos acionistas com direito a voto.

**Conselho de Administração:** órgão de deliberação colegiada estratégica, integrada por oito membros, que exerce a administração superior da **Telebras**.

**Conselho Fiscal:** órgão permanente de fiscalização, independente da administração, de caráter permanente e consultivo. É composto por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Diretoria Executiva:** órgão executivo de administração e representação a quem compete o funcionamento regular da empresa em conformidade com as orientações definidas pelo Conselho de Administração. Formado pelo presidente e por cada um dos diretores da Companhia.

**Comitê de Auditoria Estatutário:** órgão de funcionamento permanente, de suporte ao Conselho de Administração em suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. Integrado por três membros independentes, aprovados pelo Conselho de Administração.

**Comitê de Elegibilidade:** comitê auxiliar a quem compete verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores e conselheiros fiscais. Composto por três membros que pertençam ao comitê de auditoria, conselheiros ou ao quadro de empregados da Companhia que não percebem remuneração adicional pela execução das atividades.

**Auditoria Interna:** é o órgão responsável por executar atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial da Companhia. É vinculada ao Conselho de Administração, e o titular é aprovado pelo Conselho de Administração e pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União.

A Auditoria Interna realizou 14 das 17 atividades previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT de 2018.

As três ações não realizadas referem-se ao Planejamento Estratégico, cuja implantação estava em andamento, bem como a operacionalização e exploração do Satélite (SGDC) que ficou prejudicada por força de decisões judiciais e do Tribunal de Contas da União. Outra ação não realizada foi sobre a rentabilização de projetos especiais, que, em função sua complexidade e volume de informações, não pôde ser concluída durante o exercício de 2018, fato que ocorrerá em 2019.

Não obstante, foram realizadas outras seis atividades de auditoria para atender demandas não programadas, totalizando 22 atividades no ano.

Em função dos relatórios emitidos, foram consignadas 29 recomendações, sendo que nove delas foram implementadas e 20 estavam em andamento.

Destacamos dois fatos ocorridos no exercício de 2018, que impactaram nos recursos e na organização da Auditoria Interna, sendo o primeiro referente ao desligamento de um auditor, substituído no final de fevereiro de 2018. Foi também nesse exercício que ocorreu a mudança na gerência da unidade em face da prerrogativa regimental, que assim o determinava.

Tendo em vista que a Auditoria Interna possui uma equipe relativamente pequena, a mudança no quadro de empregados gerou a necessidade de redistribuição dos trabalhos e atribuições, afetando a produtividade da unidade enquanto se reorganizava.

**Auditoria Independente:** é uma empresa independente contratada pela **Telebras** para a emissão de parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis da Companhia à posição patrimonial, financeira, dentre outras, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação que rege o assunto.

A auditora independente contratada pela **Telebras** para análise das demonstrações contábeis de 2018 foi a empresa Maciel Auditores S/S.

### 3.2.2. Governança de empresas do conglomerado

Em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, os membros do Conselho de Administração aprovaram a Política de Participações Societárias da **Telebras**. O documento prevê que os representantes da **Telebras** nos órgãos colegiados de nossas empresas controladas e coligadas devem pertencer ao quadro de dirigentes e colaboradores da **Telebras**.

A referida Política prevê as responsabilidades da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e das demais diretorias em relação à Governança das empresas do conglomerado.

Em especial, cabe à Diretoria de Governança da Telebras a manutenção de dossiê com informações, a avaliação de riscos relacionados aos negócios, a análise sobre práticas de Governança, Controle e Riscos e o reporte dos resultados das análises e avaliações realizadas à Diretoria Executiva.

### 3.2.3. Ilícitos administrativos

Em março de 2018, o presidente da **Telebras** decidiu constituir novo Grupo de Trabalho para prosseguir com a apuração preliminar sobre as denúncias encaminhadas

pelo Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal (Sinttel-DF), que mencionavam fraude em assinaturas de documentos internos.

O Grupo de Trabalho realizou a oitiva de denunciante, testemunhas, informantes, análise de documentos coletados na empresa e a contratação de especialista para emissão de Parecer Grafotécnico, que concluiu que é possível atestar a autenticidade dos documentos assinados.

Até 31 de dezembro de 2018, o Presidente da **Telebras** ainda não havia emitido a decisão final sobre o Processo.

### 3.3. Carta anual de políticas públicas e governança corporativa

Em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, os membros do Conselho de Administração subscreveram a **Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa**. Neste documento, descrevemos como a **Telebras** implementa as Políticas Públicas de Telecomunicações e os indicadores relativos ao planejamento estratégico e às ações de implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga e do Sistema de Comunicação via Satélite.

#### Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

URL: [https://www.telebras.com.br/documentos/governanca\\_corporativa/20190308%20-%20Carta%20Anual%20de%20Políticas%20Públicas%20e%20Governança%20Corporativa%20-%20rev%205.pdf](https://www.telebras.com.br/documentos/governanca_corporativa/20190308%20-%20Carta%20Anual%20de%20Políticas%20Públicas%20e%20Governança%20Corporativa%20-%20rev%205.pdf)

### 3.4. Canais de comunicação com a sociedade

A **Telebras** possui diversos canais de comunicação com seus clientes, investidores, imprensa e com a sociedade de forma geral.

#### 3.4.1. Fale conosco

Fale conosco é o espaço reservado ao público para solicitações de serviço, pedidos de informação, reclamação, sugestão e elogio. O atendimento especializado a empresas e entidades governamentais pode ser realizado por meio de nosso “Fale conosco”.

Site: [http://www.telebras.com.br/fale\\_conosco.php](http://www.telebras.com.br/fale_conosco.php)  
Telefone: (61) 2027-1000

## 3.4.2. Relações com Investidores

A **Telebras** é uma sociedade anônima de capital aberto com ações comercializadas na Brasil Bolsa Balcão (B3, antiga Bovespa). Por isso, estamos sujeitos às regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os comunicados ao mercado, demonstrações financeiras, fatos relevantes, composição do capital social e outras informações deliberadas pelos conselhos e assembleias da **Telebras** que são de interesse dos investidores podem ser acompanhados por meio de nossa página de Relações com Investidores.

Site: [http://www.telebras.com.br/inst/?page\\_id=375](http://www.telebras.com.br/inst/?page_id=375)

Fone: (61) 2027-1055

E-mail: [investidores@telebras.com.br](mailto:investidores@telebras.com.br)

## 3.4.3. Atendimento à Imprensa

O atendimento à imprensa é realizado pela Assessoria de Comunicação. Os meios de comunicação que necessitarem de informações acerca de nosso negócio podem utilizar o atendimento à imprensa.

E-mail: [ascom@telebras.com.br](mailto:ascom@telebras.com.br)

Telefone 61-2027-1053

## 3.4.4. Acesso à Informação

A área de Acesso à Informação disponibiliza ativamente o maior número possível de informações de interesse coletivo, independentemente de solicitações, de acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Site: <https://www.telebras.com.br/acessoainformacao.php>

## 3.4.5. Serviço de Informação ao Cidadão

Em complemento às informações publicadas ativamente pela **Telebras**, o cidadão pode fazer consultas sobre quaisquer informações de seu interesse através de nosso Serviço de Informação ao Cidadão.

- Site: <http://www.telebras.com.br/servicoinformacaocidadao.php>
- E-mail: [sic@telebras.com.br](mailto:sic@telebras.com.br)

### 3.4.6. Ouvidoria

A Ouvidoria da **Telebras** é responsável por receber, com sigilo e segurança, sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias. Essas manifestações poderão ser anônimas ou não.

Site: <http://www.telebras.com.br/ouvidoria.php>

### 3.4.7. Comitê de Auditoria Estatutário

Conforme previsão constante no artigo 25 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Empresa, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades, poderão ser dirigidas ao seu e-mail institucional.

E-mail: [coaud@telebras.com.br](mailto:coaud@telebras.com.br)

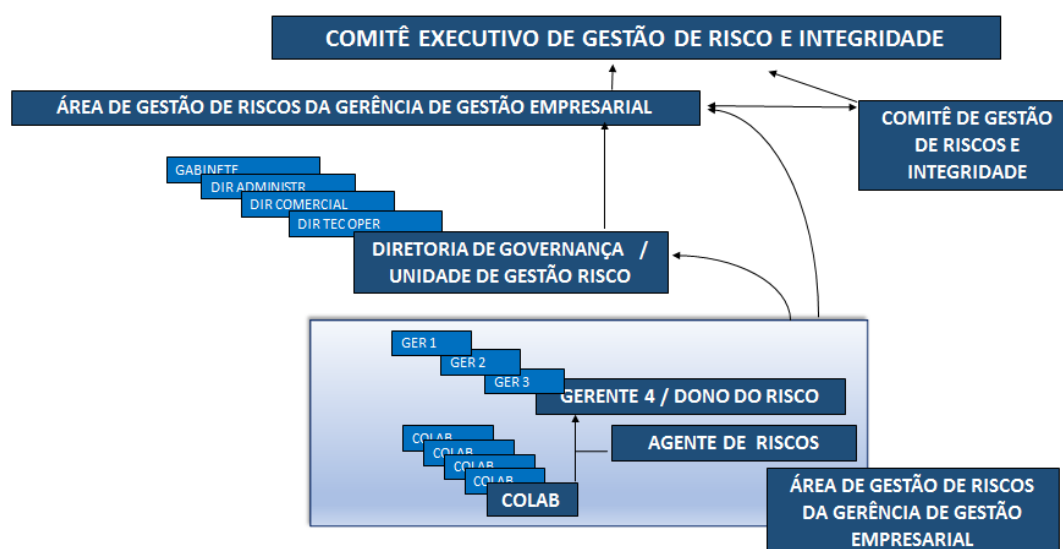
## 4. Gestão de Riscos e Controles Internos

Em 30 de agosto de 2018, o Conselho de Administração da **Telebras** aprovou a **Política de Gestão de Riscos**, cuja finalidade é estabelecer os princípios que nortearão a **Telebras** no tema, além de orientar, padronizar e disciplinar as atividades relacionadas.

### 4.1. Estrutura

A gestão de riscos na **Telebras** é descentralizada, conforme a estrutura apresentada na figura 10.

FIGURA 10 - Estrutura de Gestão de Riscos



**COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DE RISCOS E INTEGRIDADE:** em relação à gestão de riscos, é o colegiado de mais alto nível. É composto pelo Presidente e pelos Diretores da **Telebras**, sendo responsável por aprovar a metodologia, decidir quais riscos serão atacados, qual a estratégia adotada e a prioridade para o ataque aos riscos.

**COMITÊ DE GESTÃO DE RISCOS E INTEGRIDADE:** é composto por dois representantes de cada uma das seguintes áreas: Gabinete da Presidência, Diretoria Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, Diretoria Técnico-Operacional, Diretoria Comercial e Diretoria da Governança. É responsável por auxiliar a construção das decisões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Integridade e validar as ações da área de gestão de riscos da Gerência de Gestão Empresarial.

**ÁREA DE GESTÃO DE RISCOS DA DIRETORIA DE GOVERNANÇA:** integra a estrutura da Diretoria de Governança. É responsável por propor a política e metodologia de gestão de risco e supervisionar as ações de ataque desenvolvidas pelos gestores de projetos e pelos donos de processos.

**UNIDADE DE GESTÃO DE RISCOS:** é o grupo ligado à gestão de riscos, instituído dentro de cada uma das Diretorias, que tem a responsabilidade de aprovar a identificação, avaliação e ataque a cada um dos riscos identificados pelos gestores de projeto e de processo, bem como acompanhar as ações de combate.

As Unidades de Gestão de Riscos serão compostas pelo dirigente máximo de cada Diretoria e pelos respectivos Gerentes. A composição das Unidades, durante as reuniões, poderá variar conforme os riscos a serem considerados.

**AGENTE DE RISCO E INTEGRIDADE:** representante de cada uma das Gerências. São responsáveis por multiplicar a cultura de gestão de riscos, apoiar a identificação, avaliação e o ataque aos riscos, propondo a criticidade dos riscos.

**DONOS DE RISCOS:** é o gerente da área responsável pela execução das atividades ligadas à gestão de risco, dentro de um processo, contrato ou atividade de sua área, ou um Líder de Projeto quando as atividades estiverem ligadas a um projeto do portfólio de projetos da **Telebras**.

Os donos de riscos devem documentar todos os riscos identificados e os seus impactos nos objetivos específicos de seus processos e projetos, incluindo novos riscos decorrentes de mudanças nos contextos interno e externo de forma documentada na gestão de riscos.

**COLABORADORES:** todos os colaboradores são responsáveis por identificar os riscos relacionados aos objetivos, projetos e processos da **Telebras** e informá-los ao responsável pela sua gestão. Os colaboradores também devem comunicar ao seu gestor os eventos que afetam a probabilidade ou o impacto de um risco identificado ao seu gestor.

## 4.2. Linhas de defesa

A estrutura de gerenciamento de riscos e de controles internos da **Telebras** é conduzida em todos os níveis da empresa, sendo constituída por três linhas de defesa:

**Primeira linha de defesa:** é composta pelos Donos de Risco, Unidades de Gestão de Riscos e pelos colaboradores. É a responsável por elaborar, executar e revisar os controles internos e processos relativos à sua unidade de atuação, visando manter a conformidade das atividades sob sua atribuição. Devem reportar, tempestivamente, as deficiências nos controles internos e executar as ações corretivas e preventivas. É o nível da execução.

**Segunda linha de defesa:** é composta pelo Comitê de Gestão de Riscos e Integridade e pela Área de Gestão de Riscos. É responsável por coordenar as atividades de gestão de riscos, orientar e monitorar a implementação das práticas de gestão de riscos por parte da gestão operacional, apoiar a definição de metas de exposição ao risco, monitorar riscos específicos, bem como ajudar a definir controles e/ ou monitorar riscos e controles da primeira linha de defesa. É o nível da supervisão e do monitoramento.

**Terceira linha de defesa:** representada pela Auditoria Interna, possui, dentre outras atribuições, a responsabilidade de aferir a adequação dos controles internos, a efetividade do gerenciamento dos riscos e a correta execução do Programa de Integridade. É o nível da avaliação de tudo o que foi desenvolvido pelos níveis anteriores.

### 4.3. Modelo de gestão de riscos

O modelo de gestão de riscos na **Telebras** está descrito na metodologia de Gestão de Riscos e segue as etapas de entendimento do contexto, identificação, avaliação, priorização, tratamento, comunicação e monitoramento dos riscos. A metodologia contempla critérios predefinidos de avaliação, de forma a permitir a comparabilidade entre os diferentes tipos de riscos.

**Estabelecimento do contexto:** etapa em que são identificados os objetivos relacionados ao processo organizacional e definidos os contextos externo e interno a serem levados em consideração.

**Identificação:** etapa em que são identificados os possíveis riscos para objetivos associados aos processos organizacionais.

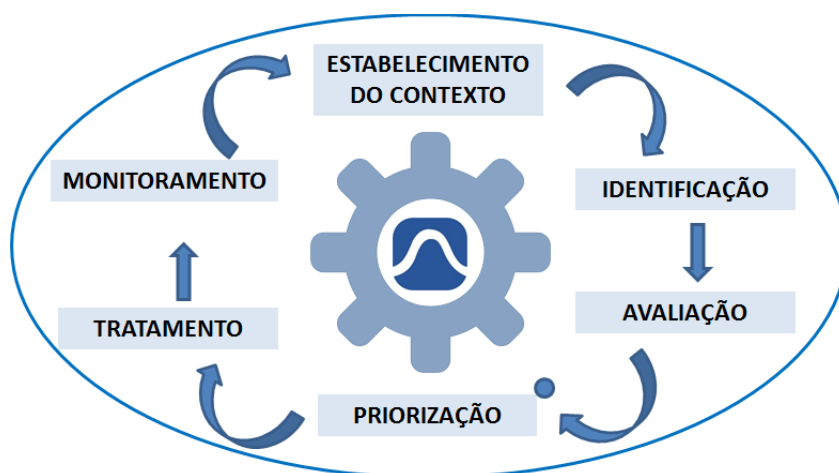
**Avaliação:** etapa em que são identificadas e confrontadas as possíveis causas e consequências do risco, a fim de realizar a estimativa dos níveis de criticidade.

**Priorização:** etapa em que são definidos quais riscos terão suas respostas priorizadas, levando em consideração os níveis calculados na etapa anterior.

**Tratamento:** etapa em que são definidas as respostas aos riscos, de forma a adequar seus níveis ao apetite estabelecido para os processos organizacionais, além da escolha das medidas de controle associadas a essas respostas.

**Monitoramento:** etapa que ocorre durante todo o processo de gerenciamento de riscos, realiza a integração de todas as instâncias envolvidas e o monitoramento contínuo da própria Gestão de Riscos, com vistas a sua melhoria.

FIGURA 11 - Modelo de Gestão de Riscos



### 4.3.1. CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS

Os riscos são classificados conforme a sua natureza, ou seja, aquilo que define a sua origem. Na **Telebras**, busca-se proteção em face de diversas naturezas de riscos, em especial: político, econômico/financeiro/orçamentário, de imagem, legal/regulatório/conformidade, eventos naturais, de operações, social/socioambiental, tecnológico e de integridade.

## 4.4. Principais riscos à consecução dos Objetivos Estratégicos e medidas de mitigação

Ao longo do ano de 2018, a Área de Gestão de Riscos identificou 11 principais riscos relacionados à consecução dos objetivos estratégicos da **Telebras**. A tabela 3 apresenta os riscos identificados e as propostas para sua mitigação.

TABELA 3 - Principais riscos à consecução dos Objetivos Estratégicos e medidas de mitigação

Riscos	Mitigação
Potenciais cortes orçamentários dos recursos provenientes do ente controlador podem afetar profundamente a execução do planejamento dos investimentos da Telebras.	- Readequação das atividades que representam despesas para realizar o ajustamento devido.
Processos judiciais envolvendo a Telebras poderão afetar negativamente sua situação econômica- financeira.	- A Telebras constituiu provisões para todos os valores em disputa que representam chance de perda provável, conforme classificado pela Empresa após análise por seus consultores jurídicos, tomando por base o ordenamento jurídico em vigor e as decisões sobre a matéria. Caso haja decisão desfavorável nos processos em que as perdas resultarem em valores superiores às provisões realizadas, as condições financeiras e o resultado operacional da <b>Telebras</b> poderão ser afetados.
Incidentes nos sistemas e serviços de tecnologia da informação e de segurança da informação poderão impactar a imagem, operação e a disponibilização tempestiva de informações.	- A Gestão de TI da <b>Telebras</b> trabalha, no âmbito dos incidentes e problemas, utilizando as melhores práticas do “ <i>Information Technology Infrastructure Library</i> ” (ITIL), minimizando o impacto de possíveis maus funcionamentos sistêmicos. - Realiza a gestão contínua através das práticas do “ <i>Control Objectives for Information and related Technology (COBIT)</i> ” para evitar a obsolescência dos mesmos, utilizando soluções consolidadas de mercado. - No âmbito da gestão de segurança da informação, são utilizadas as práticas da ISO 27.001 de forma a mitigar danos ao dia a dia operacional da Empresa.
As parcerias existentes podem não desempenhar como esperado, impactando negativamente os resultados da empresa.	- No decorrer de 2018, o processo de gestão da estratégia foi implementado no âmbito da <b>Telebras</b> . Um dos Objetivos Estratégicos da empresa é “Ser eficiente na gestão de terceiros e parceiros”. O desdobramento desse objetivo contempla o estabelecimento de indicador, meta e projetos, que deverá mitigar o risco.
A capacidade de se adaptar e ter acesso a novas tecnologias para aproveitar as oportunidades relacionadas à transformação digital é fundamental para a competitividade da empresa.	- No decorrer de 2018, o processo de gestão da estratégia foi implementado no âmbito da <b>Telebras</b> . Os Objetivos Estratégicos “Fornecer Soluções Inovadoras” e “Inovar conjuntamente com os clientes internos e externos” deverão mitigar o risco.
Incapacidade de saldar Financiamento e Passivos Judiciais	- A FINEP e a <b>Telebras</b> firmaram, de dezembro de 2017 até dezembro de 2018, 3 aditivos. Caso a <b>Telebras</b> ainda não possua capacidade de geração de caixa para cumprir o contrato de financiamento, provavelmente terá que negociar um novo aditivo de prorrogação e/ou de pagamentos de juros e amortização. Para os acordos judiciais, dependendo da situação de caixa, a <b>Telebras</b> deverá pleitear aos requerentes um novo acordo. A <b>Telebras</b> deverá aumentar a receita operacional ou melhorar sua eficiência, buscando a sua sustentabilidade para honrar o financiamento e os acordos judiciais.
Varição negativa do resultado ou interesse distinto da coligada	- Caso a coligada venha a apresentar dificuldades financeiras e se houver anuência do Conselho de Administração, a <b>Telebras</b> realizará aportes de capital para cobrir essas dificuldades. - Caso a coligada tenha interesses econômicos e comerciais distintos dos interesses da <b>Telebras</b> , ou entre si, a <b>Telebras</b> poderá, dependendo da situação, se retirar da sociedade (direito de recesso). - Caso ocorra responsabilização de naturezas trabalhista, tributária, ambiental e/ ou de defesa do consumidor, ou a existência de passivos ocultos que acarretem prejuízos à Coligada, a <b>Telebras</b> acompanhará a administração da coligada por intermédio da participação nos Conselhos (Administração e Fiscal) e da solicitação de auditoria.
Não cumprimento das obrigações contratuais.	- Com intuito de desestimular o não cumprimento das obrigações contratuais, os contratos realizados entre a <b>Telebras</b> e as empresas contratadas, em regra, possuem penalidades explícitas e níveis mínimos de serviços específicos.
Riscos conjunturais, legais e regulatórios.	- Realização de ações políticas, executivas e na mídia para sensibilização da necessidade e da importância da <b>Telebras</b> no mercado de Telecom, bem como estudo robusto de alternativas de contratação pelos órgãos públicos através de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Principais riscos à consecução dos Objetivos Estratégicos e medidas de mitigação (continuação)

Riscos	Mitigação
<b>Mercadológicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação da capacidade da <b>Telebras</b> nas rotas dos principais clientes, de modo a oferecer <i>upgrades</i> que mantenham ou aumentem o faturamento total.</li> <li>- Implantação de rotas alternativas para o aumento da disponibilidade.</li> <li>- Maior proatividade na solução de falhas nas redes dos clientes através da tomada de iniciativa pela <b>Telebras</b> em fazer contato ágil em caso de falhas, substituindo um troubleshooting reativo.</li> <li>- Parcerias com provedores para troca de EILDs; e provisão de última milha no atendimento de órgãos do governo federal em todo o País.</li> </ul>
<b>Disrupção tecnológica</b>	- Foi criado grupo de estudo para análise de soluções SD-WAN, cujo trabalho se iniciou no ano passado e tem como resultado <i>trials</i> e relatórios técnicos sobre a usabilidade da tecnologia dentro da arquitetura de rede da <b>Telebras</b> .
<b>Risco de Taxa de Juros</b>	- Consiste no risco de a TELEBRAS ter que contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado. As posições ativas da TELEBRAS, ou seja, os investimentos financeiros da empresa são mantidos em fundos de investimento extra mercado, regidos pela Resolução Nº 3.284, de 25 de maio de 2005, e, eventualmente, em fundos exclusivos, estruturados com finalidades específicas. Esses investimentos possuem riscos inerentes à volatilidade das taxas de juros, taxas de administração, spreads de crédito dos títulos que compõem o índice de mercado Anbima (IMA).
<b>Risco Cambial</b>	- Decorre do passivo cambial de o Projeto SGDC ser impactado por flutuações nas taxas de câmbio, dado que parcela significativa desse passivo está atrelada ao dólar norte americano. Ressalta-se que a <b>Telebras</b> não possui receita em moeda estrangeira, não sendo possível a realização de hedge natural da operação. Em 2013, foi assinado o contrato com a Visiona Internacional BV levando a <b>Telebras</b> a exposição cambial, resultante das oscilações nos preços de moeda estrangeira (USD) no mercado spot, no mercado futuro e de volatilidade.
<b>Risco de Liquidez</b>	- Consiste no risco da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pelos investimentos e pelos aportes de capital da União. As receitas da empresa ainda não são significativas de forma a garantir uma estabilidade do fluxo caixa da Empresa. Dessa forma, a Empresa mantém seus investimentos em portfólio com alta liquidez. As disponibilidades da Empresa são acompanhadas diariamente pela Gerência Financeira e comunicada a todos os intervenientes do processo, de forma que a Diretoria acompanha regularmente a situação do fluxo caixa da Empresa.

## 4.5. Riscos e sua vinculação aos objetivos e desafios estratégicos

Outra visão sobre os riscos identificados é a sua relação com os objetivos estratégicos. Na tabela 4 encontra-se estabelecida a relação de riscos identificados e seu potencial impacto nos Desafios Estratégicos da **Telebras**, em caso de materialização do risco.

TABELA 4 - Riscos e vinculação aos objetivos e desafios estratégicos

Riscos	Objetivos e Desafios Estratégicos
<b>Cortes orçamentários dos recursos provenientes do ente controlador.</b>	Assegurar a atualização e a integração da <b>Telebras</b> por meio das novas tecnologias de informação e de operação. Assegurar a disponibilidade de infraestrutura em telecomunicações. Assegurar a autonomia financeira no curto, médio e longo prazo.
<b>Processos judiciais envolvendo a Telebras.</b>	Ser reconhecida pela segurança e qualidade das soluções. Assegurar a autonomia financeira no curto, médio e longo prazo.
<b>Incidentes nos sistemas e serviços de tecnologia da informação e segurança da informação.</b>	Ser reconhecida pela segurança e qualidade das soluções. Assegurar as receitas com rentabilidade. Assegurar a autonomia financeira no curto, médio e longo prazo.

Riscos e Vinculação aos Objetivos e Desafios Estratégicos (continuação)

Riscos	Objetivos e Desafios Estratégicos
As parcerias existentes podem não apresentar desempenho como esperado.	Ser eficiente na gestão de terceiros e parceiros. Fornecer soluções inovadoras. Ser reconhecida pela segurança e qualidade das soluções. Assegurar receitas com rentabilidade. Assegurar a autonomia financeira no curto, médio e longo prazo.
A incapacidade de se adaptar e ter acesso a novas tecnologias e aproveitar as oportunidades relacionadas à transformação digital.	Assegurar a atualização e a integração da Telebrás por meio das novas tecnologias de informação e de operação. Assegurar a disponibilidade de infraestrutura em telecomunicações. Ser eficiente na gestão de terceiros e parceiros.
Incapacidade de saldar Financiamento e Passivos Judiciais.	Assegurar a atualização e a integração da Telebrás por meio das novas tecnologias de informação e de operação. Assegurar a autonomia financeira no curto, médio e longo prazo.
Baixo desempenho de empresas coligadas.	Assegurar a autonomia financeira no curto, médio e longo prazo. Ser eficiente na gestão de terceiros e parceiros.
Não cumprimento das obrigações contratuais.	Assegurar disponibilidade de infraestrutura em telecomunicações. Ser eficiente na gestão de terceiros e parceiros. Aumentar a base de clientes. Ser reconhecida pela segurança e qualidade das soluções. Assegurar a autonomia financeira no curto, médio e longo prazo.
Inadequação de conformidade, regulação setorial e ambiental.	Aumentar a base de clientes. Ser reconhecida pela segurança e qualidade das soluções. Assegurar a autonomia financeira no curto, médio e longo prazo.
Mudanças do setor de telecomunicação.	A depender das mudanças no setor de telecomunicações, este risco pode impactar a estratégia como um todo e potencialmente ocasionar a mudança dos desafios estratégicos da <b>Telebras</b> .
Oscilação de taxa de juros.	Assegurar receitas com rentabilidade. Ter estrutura de custos competitiva. Assegurar a autonomia financeira no curto, médio e longo prazo.
Flutuação de taxa de câmbio.	Assegurar receitas com rentabilidade. Ter estrutura de custos competitiva. Assegurar a autonomia financeira no curto, médio e longo prazo.
Liquidez.	Assegurar a autonomia financeira no curto, médio e longo prazo.

Os documentos que descrevem as Políticas e Diretrizes da **Telebras** em relação aos seus riscos estão disponibilizados nos seguintes links:

### Política de Gestão de Riscos

URL: [https://www.telebras.com.br/documentos/P002%20de%2030\\_08\\_2018%20-%20Politica%20de%20Gestao%20de%20Riscos%20Versao%202.pdf](https://www.telebras.com.br/documentos/P002%20de%2030_08_2018%20-%20Politica%20de%20Gestao%20de%20Riscos%20Versao%202.pdf)

### Diretriz de Gestão de Riscos

URL: [https://www.telebras.com.br/documentos/governanca\\_corporativa/Diretriz%20259-2019%20de%2028-02-2019%20\(3\).pdf](https://www.telebras.com.br/documentos/governanca_corporativa/Diretriz%20259-2019%20de%2028-02-2019%20(3).pdf)

## 4.6. Ações trabalhistas

Atualmente, a **Telebras** possui em seus passivos trabalhistas a quantidade de 127 reclamações trabalhistas, sendo que os valores totais destas contingências são de aproximadamente R\$ 17,8 milhões, distribuídos da seguinte forma:

- 43 processos são classificados com expectativa de perda “provável”, com o valor de contingência de R\$ 9,7 milhões;
- 22 processos são classificados com expectativa de perda “possível”, com o valor de contingência de R\$ 1,4 milhão; e
- 62 processos são classificados com expectativa de perda “remota”, com o valor de contingência de R\$ 6,6 milhões.

A **Telebras** detém depósitos judiciais, no âmbito trabalhista, no valor de aproximadamente R\$ 1,2 milhão. As principais ações contra a **Telebras** são:

- Dissídio Coletivo - Processo n.º 0000322-89.2018.5.10.0000 - em que o suscitante é o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal. Os autos estão conclusos no Gabinete do Relator desde 30/7/2018, sem data certa para entrar em pauta para julgamento.
- Ação Civil Pública - Processo nº 0000538-32.2014.5.10.0019 - em que o autor, Ministério Público do Trabalho, pede: (i) a Nulidade dos contratos de Empregados em Comissão (ad nutum); (ii) Abster-se de contratar trabalhadores nessa modalidade; (iii) Abster-se de dispensar empregados permanentes sem motivação; e (iv) Dano Moral Coletivo no valor de R\$ 3.000.000,00. O julgamento do recurso está suspenso, sem data definida, desde 11/12/2017, em face da repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal.
- Ação Civil Pública - Processo nº 0001988.43.2014.5.10.0008 – em que o autor, o Ministério Público do Trabalho – MPT, cujo objeto é a migração do Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS) para o Plano de Carreira e Remuneração (PCR). Sentença considerou parcialmente procedente o pedido. A **Telebras** interpôs Recurso Ordinário e o Ministério Público do Trabalho interpôs Agravo de Instrumento em Recurso de Revista. A **Telebras**, na data de 30/10/2018, apresentou as contrarrazões recursais. Sem pauta para julgamento.

## 4.7. Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais

Dentro da Gerência Jurídica, a equipe de Gestão Contenciosa provê o atendimento e a gestão dos processos judiciais e administrativos, defendendo os interesses da empresa nas ações em que demanda e naquelas em que é demandada. É atividade da Gerência Jurídica o correto contingenciamento dos processos em análise.

A Gestão Contenciosa é auxiliada pela equipe de Gestão de Riscos Processuais e pela equipe de Suporte à Gestão. A equipe de Gestão de Riscos Processuais é responsável por assessorar o gerente jurídico e a gestão contenciosa na avaliação dos riscos aplicados aos processos judiciais em conformidade com as legislações pertinentes. E a equipe de Suporte à Gestão é responsável por desenvolver e manter os procedimentos internos do departamento com a realização de diversas atividades fundamentais à continuidade dos processos desenvolvidos pela Gerência Jurídica.

O controle das demandas judiciais é realizado pelo sistema de controle interno denominado de Projurid, onde são cadastrados todos os processos judiciais e administrativos e classificados quanto à sua probabilidade de perda, valor da causa e valor contingenciado. Além do cadastramento, o Projurid acompanha e atualiza: os andamentos e desdobramentos processuais; a gestão dos correspondentes; as decisões proferidas pelos tribunais; e o controle dos depósitos judiciais realizados.

## 5. Resultados da Gestão

O desenvolvimento do Planejamento Estratégico e o monitoramento dos Indicadores Corporativos são atribuições da Diretoria de Governança da **Telebras**.

No período de maio a dezembro de 2018, a Diretoria de Governança exerceu as atividades voltadas para o aporte metodológico e capacitação em gestão estratégica, gestão de projetos, gestão de riscos e gestão de processos. Desse modo, o acompanhamento estruturado de metas e indicadores de desempenho será realizado a partir do exercício de 2019.

Na consecução dos objetivos estratégicos, ao longo de 2018, a **Telebras** alcançou os seguintes resultados:

### REDE NACIONAL DE BANDA LARGA

- Substituição dos equipamentos de transmissão de dados, com a adoção de tecnologias com velocidade de 100 Gbps por canal.
- Aumento de 111% do número de circuitos instalados ativos, totalizando 3.654 circuitos instalados ativos.
- Total de 26 mil Km de rede instalada.
- Ampliação da velocidade núcleo da Rede Nacional de Banda Larga.
- Ativação da rede utilizada no Sistema de Comunicação via Satélite.

### SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE

- Inauguração dos Centros de Operações Espaciais em Brasília e no Rio de Janeiro.
- Inauguração das Estações de Acesso em Florianópolis, Salvador e Campo Grande.
- Início da execução do Programa GESAC, com expectativa de receita de R\$660 milhões em cinco anos.

### FINANCEIROS

- Aumento em 172% da receita operacional líquida da empresa, que ultrapassou R\$199 milhões.
- Redução do prejuízo de R\$270 milhões em 2017, para R\$224 milhões em 2018.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

- Estruturação da Diretoria de Governança, com atribuições específicas relacionadas ao Planejamento Estratégico, Gestão de Riscos, Gestão de Projetos e Gestão de Processos.
- Melhoria superior a 300% no desempenho da **Telebras** no Índice de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais.

## COMERCIAIS

- 44 novos contratos com a Administração Pública Federal.
- Fortalecimento da marca por meio da participação em diversos eventos do setor de telecomunicações.

## TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Implantação da solução de Inteligência de Negócios.
- Aprimoramento da solução de Relacionamento com Cliente, de Suporte à Operação da Rede e outros.
- Evolução do Portal do Cliente, com a inclusão de funcionalidades e medição do desempenho.

## 5.1. Atendimento especial

Além da operação cotidiana de seu Negócio, a **Telebras** contribuiu de modo relevante para o atendimento às necessidades do Governo Federal. Um exemplo que merece destaque é a participação da empresa na Operação Acolhida, que ajudou a população necessitada durante a crise humanitária na fronteira entre Brasil e Venezuela. Na operação, a **Telebras** ativou mais de 70 pontos de acesso à Internet de banda larga em postos de fronteira, abrigos humanitários e outras instalações dos agentes governamentais envolvidos.

A experiência demonstrou que a **Telebras** está preparada para atuar em todo o território nacional, provendo rapidamente acesso à Internet onde se fizer necessário.

## 5.2. Metas não alcançadas e justificativas para os resultados

O crescimento econômico da **Telebras** não foi maior em virtude da litigância de empresas concorrentes contra a parceria estratégica firmada entre a **Telebras** e a Viasat para a prestação de serviços de comunicação via satélite. As decisões liminares impediram que os serviços contratados fossem instalados, atrasando o cronograma de execução física e financeira das receitas previstas, em especial quanto ao atendimento do projeto GESAC.

O contingenciamento sofrido pela **Telebras** ao longo dos últimos anos dificultou a execução dos projetos previamente planejados. Nesse sentido, a **Telebras** deverá, ao longo de 2019, revisar seu portfólio de investimentos para que eles sejam adequadamente priorizados, conforme a disponibilização dos recursos orçamentários.

## 5.3. Propostas de indicadores de desempenho

Com o aporte metodológico realizado ao longo do ano, foram identificados indicadores de desempenho, cujo monitoramento será realizado a partir de 2019.

Os principais indicadores de desempenho dos objetivos estratégicos propostos são:

TABELA 5 - Objetivos estratégicos e proposta de indicadores de desempenho

Objetivo	Indicadores
Rentabilizar a rede	- Circuitos ativos - Receita Operacional Bruta - Desconexão de Circuitos - Receita de Novos Produtos
Rentabilizar a operação do SDGC	- Localidades Atendidas - Pontos Ativos - Receita Operacional Bruta - Desconexão de Circuitos
Alcançar EVA Positivo	- EVA - EBITDA - Custos e Despesas Operacionais
Rentabilizar o Cabo Submarino	- Capacidade Utilizada

## 5.4. Perspectivas para os próximos anos

### 5.4.1. Ambiente Externo

A **Telebras** necessitará adequar seu plano estratégico e seu modelo de negócio para uma nova proposição de valor. As mudanças recentes nos decretos que balizam as ações da **Telebras** apresentam-se como oportunidades e ameaças.

As Políticas Públicas de Telecomunicações (Decreto nº 9.612/2018) ampliam o escopo do, agora revogado, Plano Nacional de Banda Larga (Decreto nº 7.175/2010). A versão atual das Políticas Públicas de Telecomunicações incluem diretrizes relacionadas à proteção da infraestrutura crítica de telecomunicações, estímulo e desenvolvimento de negócios sociais, expansão e compartilhamento de infraestrutura, redução de riscos cibernéticos, dentre outros.

Por outro lado, a revogação do Decreto nº 8.135/2013 elimina uma importante vantagem competitiva que a companhia detinha, quanto à contratação direta por parte de seus clientes governamentais. Isso demandará uma adaptação da **Telebras** para fazer frente a essa mudança.

Mudanças externas, como as alterações nos decretos que regulamentam nossas atividades e a mudança da Política Econômica resultante das Eleições de 2018, demandarão a necessidade de adaptar o Plano Estratégico da Companhia para a nova realidade.

As principais oportunidades e ameaças identificadas são apresentadas na tabela 6:

TABELA 6 - Oportunidades e Ameaças Identificadas

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"><li>• Crescimento da demanda por banda larga</li><li>• Demanda reprimida do governo</li><li>• Políticas públicas para o setor</li><li>• Regiões de difícil acesso por via terrestre</li><li>• Grandes operadoras apresentam pouco apetite para atender ao mercado dos ISPs que vem crescendo ano a ano</li><li>• A utilização crescente da Internet das Coisas (IoT), principalmente no meio rural, pode abrir oportunidades de negócios e parcerias comerciais</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Expansão da capacidade dos concorrentes</li><li>• Novos entrantes</li><li>• Novas tecnologias</li><li>• Aspectos regulatórios</li><li>• Preços dos serviços declinantes a cada ano</li><li>• Tendência de migração da base de clientes do serviço IP para o de transporte;</li><li>• Baixa capacidade de investimento para ampliação da rede</li><li>• Cenário macro econômico</li></ul>

## 5.4.2. Mercado

Quanto ao mercado, com nosso sistema de Comunicação Via Satélite passamos a cobrir 100% do território nacional com acesso à Internet de banda larga.

A expansão para oeste do País, não atendida pela concorrência, pode representar uma vantagem competitiva de *first-mover*. São conhecidas como *first-mover*, as empresas com capacidade de inovação que lançam algum produto antes de qualquer outra.

Se nossos serviços de Comunicação Via Satélite forem bem aceitos pelo mercado, a **Telebras** tende a deter importante vantagem competitiva, uma vez que inicialmente não haverá concorrentes. Já os concorrentes, embora iniciem com uma menor participação de mercado, possuem o privilégio da segurança, pois, poderão aprender com os equívocos da **Telebras** e com os *feedbacks* dos clientes.

Em fevereiro de 2018, A Telebras anunciou ao mercado que constituiu parceria com a empresa especializada em comunicações via satélite Viasat. Esta parceria tem a finalidade de viabilizar o atendimento da demanda de seus clientes, em especial no que tange as políticas públicas. Além disso, a parceria permitirá o acesso à Internet de alta velocidade em lugares não atendidos por outras operadoras. O plano da **Telebras** era efetuar a instalação de 15 mil estações terminais até o final de 2018.

Decisão liminar da Justiça Federal do Amazonas suspendeu a parceira e impediu a execução do cronograma de atividades planejado. Em julho de 2018, com a sinalização da queda da liminar, houve uma sequência de ações de forma a restabelecer o cronograma planejado.

No entanto, nova liminar concedida pelo Tribunal de Contas da União impediu a execução do contrato com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para a instalação estações de acesso do programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão – GESAC.

Em outubro de 2018, o Tribunal de Contas da União liberou a execução do contrato para execução do GESAC. O TCU validou o caráter legal, idôneo e transparente adotado pela Telebras ao aplicar a Lei das Estatais (Lei nº 13.303/16) no processo da escolha da Viasat como parceira. O Tribunal também determinou que Telebras e Viasat renegociassem no prazo de 90 dias os termos do contrato e então apresentar à Corte de Contas o resultado das tratativas.

As reuniões de renegociação iniciaram-se em novembro e o processo deverá ser concluído até o final de janeiro de 2019.

### 5.4.3. Econômico-Financeiro

A Lei Orçamentária Anual de 2019 prevê orçamento de investimento para a **Telebras** da ordem de R\$1 bilhão de reais.

Eventuais cortes orçamentários ou atrasos no repasse financeiro dos recursos provenientes da União afetarão a execução da estratégia da **Telebras** no que diz respeito à realização de suas iniciativas.

A capacidade de a empresa alcançar seus Objetivos Estratégicos depende da execução orçamentária bem-sucedida e tempestiva, de forma que as receitas advindas dos projetos voltados à expansão e melhoria de sua rede de telecomunicações possam ser realizadas ao longo de 2019.

Ademais, na realização de sua atividade finalística, a empresa continua na dependência de meios de comunicação de terceiros, o que eleva os custos. Ao longo dos anos, os preços dos serviços de telecomunicação sofrem erosão. Os custos elevados associados à queda de preços demandarão a execução de iniciativas de maximização no uso de todos os recursos disponíveis.

### 5.4.4. Gestão de Pessoas

Por operar em uma indústria de alta tecnologia que demanda muito *know-how*, a perda de competências-chave, assim como a incapacidade de atraí-las e mantê-las, pode resultar em efeitos adversos à sustentabilidade da **Telebras**, especialmente no longo prazo.

## 6. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

Os objetivos estratégicos da **Telebras** são os direcionadores para a alocação de recursos da Companhia para o atendimento das Políticas Públicas de Telecomunicações. Nesta seção, apresentamos como os recursos estão sendo utilizados na implementação de nossos objetivos.

### 6.1. Gestão orçamentária e financeira

Os dispêndios da **Telebras** na Rede Nacional de Banda Larga e no sistema de Comunicação via Satélite são financiados por aportes de capital realizados por seus investidores, empréstimos e pela receita da companhia, resultado de sua prestação de serviços.

No ano de 2018, não houve emissão de ações e subscrição de capital. No entanto, a União realizou Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no montante total de R\$ 450 milhões, sendo R\$ 102 milhões para investimento na Rede Nacional de Telecomunicações (ação 12OF - Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga), R\$ 347 milhões para o sistema de Comunicação via Satélite (ação 146Z - Aquisição de um Satélite em Posição Orbital) e R\$ 1 milhão para o projeto do Cabo Submarino Brasil Europa.

Os repasses dos recursos foram realizados a partir das Ações do Orçamento Fiscal da União 00PA (Implementação da Infraestrutura para a Prestação de Serviços de Comunicação de Dados) e da Ação 00P8 (Desenvolvimento e Lançamento de Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica – SGDC).

Em 2015, a **Telebras** também contraiu uma linha de financiamento privado com a Financiadora de Inovação e Pesquisa - FINEP, da ordem de R\$ 256 milhões para a construção do satélite SGDC.

A tabela 7 apresenta os dados da Execução Orçamentária com base no Programa de Dispêndios Globais – PDG/2018, aprovado (reprogramação) pela Portaria nº 381, de 23/11/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

TABELA 7 - Execução Orçamentária com Base no PDG/2018

Fontes e Usos (Em R\$ milhões)	PDG Realizado	PDG Aprovado	Realização %
<b>Fontes de Recursos</b>	<b>791,24</b>	<b>695,57</b>	<b>114%</b>
<b>Receita</b>	341,24	245,57	139%
<b>Aumento de Capital</b>	450,00	450,00	100%
<b>Usos de Recursos</b>	<b>646,88</b>	<b>976,21</b>	<b>66%</b>
<b>Dispêndios Correntes</b>	433,05	501,49	86%
<b>Dispêndios de Capital</b>	213,83	474,72	45%

Destacamos que, além da receita operacional, é computada como fonte de receita a baixa de passivo, cujo objeto era obrigação originada do processo de cisão do Sistema **Telebras**, conforme notas explicativas das demonstrações financeiras disponíveis no site <[https://www.telebras.com.br/inst/?page\\_id=474](https://www.telebras.com.br/inst/?page_id=474)>

A tabela 8 apresenta o Orçamento de Investimento (OI) da **Telebras** realizado em comparação com o aprovado. A tabela refere-se à versão final aprovada pela Lei nº 13.587/2018, e Portaria nº 318, de 15/10/2018, do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Lei nº 13.764/2018, elaborada com as seguintes ações, distribuição de limites e realização:

TABELA 8 - Orçamento de Investimento

Dispêndios de Capital (Em R\$ milhões)	OI Realizado	OI Aprovado	Realização %
<b>Investimentos</b>	<b>212,84</b>	<b>462,22</b>	<b>46%</b>
<b>12OF – Rede Nacional de Banda Larga</b>	33,16	102,00	33%
<b>146Z – Comunicação via Satélite</b>	175,12	347,00	50%
<b>4101 – Bens Imóveis</b>	-	-	0%
<b>4102 – Bens Móveis</b>	0,06	0,60	10%
<b>4103 – Tecnologia da Informação</b>	4,50	12,62	36%
<b>Inversão Financeira - Cabo Submarino</b>	<b>0,99</b>	<b>1,00</b>	<b>99%</b>
<b>Total</b>	<b>213,83</b>	<b>463,22</b>	<b>46%</b>

O investimento por região da federação ficou abaixo do aprovado para o ano de 2018. A região sudeste foi a que mais recebeu investimentos, uma vez que as conexões originadas nos diversos Estados da federação têm interesse de tráfego nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O maior investimento nessa região foi o projeto de ampliação de elementos do núcleo da Rede Nacional de Banda Larga.

Os investimentos da **Telebras** em sua Rede Nacional de Banda Larga são realizados em todas as regiões do Brasil. Eles ficaram abaixo do orçado para o ano de 2018.

A tabela 9 detalha o Orçamento de Investimento na Ação 12OF – Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga por região do Brasil.

TABELA 9 - Orçamento de Investimento na Rede Nacional de Banda Larga por Região

Região (Em R\$ milhões)	OI Realizado	OI Aprovado	Realização %
<b>Norte</b>	4,31	18,74	23%
<b>Nordeste</b>	4,42	18,14	24%
<b>Sudeste</b>	16,03	21,74	74%
<b>Sul</b>	2,66	18,14	15%
<b>Centro-Oeste</b>	5,74	25,24	23%
<b>Total</b>	<b>33,16</b>	<b>102,00</b>	<b>33%</b>

### 6.1.1. Depósitos Judiciais e Extrajudiciais

A **Telebras** possui depósitos judiciais e/ou recursais relacionados aos processos cíveis/societários, trabalhistas e tributários. Os depósitos judiciais e recursais são acompanhados pela Gerência Jurídica mensalmente. Isso facilita o controle ao final de cada exercício financeiro, de forma a divulgar as informações requeridas pelos usuários internos e externos da **Telebras**.

As composições dos depósitos vinculados e não vinculados às contingências passivas, no ano de 2018, estão apresentados na tabela 10.

TABELA 10 - Quadro geral de depósitos judiciais

Em milhares de R\$

<i>posição em 31.12.2017</i>		<i>posição em 31.12.2018</i>						
EXPECTATIVA DE PERDA	DEPÓSITOS	ADIÇÃO (+) R\$	BAIXA (-) R\$	AJUSTE (+) R\$	RESGATE (-) R\$	TRANSF CP/LP	VAR MON	DEPÓSITOS
<b>DIREITO CÍVEL/SOCIETÁRIO</b>	<b>36.140</b>	<b>7.453</b>	<b>6.415</b>	<b>0</b>	<b>827</b>	<b>0</b>	<b>2.364</b>	<b>38.716</b>
CIRCULANTE	7.943	7.412	6.407	0	827	0	624	8.745
VINCULADO	3.659	7.412	6.356	0	827	0	367	4.255
NÃO VINCULADO	4.284	0	51	0	0	0	257	4.490
NÃO CIRCULANTE	<b>28.196</b>	<b>41</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.740</b>	<b>29.971</b>
VINCULADO	38	24	8	0	0	0	3	58
NÃO VINCULADO	28.158	17	0	0	0	0	1.737	29.913
<b>DIREITO DO TRABALHO</b>	<b>2.864</b>	<b>128</b>	<b>1.083</b>	<b>-4</b>	<b>805</b>	<b>0</b>	<b>63</b>	<b>1.164</b>
CIRCULANTE	318	15	1	-4	47	0	18	299
VINCULADO	285	15	1	-4	47	4	15	267
NÃO VINCULADO	32	0	0	0	0	-4	3	32
NÃO CIRCULANTE	<b>2.547</b>	<b>113</b>	<b>1.082</b>	<b>0</b>	<b>758</b>	<b>0</b>	<b>45</b>	<b>865</b>
VINCULADO	2.252	28	1.082	0	758	95	26	561
NÃO VINCULADO	295	84	0	0	0	-95	19	304
<b>DIREITO TRIBUTÁRIO</b>	<b>1.411</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>88</b>	<b>1.525</b>
CIRCULANTE	38	0	0	0	0	0	2	41
VINCULADO	38	0	0	0	0	0	2	41
NÃO VINCULADO	0	0	0	0	0	0	0	0
NÃO CIRCULANTE	<b>1.372</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>86</b>	<b>1.484</b>
VINCULADO	0	0	0	0	0	0	0	0
NÃO VINCULADO	1.372	26	0	0	0	0	86	1.484
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>40.415</b>	<b>7.607</b>	<b>7.497</b>	<b>-4</b>	<b>1.632</b>	<b>0</b>	<b>2.516</b>	<b>41.404</b>

Em dezembro de 2018, a **Telebras** possuía depósitos judiciais e/ou recursais na importância de R\$ 41,404 milhões, sendo R\$36,1 milhões relacionados a matérias cíveis/societárias, R\$2,8 milhões relacionadas a matérias trabalhistas e R\$1,4 milhões relacionadas a matérias tributárias.

## 6.1.2. Informações sobre indenizações no âmbito administrativo e judicial

O contrato entre a Telebras e o então Ministério da Comunicação para prestação de serviços de telecomunicações para transmissão de dados, áudio e vídeo no âmbito da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 somou a quantia aproximada de R\$ 110,3 milhões. No entanto, deste montante, o contratante alegou descumprimento contratual e descontou o montante aproximado de R\$22,2 milhões de reais. Como decorrência do atraso na ativação dos serviços, o contratante impôs multa moratória no valor aproximado de

R\$1,9 milhão. Foi retida ainda a garantia contratual no valor aproximado de R\$5,5 milhões.

Desde 2014, a Telebras tem empreendido esforços no sentido de reverter a situação. Foram interpostos recursos contra as decisões de imposição da multa moratória. Atualmente, o recurso administrativo interposto pela Telebras encontra-se pendente de decisão Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Quanto à glosa realizada, foi apresentada representação. Aguarda-se atualmente manifestação do Secretário Executivo quando à resposta da Telebras quanto ao assunto. Foi requerida ainda a devolução da garantia, tendo o pedido sido negado.

## 6.2. Gestão de pessoas

As relações de trabalho entre a **Telebras** e seu pessoal são regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas.

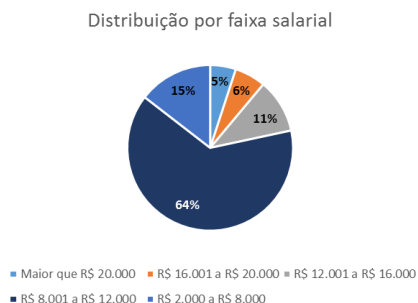
Para assegurar a conformidade com a legislação e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, a **Telebras** observa também as regras e diretrizes estabelecidas pela SEST, TCU e CGU e orienta as unidades internas quanto aos regulamentos aplicáveis.

FIGURA 12 - Quantitativo de atos observados pela Gestão de Pessoas



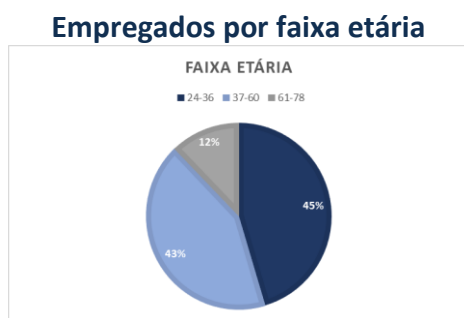
## 6.2.1. Avaliação da força de trabalho

FIGURA 13 - Empregados por faixa salarial



64% dos empregados da **Telebras** estão na faixa entre R\$8 mil e R\$12 mil reais.

FIGURA 15 - Empregados por Faixa Etária



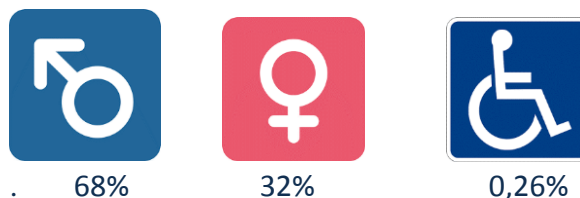
43% dos empregados da **Telebras** possuem entre 24 e 36 anos, e 45% estão possuem entre 37 e 60 anos de idade.

FIGURA 17 - Evolução do Quadro de Pessoal



A **Telebras** encerrou o ano de 2018 com 379 empregados.

FIGURA 14 - Representatividade dos Empregados



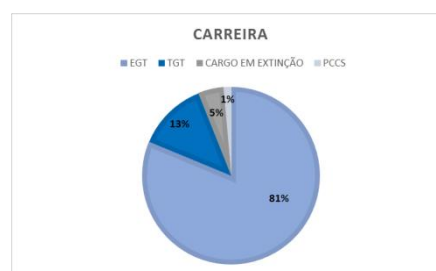
68% dos trabalhadores são do sexo masculino  
32% do sexo feminino.  
Apenas um colaborador é  
Portador de Necessidades Especiais

FIGURA 16 - Situação Funcional dos Empregados

Composição da Força de Trabalho Distribuição por situação funcional		
Efetivos	Requisitados	Ad Nutum
79%	2%	20%
299	6	74

79% dos empregados da **Telebras** são efetivos e apenas 20% são empregados de livre provimento e nomeação.

FIGURA 18 - Carreira dos Empregados

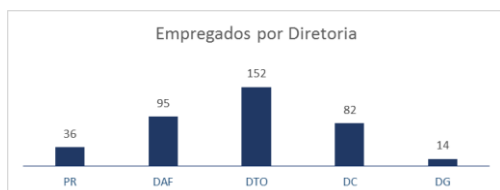


### Plano de Carreira e Remuneração – PCR engloba:

EGT: Especialista em Gestão de Telecomunicações, com 81%  
TGT: Técnico em Gestão de Telecomunicações, com 13%  
CE: Cargo em Extinção, com 5%

Apenas 1% dos empregados ainda optam pelo **Plano de Classificação de Cargos e Salários- PCCS**

FIGURA 19 - Área de Trabalho



Assim, temos 234 empregados atuando na área finalística da empresa e 145 empregados atuando nas áreas de apoio.

FIGURA 20 - Unidade de Serviço



91% dos empregados da **Telebras** estão lotados na Sede, em Brasília.

FIGURA 21 - Cargos Gerenciais



64% de nossos cargos gerenciais são ocupados por profissionais de Carreira Pública. Atualmente, apenas 36% destes cargos são ocupados por profissionais de livre nomeação e exoneração.

## 6.2.2. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

A estratégia de recrutamento e seleção ocorre por meio de certame público, procedimento administrativo que objetiva aferir as aptidões pessoais e selecionar candidatos para o provimento de cargos. Ao realizar o concurso público, a nossa companhia define conteúdos programáticos e tipos de provas que permitam a seleção mais aderente às nossas necessidades.

Ao convocar os concursados, analisamos o perfil, o currículo e a experiência do candidato, alocando-os de acordo com as demandas recebidas das unidades organizacionais. Também admitimos profissionais de livre provimento para cargos de direção, chefia e assessoramento. Estes profissionais realizam atividades não abarcadas pelo Plano de Carreira e Remuneração.

### 6.2.3. Detalhamento da despesa de pessoal

TABELA 11 - Evolução da despesa de pessoal

Evolução da Despesa de Pessoal Telebras - 4 anos				
Ano	2015	2016	2017	2018
Realizado em R\$	62.362.213	84.141.299,00	86.459.280,00	91.829.825
Cresc/ano ant.		35%	3%	6%

Fonte: Realizado Quadro de Pessoal Telebras - DAF/GFO

Houve pequena variação na despesa com empregados ativos da **Telebras** nos últimos dois anos.

O leve acréscimo ocorreu, principalmente, para fazer frente às necessidades de implantação e operacionalização do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação – SGDC, lançado em maio de 2017.

As despesas com inativos e pensionistas não são custeadas pela **Telebras**.

### 6.2.4. Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

Em 2018, realizamos o processo de Avaliação de Desempenho por Competências e Resultados. A Avaliação de Desempenho teve como objetivo diagnosticar o desempenho do colaborador no período de maio a outubro de 2018 de forma a promover o seu desenvolvimento na carreira.

Participaram da Avaliação 378 empregados, sendo 307 elegíveis à promoção. Ao final, nove empregados foram contemplados com progressão horizontal por antiguidade e 91 por mérito. Dentre os empregados eleitos à promoção horizontal por mérito, 75 foram contemplados com dois níveis salariais e os demais com um nível salarial.

### 6.2.5. Tabela de Remuneração

A Remuneração dos Empregados efetivos da **Telebras** segue as Tabelas do Plano de Carreira e Remuneração – PCR ou do Plano de Classificação de Cargos e Salários – PCCS. As tabelas de remuneração estão apresentadas na tabela 12.

TABELA 12 - Escala Salarial PCR e PCCS

TELEBRAS						Vigência: 01/11/2016	
PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO - PCR							
ESCALA SALARIAL							
ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - EGT							
Nível Salarial	Salário Base (R\$)	Nível Salarial	Salário Base (R\$)	Nível Salarial	Salário Base (R\$)	Nível Salarial	Salário Base (R\$)
EGT - 01	8.234,72	EGT - 14	12.092,97	EGT - 27	17.758,96		
EGT - 02	8.481,79	EGT - 15	12.455,76	EGT - 28	18.114,12		
EGT - 03	8.736,23	EGT - 16	12.829,44	EGT - 29	18.476,42		
EGT - 04	8.998,32	EGT - 17	13.214,32	EGT - 30	18.845,94		
EGT - 05	9.268,26	EGT - 18	13.610,75	EGT - 31	19.222,85		
EGT - 06	9.546,31	EGT - 19	14.019,07	EGT - 32	19.607,32		
EGT - 07	9.832,71	EGT - 20	14.439,65	EGT - 33	19.999,45		
EGT - 08	10.127,68	EGT - 21	14.872,83	EGT - 34	20.399,42		
EGT - 09	10.431,51	EGT - 22	15.319,01	EGT - 35	20.807,42		
EGT - 10	10.744,46	EGT - 23	15.778,59	EGT - 36	21.223,58		
EGT - 11	11.066,78	EGT - 24	16.251,96	EGT - 37	21.648,04		
EGT - 12	11.398,80	EGT - 25	16.739,51				
EGT - 13	11.740,76	EGT - 26	17.241,67				

TELEBRAS						Vigência: 01/11/2016	
PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS - PCCS							
ESCALA SALARIAL							
Nível Salarial	Salário Base (R\$)	Nível Salarial	Salário Base (R\$)	Nível Salarial	Salário Base (R\$)	Nível Salarial	Salário Base (R\$)
01	879,31	14	1.717,48	27	4.177,15	40	10.375,37
02	893,34	15	1.840,71	28	4.471,47	41	11.146,18
03	893,34	16	1.973,34	29	4.788,43	42	11.976,30
04	893,34	17	2.116,34	30	5.129,66	43	12.870,17
05	893,34	18	2.269,01	31	5.499,73	44	13.832,76
06	937,37	19	2.436,09	32	5.892,92	45	14.869,46
07	1.022,82	20	2.600,44	33	6.319,09	46	15.985,81
08	1.117,12	21	2.800,88	34	6.778,06	47	17.187,98
09	1.221,24	22	2.992,41	35	7.272,27	48	17.544,59
10	1.306,27	23	3.195,64	36	7.804,52	49	18.860,44
11	1.397,98	24	3.414,48	37	8.377,78		
12	1.496,69	25	3.650,15	38	8.994,87		
13	1.602,93	26	3.903,93	39	9.659,60		

## 6.2.6. Capacitação: estratégia e números

No exercício de 2018, foram realizados 25 eventos de capacitação. Ao todo 253 empregados das diversas áreas da empresa participaram dos eventos. Isso totalizou 4.367 horas de capacitação.

### Média de horas de capacitação por empregado por mês



O indicador de capacitação de 2018 resultou em uma média de 11 horas/ano de capacitação por empregado, contabilizadas as horas de capacitação de janeiro a dezembro em relação à média de empregados do ano.

O Plano de Capacitação para o ano de 2018 investiu R\$ 82,6 mil no Programa Geral de Capacitação e Desenvolvimento e Programa de Capacitação em Idiomas.

O Programa Geral de Capacitação promove cursos e eventos com o objetivo de atender as necessidades da **Telebras**, em especial quanto aos temas relacionados à tecnologia e à legislação. Nesse programa, a **Telebras** investiu pouco mais de R\$ 68 mil.

Na Capacitação em Idiomas foram contemplados ao longo do ano quatro empregados, totalizando o investimento de R\$ 14,5 mil.

## 6.2.7. Principais desafios e ações futuras

O setor de telecomunicações depende de um quadro de pessoal altamente qualificado, em especial no que tange a exploração plena dos recursos do nosso sistema de comunicações via satélite.

A Gestão de Pessoas da **Telebras** tem o desafio de compor, quantitativa e qualitativamente, o quadro de pessoal da empresa. Prevemos a realização de um novo concurso público, com o objetivo de atender demandas da área técnico-operacional em áreas em que os concursos anteriores não dispõem de cadastros reserva.

Ademais, foi aprovado o Plano Bianual de Capacitação, para desenvolvimento durante os exercícios de 2019 e 2020, cujas ações propostas visam promover maior conhecimento técnico e aprimoramento profissional aos empregados. Todas essas ações somadas buscam alcançar o objetivo estratégico de **Dispor das Competências Técnicas e de Gestão Demandadas pela Telebras**, constante de nosso Planejamento Estratégico.

## 6.2.8. Remuneração da Alta Administração

A Alta Administração da **Telebras** compreende os membros estatutários da Companhia. São eles: membros do Conselho de Administração e Fiscal, Presidente, Diretores e membros dos Comitês de Auditoria (COAUD) e de Elegibilidade (CELEG).

Por determinação do Estatuto Social da **Telebras**, os membros do Comitê de Elegibilidade não são remunerados por suas atividades.

Os demais casos são regulados pela Secretaria de Governança das Empresas Estatais – SEST. A **Telebras** elabora proposta de remuneração que é remetida ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para apreciação e encaminhamento à SEST, com vistas a subsidiar a decisão do acionista majoritário por ocasião da realização da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

A remuneração da Alta Administração é composta por Honorários, Gratificação Natalina, Adicional de Férias, Remuneração Compensatória – Quarentena, Seguro de Vida, Indenização de Transferência, Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia, Plano de Saúde, Previdência Complementar, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e INSS Patronal.

Os honorários dos membros conselheiros são fixados em 10% da média dos honorários dos diretores da Companhia.

## 6.2.9. Participação nos resultados

Considerando o contexto econômico-financeiro no qual a Companhia se insere, atualmente a **Telebras** não realiza a distribuição de Participação nos Resultados.

A política de remuneração na **Telebras** para empregados é estabelecida pelo Plano de Carreira e Remuneração - PCR, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

O Programa de Participação nos Lucros e Resultados deve estar em consonância com o atendimento de indicadores de políticas públicas. No entanto, um dos pré-requisitos para a implementação da Participação nos Lucros e Resultados é o resultado financeiro positivo, critério não cumprido pela **Telebras** nos últimos anos.

## 6.3. Gestão de contratos

Para a consecução de suas atividades, a **Telebras** conta com a aquisição de bens e serviços contratados. Com a vigência da Lei das Estatais, a Companhia passou a adotar o seu **Regulamento de licitações e contratos** que prevê a elaboração do Plano Anual de Contratações.

Em 2018, elaboramos o primeiro Plano Anual para as contratações que ocorrerão ao longo de 2019. Enquanto os contratos administrativos são geridos pela Gerência de Compras e Contratos, os contratos finalísticos são geridos por cada uma das áreas demandantes. As diretrizes determinam o papel dos fiscais técnicos e dos gestores de contratos. A realização dos pagamentos dos contratos só é realizada com o respectivo aceite formal dos bens e serviços, quando ambos, fiscal técnico e gestor do contrato, desbloquearem o pagamento no Sistema de Gestão Integrado.

Objetivando garantir a correta escrituração fiscal, contábil, orçamentária e financeira de todos os documentos nas devidas competências jurídicas e fiscais, a **Telebras** também possui diretriz para internalização de documentos fiscais.

Em 2018, ocorreram contratações de aquisição de bens, produtos e serviços no valor de R\$ 40,4 milhões, distribuídos conforme tabela 13:

TABELA 13 - Contratos de aquisição e serviços por modalidade

Contratos de Aquisição e Serviços por Modalidade	R\$ Mil	%
Adesão Ata de Registro de Preço	R\$ 2.620.840	6,51%
Cotação Eletrônica	R\$ 39.045	0,10%
Dispensa	R\$ 449.213	0,78%
Inexigibilidade	R\$ 4.254.112	10,44%
Pregão Eletrônico	R\$ 28.524.208	70,85%
Sistema de Registro de Preços	R\$ 4.560.740	11,33%
<b>Total</b>	<b>R\$ 40.448.157</b>	<b>100%</b>

Os casos de inexigibilidade ou dispensa de licitação explicam-se: pelas contratações por notória especialização, como, por exemplo, no caso da maioria das capacitações dos colaboradores; ou pela inexistência de concorrência, como no fornecimento de energia elétrica e extensões de rede elétrica.

Em fevereiro de 2018, a **Telebras** anunciou a parceria contratual com a empresa Viasat, especializada em comunicações via satélite. Esta parceria possibilitará que a **Telebras** atenda as Políticas Públicas de Telecomunicações assim como à demanda de clientes governamentais. A parceria também possibilitará que a Internet possa chegar a localidades não atendidas em todo o território nacional.

No dia 31 de outubro de 2018, o Tribunal de Contas da União confirmou a legalidade do contrato de parceria entre a **Telebras** e a Viasat e determinou alguns ajustes em cláusulas econômicas, liberando a **Telebras** para o fornecimento de serviços de comunicação via satélite a seus clientes. A renegociação das cláusulas contratuais iniciou-se em 2018, devendo ser apresentada ao Tribunal em 2019.

Ao longo de 2018, a **Telebras** não realizou contratos de Publicidade e Propaganda.

Como desafio para a gestão de contratos em 2019, a **Telebras** pretende integrar o desenvolvimento de seu Plano Anual de Contratações às iniciativas do seu Planejamento Estratégico e Planejamento Orçamentário.

## 6.4. Gestão patrimonial e de infraestrutura

Considerando os avanços tecnológicos na área de controle físico de bens e as melhores práticas do mercado de telecomunicações, a **Telebras** decidiu modernizar os

sistemas de controle patrimonial da empresa, a fim de trazer mais agilidade e confiabilidade às informações. Assim, em 2018, foi concluído o processo licitatório para implantação de solução para a Gestão de Bens Patrimoniais, baseada na tecnologia RFID.

Após a realização do competente processo licitatório, uma Ata de Registro de Preços que totaliza o valor de R\$ 3,1 milhões foi assinada com a empresa IBIAEON Consultoria Patrimonial, Avaliações e Informática Ltda.

Destacamos que a contratação inclui não apenas o fornecimento de *software* e *hardware*, mas também a realização de inventário de toda a planta da **Telebras**. São aproximadamente 500 localidades, cujo registro no balanço patrimonial atinge R\$ 700,0 milhões.

Ainda em 2018, foram executados R\$ 30,1 mil, relativos à preparação da base contábil para início dos trabalhos.

O desafio para o próximo ano será a execução do contrato dentro do exercício de 2019, com a implantação do módulo de controle de ativos no sistema SAP.

## 6.5. Gestão da tecnologia da informação

No ano de 2018, deu-se continuidade ao amadurecimento dos processos de Tecnologia, buscando a evolução dos processos de governança e gestão de tecnologia da informação, visando às ações preditivas, não reativas, e ao atendimento contínuo no aperfeiçoamento dos negócios da Companhia.

No que tange à governança de Tecnologia da Informação, a **Telebras** possui os instrumentos em consonância com as melhores práticas. Os principais documentos são o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Em 2018, os documentos foram atualizados para o alinhamento ao Planejamento Estratégico.

Em 2018, os recursos disponíveis para investimento em Tecnologia da Informação foram contingenciados. Ainda assim, a **Telebras** realizou R\$ 4,4 milhões em investimentos e R\$ 4,1 milhões em despesas correntes.

Diante do contingenciamento as contratações se restringiram às necessidades fundamentais, como aquisição de infraestrutura de processamento para datacenter, contratação do serviço de suporte técnico especializado de TI para prestação de serviços de Service Desk, além da renovação dos contratos já existentes.

## 6.5.1. Iniciativas de Tecnologia da Informação

Entre as iniciativas executadas, destacam-se as ações nos três grandes blocos sistêmicos que atendem a companhia:

**Sistema de Gestão de Relacionamento com o Cliente (SAP CRM):** sistema que gerencia as relações comerciais, desde a identificação da oportunidade até as suas interações junto à Central de Relacionamento. Nesse sistema, é possível gerir solicitações, reclamações de clientes, acompanhar as metas comerciais entre outros. O SAP CRM entrou em operação em 2017 e contou com vários aperfeiçoamentos, com destaque para as Ordens de Serviço que automatizam o processo de instalação e trazem maior transparência ao processo.

**Sistema de Suporte à Operação (OSS):** sistema que integra um conjunto de frentes que auxiliam no monitoramento, controle e gestão de toda a rede de Telecomunicações da **Telebras**. Este projeto inclui as disciplinas de Gestão de Inventário, Gestão de Falhas, Gestão de Desempenho, Tratamento de Incidentes e Problemas, Gestão de Mudança, Gestão de Ordem Técnica. O OSS entrou em operação no final de 2016 e em 2018 foi realizada a implantação da maioria das disciplinas. A finalização da implantação deste sistema está prevista para 2019.

**Sistema Integrado de Gestão Empresarial (SAP ERP):** sistema que integra a gestão administrativa da **Telebras**. Este sistema possui as seguintes disciplinas: Finanças, Contabilidade, Fiscal, Compras, Logística e Recursos Humanos. O sistema entrou em operação no final de 2013, teve em 2018 melhorias nas mais diversas áreas, podendo-se destacar a Contabilidade, Compras e Recursos Humanos. Nestas frentes, tivemos duas novas obrigações legais ambas atendidas nos prazos: e-Social e Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-REINF).

Em relação à Segurança da Informação, focamos na conscientização interna, utilizando pílulas por e-mail e informações na intranet sobre algumas medidas de segurança. A Equipe de Tratamento de Incidentes em Redes de Telecomunicações - ETIR continua em operação e atua principalmente no tratamento e notificação dos incidentes de segurança. Foram implantados diversos controles de segurança em toda a rede interna e de telecomunicações.

Dentre os principais desafios para o ano de 2019, destacam-se a implantação da Gestão Eletrônica de Documentos e a disponibilização de solução de Gestão da Informação de Negócio (*Business Intelligence* e *Business Analytics*) para auxiliar na compreensão das informações empresariais e, conseqüentemente, na tomada de decisões.

Em dezembro foi publicada a **Política Nacional de Segurança da Informação** (Decreto nº 9.637/18). Essa Política cria a demanda por novas competências e oportunidades, além de desafios futuros no âmbito da administração pública federal,

com a finalidade de assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação em nível nacional.

## 6.6. Gestão de custos

Para que a empresa adote uma gestão inteligente e realista dos seus custos, se faz necessário um gerenciamento desses recursos com eficácia e assertividade. O Sistema de Gestão Integrado adotado pela **Telebras** integra a estrutura organizacional da Companhia aos dispêndios na forma de Centros de Custos.

Com os Centros de Custos temos informações de todos os desembolsos de cada uma das áreas da Companhia. Isso permite verificar a qualidade do gasto realizado, comparar com o planejado, estabelecer desvios e eventualmente analisar sua contribuição com a rentabilidade alcançada pela empresa. Possibilita também a alocação de gastos por filial, de forma que as informações possam ser utilizadas na elaboração e execução orçamentária.

O desafio para 2019 na Gestão de Custos é avaliar a metodologia mais adequada para as necessidades da Companhia. Nossa proposta é analisar a viabilidade da adoção do custeio baseado em atividades (ABC) e adaptar o Sistema de Gestão Integrado para utilização da metodologia escolhida.

## 6.7. Sustentabilidade ambiental

A **Telebras** aprovou, em 02 de maio de 2018, sua Política de Sustentabilidade Ambiental e Responsabilidade Social. Por meio desta Política, a empresa manifesta seu compromisso em nortear suas práticas pelos preceitos da responsabilidade social e ambiental, tornando-os parte de sua gestão.

A Política traz um conjunto de princípios norteadores, voluntariamente adotados, que visam implantar ou adaptar ações institucionais, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável.

Em setembro de 2018, a **Telebras** firmou parceria com Ministério do Meio Ambiente para adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). A adoção da A3P demonstra nossa preocupação em obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente. Ao seguir as diretrizes estabelecidas pela Agenda, o órgão público protege a natureza e, em consequência, consegue reduzir seus gastos.

Mais informações sobre o programa podem ser obtidas no site <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>

Além dessas ações, os contratos da **Telebras** celebrados para aquisição de bens e prestação de serviços contam com cláusulas sustentáveis como o cumprimento de normas ambientais, a determinação de não degradação do meio ambiente, a previsão de correção dos danos ambientais eventualmente ocasionados, entre outras.

## 7. Demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis Anuais Completas da **Telebras** são publicadas junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e em jornais de grande circulação de forma que os investidores e toda sociedade possam tomar conhecimento.

Tais demonstrações obedecem aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, às instruções da Comissão de Valores Mobiliários e à Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76, artigo 176).

Esta seção do Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado apresenta uma síntese da Demonstração Contábil Completa, com viés de prestação de contas focado ao público em geral. As demonstrações anuais completas estão disponíveis no link abaixo:

### **Demonstrações Anuais Completas**

URL: [https://www.telebras.com.br/inst/wp-content/uploads/2011/03/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-Cont%C3%A1beis-Anuais-Completas\\_2018.pdf](https://www.telebras.com.br/inst/wp-content/uploads/2011/03/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-Cont%C3%A1beis-Anuais-Completas_2018.pdf)

As Demonstrações Contábeis Anuais Completas complementam e integram este Relatório.

### 7.1. Opinião dos auditores externos

Nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas, o auditor independente contratado pela **Telebras**, Maciel Auditores S/S, expressou que as demonstrações contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Telebras**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As Demonstrações Anuais Completas de 2018 estão disponíveis no link:

### **Demonstrações Anuais Completas**

URL: [https://www.telebras.com.br/inst/wp-content/uploads/2011/03/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-Cont%C3%A1beis-Anuais-Completas\\_2018.pdf](https://www.telebras.com.br/inst/wp-content/uploads/2011/03/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-Cont%C3%A1beis-Anuais-Completas_2018.pdf)

## 7.2. Indicadores Financeiros

Os indicadores financeiros são utilizados pelos investidores para demonstrar quão saudável é uma companhia. Os principais indicadores financeiros são:

**Liquidez Corrente:** mede a capacidade da empresa de cumprir com suas obrigações no curto prazo.

**Liquidez:** mede a capacidade da empresa de cumprir com suas obrigações no médio e longo prazo.

**Composição do Endividamento:** demonstra qual o percentual de passivo de curto prazo é usado no financiamento de terceiros.

**Grau de Endividamento:** mede o quanto uma empresa tem em dívida sobre seu patrimônio e ativo circulante.

**Participação de Capital de Terceiros:** são os recursos externos que as empresas buscam para financiar suas atividades, a partir de outras empresas, como é o caso dos empréstimos.

TABELA 14 - Indicadores Financeiros<sup>2</sup>

Indicadores Financeiros	Medida	2018	2017	2016
Liquidez Corrente	Índice	1,8144	1,5885	4,24
Liquidez Geral	Índice	0,84	0,73	0,84
Composição do Endividamento	%	23,60%	25,60%	11,90%
Grau de Endividamento	%	22,60%	26,20%	26,70%
Participação de Capital de Terceiros	%	29,30%	35,60%	36,50%

<sup>2</sup> Para fins de cálculo dos indicadores financeiros, as rubricas de Despesas Antecipadas, Receitas Diferidas e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital foram reclassificadas para o Patrimônio Líquido.

## 7.3. Síntese do Balanço Patrimonial

TABELA 15 - Síntese do Balanço Patrimonial<sup>3</sup>

R\$ mil	Exercícios findos em:								
	2018			2017			2016		
	Valor	AV%		Valor	AV%	AH%	Valor	AV%	AH%
<b>Rubricas</b>									
Ativo Circulante	347.786	9,7%		365.926	10,7%	-5,0%	413.355	13,5%	-15,9%
Ativo Não Circulante	3.237.483	90,3%		3.059.300	89,3%	5,8%	2.646.573	86,5%	22,3%
Realizável a Longo Prazo	336.906	9,4%		287.429	8,4%	17,2%	275.112	9,0%	22,5%
Investimentos	74.086	2,1%		69.193	2,0%	7,1%	77.145	2,5%	-4,0%
Imobilizado	2.806.288	78,3%		2.683.307	78,3%	4,6%	2.275.655	74,4%	23,3%
Intangível	20.203	0,6%		19.371	0,6%	4,3%	18.661	0,6%	8,3%
<b>Ativo Total</b>	<b>3.585.269</b>	<b>100,0%</b>		<b>3.425.226</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,7%</b>	<b>3.059.928</b>	<b>100,0%</b>	<b>17,2%</b>
Passivo Circulante	191.679	5,3%		230.354	6,7%	-16,8%	97.490	3,2%	96,6%
Passivo Não Circulante	3.023.156	84,3%		2.605.051	76,1%	16,0%	3.462.541	113,2%	-12,7%
Passivo Exigível	3.214.835	89,7%		2.835.405	82,8%	13,4%	3.560.031	116,3%	-9,7%
Patrimônio Líquido	370.434	10,3%		589.821	17,2%	-37,2%	(500.103)	-16,3%	174,1%
<b>Passivo Total</b>	<b>3.585.269</b>	<b>100,0%</b>		<b>3.425.226</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,7%</b>	<b>3.059.928</b>	<b>100,0%</b>	<b>17,2%</b>

<sup>3</sup> A análise horizontal apresenta o comportamento dos valores do exercício de 2018 em relação aos exercícios de 2017 e 2016.

## 7.4. Demonstração de Resultados do Exercício

TABELA 16 - Demonstração do Resultado dos Exercícios

R\$ mil	2018	2017	2016
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>260.002</b>	<b>105.851</b>	<b>81.489</b>
Serviços de Comunicação Multimídia	169.442	98.758	74.486
Locação de Capacidade Satelital	78.240	-	-
Alugueis e Locações	12.320	7.093	7.003
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>(60.350)</b>	<b>(32.558)</b>	<b>(25.435)</b>
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(59.743)	(31.937)	(23.712)
Descontos Incondicionais	(607)	(621)	(1.723)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>199.652</b>	<b>73.293</b>	<b>56.054</b>
<b>RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(262.459)</b>	<b>(224.067)</b>	<b>(200.559)</b>
Meios de Conexão	(77.709)	(26.782)	(10.267)
Pessoal (Exclui PISP)	(76.075)	(66.535)	(65.051)
Serviços de Terceiros	(67.351)	(62.883)	(63.694)
Compartilhamento de Infraestrutura	(42.983)	(43.430)	(39.713)
Alugueis, Locações e Seguros	(10.419)	(7.516)	(8.696)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.048)	(24.534)	(248)
Tributos	(2.386)	(1.597)	(1.642)
Equivalência Patrimonial	(1.716)	23.899	(3.964)
Material	(865)	(754)	(136)
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(220)	(16.922)	(5.756)
Outras Despesas Operacionais	(13.498)	(12.489)	(6.325)
Outras Receitas Operacionais	33.811	15.476	4.933
<b>EBITDA</b>	<b>(62.807)</b>	<b>(150.774)</b>	<b>(144.505)</b>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>-31,46%</i>	<i>-205,71%</i>	<i>-257,80%</i>
Depreciação e Amortização	(126.688)	(60.795)	(49.311)
<b>EBIT</b>	<b>(189.495)</b>	<b>(211.569)</b>	<b>(193.816)</b>
Resultado Financeiro	(35.356)	(32.248)	(77.067)
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(224.851)</b>	<b>(243.817)</b>	<b>(270.883)</b>
<i>Margem Líquida</i>	<i>-112,62%</i>	<i>-332,66%</i>	<i>-483,25%</i>

## 7.5. Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização

TABELA 17 - Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações

R\$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
Prejuízo do Período	(224.851)	(243.817)	(270.883)	-7,8%	-17,0%
(+/-) Resultado Financeiro	35.356	32.248	77.067	9,6%	-54,1%
(+) Depreciação e Amortização	126.688	60.795	49.311	108,4%	156,9%
<b>EBITDA</b>	<b>(62.807)</b>	<b>(150.774)</b>	<b>(144.505)</b>	<b>-58,3%</b>	<b>-56,5%</b>
<b>Ajustes:</b>					
(-) Ganho sobre Passivos	(15.949)	(15.967)	-	-0,1%	100,0%
(-) Receita de Alienação de Investimentos	(9.547)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Perdas na Baixa de Ativos	194	10.105	268	-98,1%	-27,6%
(+/-) Equivalência Patrimonial	1.716	(23.899)	3.964	-107,2%	-56,7%
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos	-	16.475	-	-100,0%	n.d
(+) PECLD - Contrato Copa 2014	-	22.437	-	-100,0%	n.d
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>(86.393)</b>	<b>(141.623)</b>	<b>(140.273)</b>	<b>-39,0%</b>	<b>-38,4%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>(31,5%)</b>	<b>(205,7%)</b>	<b>(257,8%)</b>	<b>-84,7%</b>	<b>-87,8%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>(43,3%)</b>	<b>(193,2%)</b>	<b>(250,2%)</b>	<b>-77,6%</b>	<b>-82,7%</b>

## 7.6. Notas explicativas

As demonstrações contábeis são complementadas por Notas Explicativas, sempre que for necessário esclarecimentos sobre a situação patrimonial e sobre os resultados dos exercícios apresentados.

A relação completa das Notas Explicativas está disponível em nossas Demonstrações Contábeis Anuais Completas, disponível no link:

### Demonstrações Anuais Completas

URL: [https://www.telebras.com.br/inst/wp-content/uploads/2011/03/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-Cont%C3%A1beis-Anuais-Completas\\_2018.pdf](https://www.telebras.com.br/inst/wp-content/uploads/2011/03/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-Cont%C3%A1beis-Anuais-Completas_2018.pdf)

## 8. Outras informações relevantes

### 8.1. Materialidade das Informações

A materialidade das informações divulgadas neste Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado foi determinada em reuniões realizadas ao longo último trimestre de 2018 e no primeiro trimestre de 2019 em que participaram membros da Gerência de Governança, da Gerência de Gestão Empresarial e Diretor de Governança da **Telebras**.

Após reuniões e discussões sobre as informações necessárias, cada uma das áreas da Companhia enviou informações necessárias ao desenvolvimento deste Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado. Como subsídio, utilizamos informações disponíveis nos Relatórios Mensais da Administração, nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas, na Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, na Carta de Serviços ao Usuário e no formulário de Referência da Comissão de Valores Mobiliários. Todo o material foi integrado pela equipe da Gerência de Governança da **Telebras**.

### 8.2. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

A Auditoria Interna realiza acompanhamento sistemático e centralizado dos processos e demandas do TCU, gerando uma análise crítica das demandas e das respostas antes de seu envio ao órgão de controle, dentro dos prazos consignados. Além disso, passou-se a emitir relatório mensal com todas as determinações e recomendações em andamento e com prazo a vencer.

O quantitativo de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as finalizadas pela assunção de riscos pela gestão, as vincendas, e as não implementadas até março de 2019 estão apresentadas na Tabela 18.

TABELA 18 - Resumo das Recomendações da Auditoria Interna

Emitidas	Encerrada - Implementadas	Encerrada - Perda de Objeto	Vincendas	Não Implementadas - Prazo Expirado
24	4	0	20	0

# APÊNDICE I

## Demonstrações Contábeis Anuais Completas

URL: [https://www.telebras.com.br/inst/wp-content/uploads/2011/03/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-Cont%C3%A1beis-Anuais-Completas\\_2018.pdf](https://www.telebras.com.br/inst/wp-content/uploads/2011/03/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-Cont%C3%A1beis-Anuais-Completas_2018.pdf)



# **Telecomunicações Brasileiras S.A – Telebras**

**Demonstrações Contábeis Anuais Completas**

**Exercício 2018**

Relatório da  
Administração  
2018



# **TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A - TELEBRAS**

## **PRESIDENTE**

WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR

## **DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

JOSÉ ORLANDO RIBEIRO CARDOSO

## **DIRETOR COMERCIAL**

ALEX SANDRO NUNES DE MAGALHÃES

## **DIRETOR DE GOVERNANÇA**

RÔMULO BARBOSA

## **DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL**

LUIS FERNANDO DE FREITAS ASSUMPÇÃO

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS</b> .....	<b>5</b>
<b>1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>2 PERFIL DE ATUAÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>3 SUMÁRIO EXECUTIVO</b> .....	<b>10</b>
<b>4 FINANÇAS</b> .....	<b>11</b>
4.1 Estrutura Patrimonial da Companhia – Principais Rubricas .....	11
4.1.1 Ativo Circulante.....	12
4.1.2 Ativo Não Circulante .....	12
4.1.3 Passivo Circulante: .....	12
4.1.4 Passivo Não Circulante .....	13
4.1.5 Patrimônio Líquido.....	13
4.2 Estrutura Econômica da Companhia – Principais Rubricas.....	14
4.2.1 Receita Operacional Líquida .....	15
4.2.2 Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) .....	16
4.2.3 Depreciação e Amortização.....	18
4.2.4 Resultado de Equivalência Patrimonial .....	19
4.2.5 Outras Receitas / Despesas Operacionais.....	19
4.2.6 Resultado Financeiro.....	21
4.2.7 Prejuízo do Exercício Ajustado.....	22
4.2.8 EBITDA/LAJIDA.....	23
4.2.9 Execução Orçamentária .....	24
4.2.10 Fundação SISTEL de Seguridade Social .....	25
<b>5 MERCADO</b> .....	<b>27</b>
<b>6 ATIVIDADES COMERCIAIS</b> .....	<b>28</b>
6.1.1 Planejamento e Marketing .....	29
6.1.2 Vendas.....	30
6.1.3 Escritórios Regionais .....	31
6.1.4 Operações Comerciais .....	32
<b>7 EVOLUÇÃO DA REDE DE TELECOMUNICAÇÕES</b> .....	<b>33</b>
7.1 Rede Terrestre .....	33
7.2 Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas .....	34
7.3 Cabo submarino Brasil-Europa .....	35
7.4 Instalação de Circuitos .....	36
7.5 Operação e Manutenção.....	37
7.6 Tecnologia da Informação.....	37
7.7 Segurança da Informação e Comunicações .....	39

<b>8</b>	<b>CONTENCIOSO JURÍDICO E GESTÃO DE RISCOS PROCESSUAIS</b>	<b>40</b>
8.1	Movimentação dos Processos Judiciais e Administrativos	40
8.2	Acompanhamento e Avaliação das Provisões Judiciais	41
<b>9</b>	<b>GESTÃO DE PESSOAS</b>	<b>45</b>
9.1	Quadro de Pessoal e Remuneração	45
9.2	Remuneração de Dirigentes	46
9.3	Acordo Coletivo de Trabalho	47
9.4	Concurso Público	47
9.5	Avaliação de Desempenho	48
9.6	Capacitação	48
<b>10</b>	<b>LICITAÇÕES E CONTRATOS</b>	<b>50</b>
<b>11</b>	<b>GOVERNANÇA CORPORATIVA</b>	<b>51</b>
<b>12</b>	<b>AUDITORIA EXTERNA</b>	<b>54</b>
<b>13</b>	<b>DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE OS RELATÓRIOS DE AUDITORIA E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>55</b>
<b>14</b>	<b>RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES</b>	<b>56</b>
<b>15</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>57</b>

## LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

TABELA 1 -	Síntese do Balanço Patrimonial .....	11
TABELA 2 -	Indicadores Financeiros.....	11
TABELA 3 -	Demonstração do Resultado dos Exercícios .....	14
TABELA 4 -	Receita Operacional Líquida.....	15
TABELA 5 -	Custos e Despesas Operacionais (exceto depreciação e amortização) .....	16
TABELA 6 -	Depreciação e Amortização .....	18
TABELA 7 -	Resultado de Equivalência Patrimonial.....	19
TABELA 8 -	Outras receitas / despesas operacionais .....	19
TABELA 9 -	Resultado Financeiro .....	21
TABELA 10 -	Prejuízo do Exercício Ajustado .....	22
TABELA 11 -	Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações .....	23
TABELA 12 -	Execução Orçamentária com Base no PDG/2018 .....	24
TABELA 13 -	Orçamento de Investimento Realizado x Aprovado.....	25
TABELA 14 -	Orçamento de Investimento na Ação 12OF por região.....	25
FIGURA 1 -	Rede Nacional Telebras .....	33
GRÁFICO 1 -	Quantitativo de circuitos instalados .....	36
GRÁFICO 2 -	Volumetria mensal de acionamentos corretivos .....	37
TABELA 15 -	Quadro resumo de contingências passivas .....	41
TABELA 16 -	Quadro geral de contingências passivas .....	42
TABELA 17 -	Quadro geral de depósitos judiciais .....	43
TABELA 18 -	Quantitativo de pessoal em 31/12/2018 .....	45
TABELA 19 -	Comparativo do quantitativo de pessoal por vínculo .....	45
TABELA 20 -	Admissões em 2018.....	46
TABELA 21 -	Desligamentos em 2018 .....	46
GRÁFICO 3 -	Quantidade média de horas de capacitação de empregados por mês .....	49
TABELA 22 -	Contratos de aquisição e serviços por modalidade .....	50
GRÁFICO 4 -	Evolução da Telebras no IG-Sest .....	51
FIGURA 2 -	Mapa Estratégico Telebras .....	52

## 1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Consolidação estrutural e operacional. Esses foram os pilares estratégicos da Telebras em 2018. Durante o ano, focamos nossa atuação no fortalecimento da infraestrutura satelital e no gerenciamento de desempenho econômico-financeiro para garantir a rota de estabilidade e de qualidade em nossos serviços. Diante dos bons resultados conquistados ao fim do exercício, esse alinhamento mostrou-se assertivo, o que não significa que tenha sido um ano fácil.

A conclusão da infraestrutura terrestre dos Centros de Operações Espaciais (em Brasília e no Rio de Janeiro) e mais três Estações de Acesso Gateways passa a permitir a ativação da plena capacidade do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) em todo o território brasileiro.

A Telebras vivenciou embates nas mais diversas instâncias da justiça brasileira alcançando, por fim, o reconhecimento legal da parceria estratégica com a Viasat Brasil, viabilizando em larga escala comercial e social a operação do SGDC.

Num salto estratégico por novas competências e oportunidades de negócios, a Telebras substituiu sua participação societária pelo direito de uso irrevogável de parte da capacidade do cabo submarino, que se tornará realidade na interligação direta entre o Brasil e a Europa.

Dois dos principais projetos da Telebras passam a formar a mais moderna e abrangente rede de telecomunicações do Brasil: o projeto SGDC e a rede terrestre de fibras ópticas, que conta com a infraestrutura em seus 1,6 terabites para cobrir o território nacional com seus 26 mil quilômetros, oferecem soluções integradas para garantir segurança nas comunicações estratégicas do Estado, consolidar as políticas públicas e sociais e promover a inclusão digital, preenchendo lacunas de conectividade nas regiões mais remotas e carentes que não são atendidas com acesso à internet. A iniciativa prevê o atendimento a milhares de pontos de interesse

público, como escolas públicas, postos de saúde, postos de fronteira, órgãos públicos federais, comunidades indígenas e quilombolas.

Essa base estratégica permite à Telebras, hoje, prover conectividade, diretamente e através de parceiros, a uma população superior a 130 milhões de habitantes, de norte a sul do Brasil. Alcançamos o número de 3.654 circuitos instalados e em operação: 111% a mais do que os 1.731 circuitos em operação no ano de 2017. São 195 os provedores parceiros nas 27 unidades da Federação que chegam junto aos cidadãos por meio da rede de fibra óptica da Telebras, estruturada em cinco anéis geográficos, distribuídos no norte, nordeste, sudeste, centro oeste e sul do país.

As Políticas Públicas de Telecomunicações (Decreto nº 9.612/18) tiram de cena o Decreto nº 7175/10 e, por consequência, o Programa Nacional de Banda Larga. Ao mesmo tempo, reafirmam e revigoram as configurações de nossa missão e cada uma das diretrizes e fundamentos de nossa atuação.

Em paralelo, o surgimento da Política Nacional de Segurança da Informação (Decreto 9.637/18) estabelece à Telebras a demanda por novas competências e oportunidades, além de desafios futuros no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação em nível nacional.

Hoje, a Companhia soma um Patrimônio Líquido de R\$ 370 milhões. Sua receita operacional líquida passou de R\$ 73 milhões, em 2017, para R\$ 199 milhões, em 2018, o que representa um expressivo aumento de 172%.

O quadro da Telebras é composto por 379 colaboradores e mais de 500 prestadores de serviços indiretos, distribuídos em cerca de 50 empresas contratadas.

Ao longo de 2018, presenciamos uma grande evolução na governança corporativa, pautada por princípios de transparência, prestação de contas e responsabilidade empresarial, e na gestão da estratégia da Telebras, com a

consolidação da aplicação de políticas de gestão empresarial no dia a dia. As práticas de *compliance* também estão em constante aprimoramento, com a intenção de zelar pela atuação ética em todas as instâncias da empresa.

Prova disso é a performance apresentada pela Telebras no Indicador de Governança IG-Sest, da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais – SEST, do Ministério da Economia. Entre 2017 e 2018 a Telebras cresceu 300% no IG-Sest, estando hoje, no grupo das 30 melhores estatais federais do Brasil.

Em suas escolhas estratégicas até aqui, a Telebras tem dado passos importantes sempre em busca da geração de valor e do crescimento da sociedade e do país. Todos os dias, somos movidos ao trabalho pelo compromisso de construir um futuro cada vez melhor. Trabalhamos pela integração de soluções para cumprir a agenda de programas sociais do país, na criação de diferenciais para garantir a segurança estratégica do Brasil e o acesso dos desconectados à internet e a um novo mundo de conhecimentos.

A Administração

## 2 PERFIL DE ATUAÇÃO

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras (adiante mencionada simplesmente como “Telebras” ou “Companhia”), sediada no Setor de Indústrias Gráficas - SIG - Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175 - Bloco A, Salas 211 a 224, Edifício Capital Financial Center - CEP 70610-440 – Brasília-DF, endereço eletrônico [www.telebras.com.br](http://www.telebras.com.br), inscrita no CNPJ sob o nº 00.336.701/0001 - 04, é uma sociedade empresarial de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 1/07/1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia, por meio do Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 7/04/2011; rege-se, portanto, pela Lei nº 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM –, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis.

Em estrita consonância com os seus objetivos institucionais, a TELEBRAS tem direcionado seus esforços no sentido de:

- Intensificar a implantação da infraestrutura necessária à consecução da Política Pública de Telecomunicações (decreto nº 9.612/2018);
- Atender, cada vez com mais efetividade, às determinações da Política Nacional de Segurança da Informação (decreto nº 9.637/2018);
- Ampliar sua carteira de clientes do setor governo;
- Aumentar sua participação em projetos de governo.

Além do exposto, são prioridades da empresa os projetos estratégicos previstos nas Ações Orçamentárias do Governo Federal; de implantação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC); e, do Cabo Submarino Brasil-Europa, detalhados no sumário executivo a seguir.

### 3 SUMÁRIO EXECUTIVO

Ao longo de 2018 a Telebras obteve as seguintes principais conquistas:

- Inauguração dos Centros de Operações Espaciais em Brasília e no Rio de Janeiro e de mais três Estações de Acesso *Gateways* em Florianópolis (SC), Salvador (BA) e Campo Grande (MT).
- Permuta da participação societária no projeto do cabo submarino Brasil-Europa pelo direito de uso irrevogável de uma parcela da capacidade.
- Aumento de 111% do número de circuitos instalados ativos, totalizando 3.654 circuitos instalados ativos.
- Aumento em 172% da receita operacional líquida da empresa, que ultrapassou R\$ 199 milhões.
- Estruturação da Diretoria de Governança, com atribuições específicas relacionadas ao Planejamento Estratégico, Gestão de Riscos, Gestão de Projetos, Gestão de Processos, Gestão Documental e Integridade da Companhia, além de outras atividades previstas na Lei 13.303 (Lei das Estatais).

## 4 FINANÇAS

### 4.1 Estrutura Patrimonial da Companhia – Principais Rubricas

O comportamento das principais rubricas patrimoniais entre os anos de 2016 a 2018 e as explicações acerca das principais variações estão apresentados a seguir:

TABELA 1 - Síntese do Balanço Patrimonial<sup>1</sup>

R\$ mil	Exercícios findos em:								
	2018			2017			2016		
Rubricas	Valor	AV%	Valor	AV%	AH%	Valor	AV%	AH%	
Ativo Circulante	347.786	9,7%	365.926	10,7%	-5,0%	413.355	13,5%	-15,9%	
Ativo Não Circulante	3.237.483	90,3%	3.059.300	89,3%	5,8%	2.646.573	86,5%	22,3%	
Realizável a Longo Prazo	336.906	9,4%	287.429	8,4%	17,2%	275.112	9,0%	22,5%	
Investimentos	74.086	2,1%	69.193	2,0%	7,1%	77.145	2,5%	-4,0%	
Imobilizado	2.806.288	78,3%	2.683.307	78,3%	4,6%	2.275.655	74,4%	23,3%	
Intangível	20.203	0,6%	19.371	0,6%	4,3%	18.661	0,6%	8,3%	
<b>Ativo Total</b>	<b>3.585.269</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.425.226</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,7%</b>	<b>3.059.928</b>	<b>100,0%</b>	<b>17,2%</b>	
Passivo Circulante	191.679	5,3%	230.354	6,7%	-16,8%	97.490	3,2%	96,6%	
Passivo Não Circulante	3.023.156	84,3%	2.605.051	76,1%	16,0%	3.462.541	113,2%	-12,7%	
Passivo Exigível	3.214.835	89,7%	2.835.405	82,8%	13,4%	3.560.031	116,3%	-9,7%	
Patrimônio Líquido	370.434	10,3%	589.821	17,2%	-37,2%	(500.103)	-16,3%	174,1%	
<b>Passivo Total</b>	<b>3.585.269</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.425.226</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,7%</b>	<b>3.059.928</b>	<b>100,0%</b>	<b>17,2%</b>	

TABELA 2 - Indicadores Financeiros<sup>2</sup>

Indicadores Financeiros	Medida	2018	2017	2016
Liquidez Corrente	Índice	1,8144	1,5885	4,24
Liquidez Geral	Índice	0,84	0,73	0,84
Composição do Endividamento	%	23,60%	25,60%	11,90%
Grau de Endividamento	%	22,60%	26,20%	26,70%
Participação de Capital de Terceiros	%	29,30%	35,60%	36,50%

<sup>1</sup> A análise horizontal dos anos de 2017 e 2016 está em relação ao ano de 2018.

<sup>2</sup> Para fins de cálculo dos indicadores financeiros, as rubricas de Despesas Antecipadas, Receitas Diferidas e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital foram reclassificadas para o Patrimônio Líquido.

#### 4.1.1 Ativo Circulante

O Ativo Circulante no final do ano de 2018 apresentou redução de 5,0% e de 15,9% em relação aos anos de 2017 e 2016, respectivamente. A redução em relação a esses exercícios é justificada, basicamente, pela redução da rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa, devido aos fluxos de pagamentos serem maiores que os de recebimentos. No final de 2018, essa rubrica totalizou R\$ 156,1 milhões (R\$ 198,9 em 2017 e R\$ 282,7 milhões em 2016). As demais rubricas não apresentaram variações relevantes.

#### 4.1.2 Ativo Não Circulante

O grupo apresentou crescimento constante na comparação entre o exercício de 2018 e os exercícios de 2017 e 2016. As principais variações ocorreram nas rubricas de Realizável a Longo Prazo e Imobilizado, conforme segue:

No Realizável a Longo Prazo, a variação positiva é explicada pelo adiantamento feito pela Telebras à Viasat no valor de R\$ 50,0 milhões, conforme acordo de parceria para exploração do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

No Imobilizado, na comparação entre o exercício de 2018 e os exercícios de 2017 e 2016 o crescimento foi de 4,6% e 23,3%, respectivamente. Tal aumento é explicado principalmente pelos gastos aplicados no projeto SGDC.

#### 4.1.3 Passivo Circulante:

O comportamento dessa rubrica na comparação entre os exercícios de 2018 e 2017 demonstrou uma variação negativa de 16,8%, justificada, principalmente, pela redução das obrigações com fornecedores de R\$ 38,4 milhões, ou 31,2%. Com relação ao exercício de 2016, houve um crescimento de 96,6% explicado pelo aumento da conta fornecedores de R\$ 40,1 milhões para R\$ 84,3 milhões em 2018, e também pela transferência do Passivo não Circulante para o Circulante da parcela das Receitas Diferidas (Ministério da Defesa – Banda X), que começaram a ser realizadas

em julho de 2018, com a entrada em operação do Satélite SGDC. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dessas receitas no Circulante era de R\$ 36,5 milhões.

#### 4.1.4 Passivo Não Circulante

O Passivo não Circulante apresentou variação positiva de 16,0%, na comparação com o exercício de 2017, e uma variação negativa de 12,7% em relação ao exercício de 2016. As principais rubricas responsáveis por essas variações foram:

- i. **Empréstimo de Financiamentos:** Crescimento de 20,5% na comparação entre 2018 e 2017, resultado da renegociação junto à FINEP do prazo para início da amortização do principal, que no contrato original está previsto para dezembro de 2017, e com a renegociação a amortização do principal passou para junho de 2020. Os juros do contrato também foram suspensos até novembro de 2019 e neste período serão capitalizados ao saldo devedor. Na renegociação não houve alteração dos indexadores do financiamento, mas houve a inclusão ao saldo devedor de uma compensação financeira no valor de R\$ 26,9 milhões.
- ii. **Adiantamentos para futuro aumento de Capital (AFAC):** Na comparação entre o exercício de 2018 e 2017, a rubrica apresentou crescimento de 41,0% ou R\$ 544,8 milhões, que inclui novos aportes realizados pela União em 2017 (R\$ 450,0 milhões) e atualização monetária do período, no valor de R\$ 94,8 milhões. Com relação a 2016, houve uma redução de 16,1% em função do aumento de capital realizado em 2017, no valor de R\$ 1,3 bilhão.
- iii. **Receitas Diferidas:** Apresentou redução de 18,9% e 3,1% em relação aos exercícios de 2017 e 2016, respectivamente. A variação negativa é explicada pela transferência para o Circulante em função da realização por competência.

#### 4.1.5 Patrimônio Líquido

O exercício de 2018, quando comparado ao de 2017, demonstrou variação negativa de 37,2%. Essa variação é justificada basicamente pelo prejuízo apurado em 2018, no valor R\$ 224,9 milhões. Com relação a 2016, houve uma variação positiva de 174,1%, refletindo o aumento de capital realizado em 2017 no montante de R\$ 1,3 bilhão.

## 4.2 Estrutura Econômica da Companhia – Principais Rubricas

O resultado obtido pela Companhia no exercício de 2018, comparado com os exercícios de 2017 e 2016, está apresentado a seguir, com explicações sobre as principais variações ocorridas entre os períodos apresentados.

TABELA 3 - Demonstração do Resultado dos Exercícios

R\$ mil	2018	2017	2016
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>260.002</b>	<b>105.851</b>	<b>81.489</b>
Serviços de Comunicação Multimídia	169.442	98.758	74.486
Locação de Capacidade Satelital	78.240	-	-
<b>Aluguéis e Locações</b>	<b>12.320</b>	<b>7.093</b>	<b>7.003</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>(60.350)</b>	<b>(32.558)</b>	<b>(25.435)</b>
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(59.743)	(31.937)	(23.712)
Descontos Incondicionais	(607)	(621)	(1.723)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>199.652</b>	<b>73.293</b>	<b>56.054</b>
<b>RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(262.459)</b>	<b>(224.067)</b>	<b>(200.559)</b>
Meios de Conexão	(77.709)	(26.782)	(10.267)
Pessoal (Exclui PISP)	(76.075)	(66.535)	(65.051)
Serviços de Terceiros	(67.351)	(62.883)	(63.694)
Compartilhamento de Infraestrutura	(42.983)	(43.430)	(39.713)
Aluguéis, Locações e Seguros	(10.419)	(7.516)	(8.696)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.048)	(24.534)	(248)
Tributos	(2.386)	(1.597)	(1.642)
Equivalência Patrimonial	(1.716)	23.899	(3.964)
Material	(865)	(754)	(136)
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(220)	(16.922)	(5.756)
Outras Despesas Operacionais	(13.498)	(12.489)	(6.325)
Outras Receitas Operacionais	33.811	15.476	4.933
<b>EBITDA</b>	<b>(62.807)</b>	<b>(150.774)</b>	<b>(144.505)</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>-31,46%</b>	<b>-205,71%</b>	<b>-257,80%</b>
Depreciação e Amortização	(126.688)	(60.795)	(49.311)
<b>EBIT</b>	<b>(189.495)</b>	<b>(211.569)</b>	<b>(193.816)</b>
Resultado Financeiro	(35.356)	(32.248)	(77.067)
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(224.851)</b>	<b>(243.817)</b>	<b>(270.883)</b>
<b>Margem Líquida</b>	<b>-112,62%</b>	<b>-332,66%</b>	<b>-483,25%</b>

## 4.2.1 Receita Operacional Líquida

TABELA 4 - Receita Operacional Líquida

R\$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
Serviços de Comunicação Multimídia	169.442	98.758	74.486	71,6%	127,5%
Locação de Capacidade Satelital	78.240	-	-	100,0%	100,0%
Aluguéis e Locações - Outras	12.320	7.093	7.003	73,7%	75,9%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>260.002</b>	<b>105.851</b>	<b>81.489</b>	145,6%	219,1%
Deduções da Receita	(60.350)	(32.558)	(25.435)	85,4%	137,3%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>199.652</b>	<b>73.293</b>	<b>56.054</b>	172,4%	256,2%

Em 2018 a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 199,7 milhões, crescimento de 172,4%, ou R\$ 126,4 milhões em relação ao exercício de 2017 (R\$ 73,3 milhões). Na comparação com 2016, o aumento foi de 256,2% ou R\$ 143,6 milhões (R\$ 56,1 milhões). O avanço da Receita entre os períodos comparados é explicado pelos seguintes eventos:

- i. maior volume faturado em decorrência de novos contratos;
- ii. crescimento da banda ativada;
- iii. incremento dos circuitos geradores de receita (faturados e não faturados), principalmente os vinculados aos contratos da DATAPREV, Ministério do Trabalho e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
- iv. início do reconhecimento da receita de Locação de Capacidade Satelital para o Ministério da Defesa (Banda X). O valor deste serviço foi recebido antecipadamente pela Telebras e a receita será reconhecida ao longo de 15 anos, que é o prazo da prestação do serviço firmado em contrato entre a Telebras e Ministério da Defesa; e,
- v. reconhecimento da receita antecipada no exercício de 2017 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no valor de R\$ 60,0 milhões, referente à entrega da reserva de banda satelital para execução do programa GESAC.

## 4.2.2 Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização)

TABELA 5 - Custos e Despesas Operacionais (exceto depreciação e amortização)

R\$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
Meios de Conexão e Transmissão	(77.709)	(26.782)	(10.267)	190,2%	656,9%
Pessoal (exclui PISP)	(76.075)	(66.535)	(65.051)	14,3%	16,9%
Serviços de Terceiros	(67.351)	(62.883)	(63.694)	7,1%	5,7%
Compartilhamento de Instalações	(42.983)	(43.430)	(39.713)	-1,0%	8,2%
Alugueis, Locações e Seguros	(10.419)	(7.516)	(8.696)	38,6%	19,8%
PECLD <sup>3</sup>	(3.048)	(24.534)	(248)	-87,6%	1129,0%
Tributos	(2.386)	(1.597)	(1.607)	49,4%	48,5%
Materiais	(865)	(754)	(136)	14,7%	536,0%
PISP <sup>4</sup>	(220)	(16.922)	(5.756)	-98,7%	-96,2%
Outras Despesas	-	-	(18)	100,0%	100,0%
<b>Total</b>	<b>(281.056)</b>	<b>(250.953)</b>	<b>(195.186)</b>	<b>12,0%</b>	<b>44,0%</b>

Os Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) totalizaram R\$ 281,1 milhões em 2018 (R\$ 251,0 milhões em 2017 – R\$ 195,2 milhões em 2016), crescimento de 12,0% e 44,0%, respectivamente. O aumento entre os períodos comparados é explicado, basicamente, pelo reconhecimento dos custos com Meios de Conexão e Transmissão, principalmente, aquisição de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), em virtude de novas demandas de serviços de internet, sobretudo, para atendimento aos contratos da DATAPREV, Ministério do Trabalho e ICMBio.

As principais ocorrências no período referente aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

**Meios de Conexão e Transmissão:** Em 2018, os custos com Meios de Conexão e Transmissão totalizaram R\$ 77,7 milhões (R\$ 26,8 milhões em 2017 – R\$ 10,3 milhões em 2016). O crescimento é explicado pelo aumento dos custos com aquisição

<sup>3</sup> Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa

<sup>4</sup> Programa de Indenização por Serviços Prestados

de EILD para atendimento às novas demandas de serviços, principalmente, os contratos de prestação e serviços de internet para a DATAPREV, Ministério do Trabalho e ICMBlo. No exercício de 2018, os custos com EILD totalizaram R\$ 66,4 milhões (R\$ 11,3 milhões em 2017 – R\$ 1,5 milhão em 2016), aumento de 487,6% e 4.327,7% em relação a 2017 e 2016, respectivamente.

**Pessoal:** no ano de 2018 esses custos e despesas totalizaram r\$ 76,1 milhões (r\$ 66,5 milhões em 2017 e r\$ 65,1 milhões em 2016), variação de 14,3% e 16,9% em relação a 2017 e 2016, respectivamente. Esse crescimento é explicado pelos seguintes eventos: i) concessão de aumento salarial devido às promoções por mérito e antiguidade concedidas em dezembro de 2018 e 2017; ii) aumento do quadro de colaboradores; e iii) reconhecimento dos custos de pessoal da Gerência de Engenharia e Operação do Satélite, que até o mês de junho de 2018 eram capitalizados como custo de construção do satélite (projeto SGDC) e, com a entrada em operação do satélite, passaram a ser reconhecidos como Custo dos Serviços Prestados. A variação efetiva, desconsiderando o custo de pessoal, que antes era capitalizado entre o ano de 2018 e 2017, foi de 10,4%.

**Serviços de Terceiros:** Em 2018, os custos e despesas com Serviços de Terceiros apresentaram crescimento de 7,1% e 5,7%, respectivamente em relação aos exercícios de 2017 e 2016. O aumento é justificado pela elevação dos custos com manutenção da planta, em função da expansão de rede e reajustes contratuais e pelo aumento dos custos de energia em decorrência da expansão da rede e instalação das estações de acesso (gateways) do projeto SGDC.

**Alugueis, Locações e Seguros:** Apresentou aumento de 38,6% e 19,8% na comparação com os exercícios de 2017 e 2016. Esse crescimento é explicado, basicamente, pelo reconhecimento dos custos com prêmio de seguro vinculado ao satélite SGDC. O valor reconhecido de competência do exercício de 2018 foi de R\$ 2,1 milhões.

**Compartilhamento de Instalações:** Na comparação entre o exercício de 2018 e 2017, os custos com compartilhamento apresentaram estabilidade. Já com

relação ao ano de 2016, tais custos tiveram crescimento de 8,2% em função de novas parcerias.

**Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP):** Apresentou diminuição de 98,7% e 96,2 em relação a 2017 e 2016, respectivamente. Essa redução é explicada pela revisão da base de provisão do programa e pela baixa de valores a receber, que estavam provisionados no ativo da Companhia referente aos colaboradores cedidos à ANATEL. O valor baixado foi de R\$ 16,5 milhões e a justificativa para a baixa foi a de que esse ativo não se enquadrava nos critérios de reconhecimentos de ativos, conforme CPC 00(R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, pois não havia expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, uma vez que havia incerteza quanto ao recebimento de tais valores pela Telebras. Ambos os eventos ocorreram no exercício de 2017.

#### 4.2.3 Depreciação e Amortização

TABELA 6 - Depreciação e Amortização

R\$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
Depreciação e Amortização	(126.688)	(60.795)	(49.311)	108,4%	156,9%

Em 2018, a rubrica Depreciação e Amortização totalizou R\$ 126,7 milhões, crescimento de 108,4% e 156,9% em relação a 2017 e 2016, respectivamente. O aumento é justificado pelo aumento da base de bens sujeitos à depreciação/amortização, principalmente devido à mudança do “status” do Artefato Satelital, que saiu da condição de “em andamento” para “em serviço” no terceiro trimestre de 2018. Essa alteração gerou um acréscimo médio mensal na depreciação de R\$ 10,8 milhões. O valor do custo reconhecido da depreciação do Artefato Satelital e dos equipamentos terrestres no período de julho a dezembro de 2018 foi de R\$ 65,1 milhões, e sua vida útil foi estimada em 17 anos, conforme informação dos especialistas (engenheiros) da área responsável pelo projeto SGDC.

A amortização do direito de exploração do satélite SGDC pago a ANATEL, totalizou, no período de julho a dezembro de 2018 o valor de R\$ 0,2 milhão.

#### 4.2.4 Resultado de Equivalência Patrimonial

TABELA 7 - Resultado de Equivalência Patrimonial

R\$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.716)	23.899	(3.964)	-107,2%	-56,7%

O Resultado negativo de Equivalência Patrimonial em 2018, no valor de R\$ 1,7 milhão, foi influenciado pelos resultados negativos gerados pelas coligadas da Telebras no exercício. Com relação ao exercício de 2017, a redução de 107,2% é explicada pelo resultado positivo (Lucro) obtido pela coligada Visiona em 2017, no valor de R\$ 52,3 milhões. Com relação ao ano de 2016, ocorreu redução de 56,7%.

#### 4.2.5 Outras Receitas / Despesas Operacionais

TABELA 8 - Outras receitas / despesas operacionais

R\$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
<b>Outras Receitas Operacionais</b>					
Ganhos sobre o Passivo	16.352	16.112	-	1,5%	100,0%
Receita de Alienação de Ativos	9.547	-	-	100,0%	100,0%
Reversão. Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	6.350	104	4.809	6005,8%	32,0%
Recuperação de Tributos	2.485	-	-	100,0%	100,0%
Outras Receitas Operacionais	601	737	124	-18,5%	384,7%
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais	(1.524)	(1.477)	-	3,2%	100,0%
<b>Total</b>	<b>33.811</b>	<b>15.476</b>	<b>4.933</b>	<b>118,5%</b>	<b>585,4%</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>					
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(4.879)	(705)	(353)	592,1%	1282,2%
Tributos	(4.259)	(10)	-	42490,0%	100,0%
Multas - Fornecedores	(2.694)	(168)	(325)	1503,6%	728,9%
Multas sobre Tributos	(820)	(479)	(3.497)	71,2%	-76,6%
Baixas de Ativos (Perdas/Doação)	(194)	(10.105)	(268)	-98,1%	-27,6%
Outras Despesas Operacionais	(652)	(1.020)	(1.900)	-36,1%	-65,7%
<b>Total</b>	<b>(13.498)</b>	<b>(12.487)</b>	<b>(6.343)</b>	<b>8,1%</b>	<b>112,8%</b>
<b>Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida</b>	<b>20.313</b>	<b>2.989</b>	<b>(1.410)</b>	<b>579,6%</b>	<b>-1540,6%</b>

No ano de 2018, o resultado da rubrica de Outras Receitas Operacionais deduzidas de Outras Despesas Operacionais foi positivo no montante de R\$ 20,3 milhões (R\$ 3,0 milhões em 2017 e R\$ 1,4 milhão negativo em 2016). Na comparação com 2017, houve um aumento de R\$ 17,3 milhões, explicado pela baixa de passivo

vinculado ao processo de cisão do Sistema Telebras no valor do principal de R\$ 15,9 milhões no quarto trimestre de 2018. A baixa foi suportada por parecer dos advogados da Companhia, demonstrando que a possibilidade de decisão desfavorável para a Telebras no litígio é considerada de risco possível.

Esse valor se refere a depósitos judiciais levantados pela Telebras após o processo de cisão e que não foram repassados à Telesp (atual Telefônica), beneficiária desses depósitos quando da elaboração do laudo de cisão da Telebras. Com a baixa, a Companhia passou a tratar este passivo dentro do escopo do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Outro evento que contribuiu para o resultado positivo dessa rubrica foi o reconhecimento da receita de alienação das participações societárias das coligadas Cabos Brasil Europa S.A e EllaLink S.A. Essa alienação faz parte da operação de permuta entre as participações societárias nessas coligadas e a aquisição do Direito Irrevogável de Uso (IRU) do Cabo Submarino a ser lançado pela empresa Ellalink Irlanda (subsidiária integral da Eulalink S.L.), e que interligará diretamente o Brasil a Portugal. O valor dessa receita foi de R\$ 9,5 milhões.

## 4.2.6 Resultado Financeiro

TABELA 9 - Resultado Financeiro

R\$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
<b>Receitas Financeiras</b>					
Juros sobre Aplicação Financeira	4.967	7.340	603	-32,3%	723,7%
Juros sobre Tributos	4.186	14.342	1.790	-70,8%	133,9%
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.511	2.478	536	1,3%	368,5%
Outras Receitas	528	939	135	-43,8%	291,1%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(577)	(2.127)	(216)	-72,9%	167,1%
<b>Total</b>	<b>11.615</b>	<b>22.972</b>	<b>2.848</b>	<b>-49,4%</b>	<b>307,8%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>					
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(52.964)	(34.548)	(342)	53,3%	15386,5%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(16.124)	(15.620)	(4.412)	3,2%	265,5%
Juros/VM s/ Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(5.924)	(4.962)	(1.216)	19,4%	387,2%
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(3.840)	-	-	100,0%	100,0%
Reversão de Encargos Financeiros	32.733	-	-	100,0%	100,0%
Outras Despesas	(852)	(90)	(16)	846,7%	5225,0%
<b>Total</b>	<b>(46.971)</b>	<b>(55.220)</b>	<b>(5.986)</b>	<b>-14,9%</b>	<b>684,7%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(35.356)</b>	<b>(32.248)</b>	<b>(3.138)</b>	<b>9,6%</b>	<b>1026,7%</b>

Em 2018, o Resultado Financeiro foi negativo no valor de R\$ 35,4 milhões (R\$ 32,2 milhões em 2017 e R\$ 3,1 milhões em 2016). O comportamento entre os períodos comparados é justificado pelo seguintes eventos: i) mudança no reconhecimento dos encargos financeiros dos Adiantamentos para Futuro aumento de Capital (AFAC) e dos empréstimos e financiamentos a partir do 3 trimestre de 2018, em virtude da entrada em operação do Satélite SGDC (até o 2º trimestre de 2018 estes encargos eram capitalizados como custo do Satélite e a partir do 3º trimestre de 2018, passaram a impactar o resultado da Companhia); e ii) reconhecimento da reversão de encargos financeiros (juros) provisionados, que estavam vinculados ao passivo baixado referente ao processo de cisão do Sistema Telebras, conforme citado no item de “Outras Receitas/Despesas Operacionais”. O valor da baixa destes encargos foi de R\$ 32,7 milhões.

## 4.2.7 Prejuízo do Exercício Ajustado

TABELA 10 - Prejuízo do Exercício Ajustado

R\$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(224.851)</b>	<b>(243.817)</b>	<b>(270.883)</b>	<b>-7,8%</b>	<b>-17,0%</b>
<b>Ajuste de Eventos Não Recorrentes:</b>					
(-) Baixa Passivo Cisão STB - Principal	(15.949)	-	-	100,0%	100,0%
(-) Baixa de Passivo (CPC 00(R1))	-	(15.967)	-	-100,0%	n.d
(-) Baixa Passivo Cisão STB - Encargos Financeiros	(32.733)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Perda na Baixa de Ativos	194	10.105	-	-98,1%	100,0%
(-) Receita de Alienação de Investimentos	(9.547)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos	-	16.475	-	-100,0%	n.d
(+) PECLD - Contrato Copa 2014	-	22.437	-	-11,0%	n.d
<b>Prejuízo do Exercício Ajustado</b>	<b>(282.886)</b>	<b>(210.767)</b>	<b>(270.883)</b>	<b>34,2%</b>	<b>4,4%</b>
<i>Margem Líquida</i>	<i>-141,70%</i>	<i>-287,60%</i>	<i>-483,3%</i>	<i>-50,7%</i>	<i>-70,7%</i>
<i>Prejuízo por Ação (R\$)</i>	<i>-5,7027</i>	<i>-4,2489</i>	<i>-5,4607</i>	<i>34,2%</i>	<i>4,4%</i>

No ano de 2018, o Prejuízo do Exercício foi de R\$ 224,9 milhões (R\$ 243,8 milhões em 2017 e R\$ 270,9 em 2016). Esse prejuízo, ajustado por eventos não recorrentes no valor líquido de R\$ 58,0 milhões (negativo) em 2018 (R\$ 33,1 positivo em 2017) gerou um prejuízo ajustado no exercício de 2018 de R\$ 282,9 milhões (R\$ 210,8 milhões em 2017), aumento de 34,2%.

O aumento do Prejuízo Ajustado de 34,2% é explicado pelos seguintes eventos: i) aumento dos custos com Meios de Conexão e Transmissão, principalmente EILD; ii) aumento do custo com depreciação devido à entrada em operação do Satélite SGC; e iii) mudança no reconhecimento dos encargos financeiros dos AFAC e empréstimos e financiamentos, que eram capitalizados e com a entrada em operação do satélite passaram a impactar o resultado. O impacto negativo destes eventos no período foi parcialmente amortizado pelo aumento da Receita Operacional Líquida no período.

Os eventos considerados para fins de ajuste do Prejuízo do Exercício se referem a: i) baixa de passivo vinculados à cisão do Sistema Telebras; ii) perda na baixa de ativos (imobilizado e investimentos); iii) receita de alienação de investimentos; iv) constituição de PECLD do contrato vinculado à Copa do Mundo de 2014; v) baixa de contas a receber de colaboradores cedidos à ANATEL; e VI) baixa de passivos com base no CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e

Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, item 4.46, pois estes não apresentavam capacidade de geração de benefícios econômicos futuros para a Companhia e não havia a expectativa de desembolso financeiro para liquidar tal passivo.

#### 4.2.8 EBITDA/LAJIDA

TABELA 11 - Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações

R\$ mil	2018	2017	2016	Δ 2018 X 2017	Δ 2018 X 2016
Prejuízo do Período	(224.851)	(243.817)	(270.883)	-7,8%	-17,0%
(+/-) Resultado Financeiro	35.356	32.248	77.067	9,6%	-54,1%
(+) Depreciação e Amortização	126.688	60.795	49.311	108,4%	156,9%
<b>EBITDA</b>	<b>(62.807)</b>	<b>(150.774)</b>	<b>(144.505)</b>	<b>-58,3%</b>	<b>-56,5%</b>
<b>Ajustes:</b>					
(-) Ganho sobre Passivos	(15.949)	(15.967)	-	-0,1%	100,0%
(-) Receita de Alienação de Investimentos	(9.547)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Perdas na Baixa de Ativos	194	10.105	268	-98,1%	-27,6%
(+/-) Equivalência Patrimonial	1.716	(23.899)	3.964	-107,2%	-56,7%
(+) Baixa de Ativos - Colaboradores Cedidos	-	16.475	-	-100,0%	n.d
(+) PECLD - Contrato Copa 2014	-	22.437	-	-100,0%	n.d
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>(86.393)</b>	<b>(141.623)</b>	<b>(140.273)</b>	<b>-39,0%</b>	<b>-38,4%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>(31,5%)</b>	<b>(205,7%)</b>	<b>(257,8%)</b>	<b>-84,7%</b>	<b>-87,8%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>(43,3%)</b>	<b>(193,2%)</b>	<b>(250,2%)</b>	<b>-77,6%</b>	<b>-82,7%</b>

O EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* ou em português - Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização – LAJIDA) não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro/(prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012. Esses ajustes incluem a adição/exclusão do Resultado de Equivalência Patrimonial e Outros Eventos não Recorrentes (Ganhos na Baixa de Passivos e Perdas na Baixa de Ativos, Receita de Alienação de Investimentos, Baixa de Ativos Vinculados a Colaboradores Cedidos e PECLD vinculada ao contrato de prestação de serviço durante a realização da Copa do Mundo de 2014), para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado) não devem ser consideradas

como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

Em 2018, o EBITDA Ajustado foi negativo no valor de R\$ 86,4 milhões (R\$ 141,6 milhões em 2017 e R\$ 140,3 milhões em 2016), demonstrando uma redução na insuficiência de geração operacional de caixa de 39,0% e 38,4%, respectivamente. O resultado negativo de 2018 é reflexo do aumento dos custos e despesas operacionais (12,0%), principalmente, dos Custos com Meios de Conexão e Transmissão (190,2% em relação a 2017 e 656,9% em relação a 2016), apesar do crescimento da Receita Operacional Líquida (172,4%). A Margem EBITDA Ajustada em 2018 foi de -43,3% (-193,2% em 2017 e -250,2% em 2016), redução de 77,6% e 82,7% em relação a 2017 e 2016, respectivamente.

A melhora do EBITDA Ajustado de 2018 em relação aos anos de 2017 e 2016 está ligada ao aumento da Receita Operacional Líquida em função dos novos contratos, principalmente, DATAPREV, Ministério do Trabalho e ICMBio e do reconhecimento da receita de capacidade Satelital por serviços prestados ao MCTIC e Ministério de Defesa (Banda X do satélite SGDC).

#### 4.2.9 Execução Orçamentária

Dados da Execução Orçamentária com base no Programa de Dispêndios Globais –PDG/2018, aprovado (reprogramação) pela Portaria nº 381, de 23/11/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

TABELA 12 - Execução Orçamentária com Base no PDG/2018

Fontes e Usos (Em R\$ milhões)	PDG Realizado	PDG Aprovado	Realização %
<b>Fontes de Recursos</b>	<b>791,24</b>	<b>695,57</b>	<b>114%</b>
Receita	341,24	245,57	139%
Aumento de Capital	450,00	450,00	100%
<b>Usos de Recursos</b>	<b>646,88</b>	<b>976,21</b>	<b>66%</b>
Dispêndios Correntes	433,05	501,49	86%

Dispêndios de Capital	213,83	474,72	45%
-----------------------	--------	--------	-----

Orçamento de Investimento (OI) da TELEBRAS. Versão final aprovada pela Lei 13.587/2018, Portaria nº 318, de 15/10/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Lei nº 13.764/2018, elaborado com as seguintes ações, distribuição de limites e realização:

TABELA 13 - Orçamento de Investimento Realizado x Aprovado

Dispêndios de Capital (Em R\$ milhões)	OI Realizado	OI Aprovado	Realização %
<b>Investimentos</b>	<b>212,84</b>	<b>462,22</b>	<b>46%</b>
12OF - Projeto PNBL	33,16	102,00	33%
146Z - Projeto SGDC	175,12	347,00	50%
4101 - Bens Imóveis	-	-	0%
4102 - Bens Móveis	0,06	0,60	10%
4103 - Tecnologia da Informação	4,50	12,62	36%
<b>Inversão Financeira - Cabo Submarino</b>	<b>0,99</b>	<b>1,00</b>	<b>99%</b>
<b>Total</b>	<b>213,83</b>	<b>463,22</b>	<b>46%</b>

Segue detalhamento do Orçamento de Investimento na Ação 12OF – Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga por região:

TABELA 14 - Orçamento de Investimento na Ação 12OF por região

Região (Em R\$ milhões)	OI Realizado	OI Aprovado	Realização %
Norte	4,31	18,74	23%
Nordeste	4,42	18,14	24%
Sudeste	16,03	21,74	74%
Sul	2,66	18,14	15%
Centro-Oeste	5,74	25,24	23%
<b>Total</b>	<b>33,16</b>	<b>102,00</b>	<b>33%</b>

#### 4.2.10 Fundação SISTEL de Seguridade Social

A Telebras é patrocinadora dos seguintes planos de Previdência Privada: PBS-A, PBS – Telebras, Telebras-PREV, e também do Fundo de Assistência Financeira à Saúde - PAMA. Nota explicativa específica às Demonstrações

Financeiras traz os dados atuariais pertinentes, o respectivo parecer atuarial e a posição da Administração da Companhia a respeito.

## 5 MERCADO

As ações ordinárias nominativas (ON) e preferenciais nominativas (PN) de emissão da Telebras vêm sendo negociadas regularmente na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sob os símbolos TELB3 e TELB4.

Em 2018, no mercado à vista, foi registrado um total de 7.015 negócios, envolvendo uma quantidade de 1,7 milhões de ações e volume de recursos na ordem de R\$ 38,65 milhões.

O preço médio de fechamento durante o ano de 2018 foi de aproximadamente R\$ 28,71 por ação ON e de R\$ 20,03 por ação PN.

As ações da Companhia são custodiadas pelo Banco Bradesco S.A.

## 6 ATIVIDADES COMERCIAIS

A Telebras, no período entre 2016-2018, partiu de um faturamento de 80,35 milhões em 2016, fechando 2017 com um faturamento de 99,64 milhões (crescimento de 24%) e atingindo a marca de crescimento de mais de 100% em 2018, tudo isso em um período de crise econômica no Brasil e de quedas nos preços dos serviços de telecomunicações, tanto no mercado nacional como internacional. Nesse aspecto, deve-se registrar que os resultados apenas não foram ainda maiores em 2018 em virtude de litigância de empresas concorrentes contra a parceria estratégica firmada pela Telebras com a ViaSat, que se arrastou ao longo de todo esse ano e atrasou a instalação e o faturamento dos circuitos satelitais.

Um dos motivos desse aumento exponencial de faturamento foi o foco em atendimento à administração pública e médios provedores, os quais atuam como multiplicadores da banda larga para pequenos provedores e usuários finais. Essa estratégia comercial levou a números expressivos na quantidade de circuitos: 44 novos contratos com Administração Pública Federal.

Em 2018, a Telebras completou o Plano de Negócios do SGDC, promoveu uma redução inteligente de despesas de seus Escritórios Regionais, realizou chamamento público, com aprovação prévia do TCU e, em virtude de não ter havido propostas das empresas do setor, promoveu uma parceria estratégica com a ViaSat, nos termos da Lei nº 13.303/2016 (“Lei das Estatais”), possibilitando a sustentabilidade do projeto SGDC da Telebras, garantindo banda para a estatal atender a seus clientes, por meio de parâmetros claros para inclusão digital, incluindo planos de WiFi comunitário.

Adicionalmente, 2018 foi o ano em que o projeto de cabo submarino entre o Brasil e a Europa tomou sua forma definitiva, a partir da conclusão de seu plano de negócios, com previsão de início das operações em 2020, com altas capacidades reservadas para a Telebras que, portanto, poderá reduzir custos, oferecer novos produtos e realizar novas permutas.

A Telebras foi, ainda, a empresa escolhida, como única capaz de atendimento em altas capacidades em Banda Ka, abrangendo 100% do território nacional, para Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), possibilitando ativações de circuitos em 2018, destacando-se a disponibilização de banda larga em escolas públicas anteriormente sem conectividade ou com conexões de baixa velocidade.

Em resumo, 2018 foi um ano de aumento exponencial de faturamento, êxitos em batalhas judiciais, conclusão de planos de negócios importantes, inclusão digital, atendimento de provedores com altas capacidades de transporte e definição de uma perspectiva vencedora para 2019.

#### 6.1.1 Planejamento e Marketing

Em 2018, a Telebras concluiu os planos de negócios de comercialização do SGDC e o plano de negócios do cabo submarino. O novo modelo de cálculo de custos, com objetivo de aperfeiçoar a precificação da empresa foi aprofundado em 2018 e terá sua formulação reforçada pela criação de um comitê de precificação e planejamento, que visa a um maior controle de custos, debates em torno das estratégias e controles da Telebras e agilidade de negócios da empresa, com decisões mais rápidas e aderentes à realidade sempre dinâmica do mercado de telecomunicações.

Os produtos satelitais demandaram um modelo de precificação com flexibilidades que atendam às necessidades de customização dos clientes e potenciais clientes da Telebras, em termos de, por exemplo, franquia e relação entre download e upload.

A Gerência de Planejamento e Marketing, junto com a Gerência Financeira e Orçamentária, também realizou os estudos de viabilidade econômico-financeira de projetos especiais, destacando-se atendimentos a clientes de Estado com muitos pontos de atendimento, tanto com rede terrestre quando com circuitos satelitais.

A Telebras buscou, durante o ano de 2018, participar de eventos que promovessem a valorização e o conhecimento da marca Telebras e, sobretudo, possibilitassem networking que viabilizassem novos negócios, tanto com novos clientes quando com ampliações dos contratos já estabelecidos. Nesse aspecto, a Telebras participou dos eventos Expo TIC, Congresso Latino-americano de Satélites, Greenk Tech Show, Abranet (Associação Brasileira de Internet), Abrint (Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações), Futurecom, Fórum Global Virtual Educa e CBTIMAM (Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação e Meio Ambiente Municipal).

### 6.1.2 Vendas

O ano de 2018 foi marcado pelo início da execução do contrato com o MCTIC (Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) para atender ao programa GESAC (Governo Eletrônico – Serviço de Acesso ao Cidadão), com o objetivo de levar banda larga de alta qualidade para os mais distantes e carentes pontos do País, em escolas, postos de saúde, postos de fronteira, aldeias indígenas, quilombolas, e outros grupos sociais de vulnerabilidade. O contrato supera R\$ 660 milhões de reais em 5 anos de prestação de serviços.

O Acordo de Compartilhamento de Receitas e Equipamentos com a Viasat, julgado pelo TCU em 2018, foi considerado lícito e inovador, gerando condições para a Telebras implementar diversos projetos, como o Programa Internet Para Todos (MCTIC), além de gerar receitas significativas para a Companhia pelo uso da capacidade do SGDC. A conjugação de resultados desse Acordo coloca cifras de patamares bilionários durante todo o tempo de vigência, e foi substancialmente incrementado com as modificações sugeridas pelo TCU.

Entretanto, por força de inúmeras batalhas no âmbito judicial, o contrato GESAC foi questionado e suspenso. Assim como o Acordo de Parceria. Somente no final de 2018, houve o encaminhamento e a liberação pela Corte de Contas dos referidos contratos. O reflexo nas receitas foi sentido. A Telebras precisou investir seus melhores recursos profissionais em toda a discussão com a instância judicial,

para conseguir superar um dos seus maiores desafios.

Paralelamente, as equipes de vendas se desdobraram nas atividades de renovação dos principais contratos, na ampliação de serviços (*upgrades*) e também na conquista de novos contratos. Foi um esforço muito trabalhoso, mas recompensador. Foram mais de R\$ 100 milhões oriundos da contratação de novos serviços, ampliação dos contratos atuais e renovações. Esse esforço está bem alinhado com o desafio de dar sustentabilidade econômico-financeira para a Companhia nos próximos anos.

Cumprindo a missão de recriação da Companhia, a Telebras celebrou novos contratos, parcerias, e atuou junto aos maiores e mais relevantes grupos de provedores de acesso de internet do País, aproveitando a infraestrutura de transporte da sua rede (*backbone*), oferecendo alternativas viáveis para a massificação da banda larga no Brasil. Os volumes negociados foram significativos e alinhados à nova estratégia comercial da Companhia.

Ampliamos também a nossa oferta de produtos, no sentido de atender aos órgãos da administração federal voltados para a proteção e defesa de fronteiras, da segurança pública, da segurança institucional. Nesse sentido, fechamos contratos significativos, que marcam o posicionamento estratégico da Telebras.

O esforço coordenado de diversas áreas da Diretoria Comercial, e também de outras diretorias da empresa, foram determinantes para consolidar o faturamento de 2018 como o maior resultado da história da Telebras. Superamos os números colocados no orçamento pelo acionista controlador e colocamos a Companhia, definitivamente, no patamar de Empresa Estatal de Grande Porte.

### 6.1.3 Escritórios Regionais

Os Escritórios Regionais obtiveram resultados significativos no atendimento aos provedores regionais de Internet, oferecendo produtos de transporte e produtos IP.

A Telebras possui ao todo seis Escritórios Regionais. Eles estão assim localizados: (i) Brasília, que atende o Distrito Federal e os Estados de Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins; (ii) Belém, que atende os Estados do Amazonas, Amapá, Pará e Roraima; (iii) Fortaleza, que atende os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe; (iv) Rio de Janeiro, que atende os Estados de Espírito Santo, Minas Gerais, e Rio de Janeiro; (v) São Paulo, que atende o Estado de São Paulo e; (vi) Porto Alegre, que atende os Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

#### 6.1.4 Operações Comerciais

Em busca de eficiência operacional e no aprimoramento do relacionamento com os clientes, a Gerência de Operações Comerciais – GOC, envidou esforços na melhorias e readequações de seus processos e controles internos, no aperfeiçoamento do tratamento informatizado das informações cadastrais de clientes e fluxo de demandas para atendimento da área técnica, visando garantir conformidade, celeridade, transparência e rastreabilidade.

Em 2018, foi iniciado o aprimoramento da gestão de informações gerenciais, destinadas à disponibilização de ferramentas informatizadas para coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações, que ofereçam suporte a gestão de negócios, dentro do conceito de *Business Intelligence* – BI;

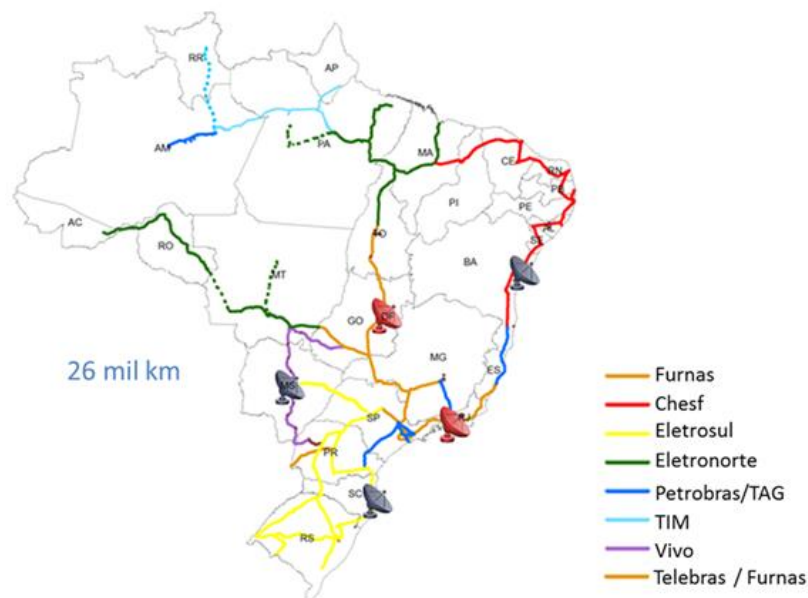
Além disso, atuou no aprimoramento contínuo dos processos e recursos voltados ao gerenciamento do relacionamento com os clientes (CRM - *Customer Relationship Management*), com foco tanto no negócio quanto na busca da satisfação dos clientes.

## 7 EVOLUÇÃO DA REDE DE TELECOMUNICAÇÕES

### 7.1 Rede Terrestre

A Telebras possui atualmente um *backbone* nacional de 26.000 km de fibras ópticas percorrendo todas as regiões do país. Essas fibras estão, em sua maioria, em cabos OPGW (*Optical Ground Wire*) existentes nas linhas de transmissão das concessionárias de energia, mas, também, em gasodutos e rodovias estaduais e federais. O mapa a seguir ilustra essa rede nacional e a as empresas parceiras no *backbone*:

FIGURA 1 - Rede Nacional Telebras



No ano de 2018, a Telebras atuou principalmente na ampliação da capacidade de seu *backbone*, além da expansão de novos trechos das abordagens necessárias às estações de comunicação satelital, para o SGDC.

Foram efetuadas diversas ampliações, focando na substituição de canais de 40Gbps por canais de 100Gbps em partes específicas da rede. Outro ponto importante foi a continuação de projetos focados na melhoria continuada da rede, entre eles a ampliação do núcleo de rede IP/MPLS com capacidade de até 25,6Tbps,

com conclusão prevista para o início de 2019. Foram também concluídos projetos, visando à melhoria da infraestrutura, como a troca de bancos de baterias e implantação de grupo motor gerador em estações Telebras, garantindo assim o aumento da disponibilidade e confiabilidade da sua rede.

Ainda em 2018, destaca-se também a ativação da rede de serviço satelital terrestre do SGDC que interconecta todas as estações de monitoramento, Teleportos e Centros de Operação Espacial. Todos esses dados são transportados pelo mesmo *backbone* que atende o PNBL. Essas estações estão presentes em todas as cinco regiões do país e em estações terrestres presentes nos estados de Rondônia, Acre, Piauí, Roraima, Campo Grande, Santa Catarina, Paraíba, Brasília, São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A rede Telebras teve aumento de sua cobertura ampliada em 2018 e passou a ter um potencial de atendimento de 490 municípios diretamente, e 1158 municípios atendidos indiretamente por provedores clientes, com abrangência de aproximadamente 64% da população brasileira.

## 7.2 Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas

O SGDC é o único satélite de alta capacidade (HTS – *High Throughput Satellite*) com cobertura em todo território nacional. Lançado em maio de 2017, sua avançada tecnologia permite à Telebras massificar o acesso à internet em banda larga via satélite em todo o Brasil. O satélite possui duas bandas de frequência, uma de uso exclusivo militar (banda X) e outra civil (banda Ka), a qual possibilita o atendimento de comunidades desconectadas e isoladas digitalmente, escolas, centros de saúde, postos de fronteira, aldeia indígenas e outros pontos de interesse coletivo. Cumpre ressaltar que o SGDC é o único satélite operado e controlado por empresa totalmente brasileira, sem controle acionário estrangeiro.

A Telebras é executora das principais políticas públicas de telecomunicações e de inclusão digital, tais como o Programa Governo Eletrônico – Serviço de

Atendimento ao Cidadão (GESAC), e o Internet para Todos, ambos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Destaca-se a participação da Telebras durante a crise humanitária que resultou na Operação Acolhida, em Roraima, fronteira com a Venezuela. A Telebras ativou mais de 70 pontos de acesso à Internet, envolvendo postos de fronteira, abrigos humanitários e outras instalações dos agentes governamentais envolvidos. Tal experiência mostrou que a Telebras está preparada para atuar em qualquer situação, em âmbito nacional, provendo rapidamente conectividade onde se fizer necessário.

### 7.3 Cabo submarino Brasil-Europa

O principal motivo para a construção do cabo submarino, que irá interligar diretamente o Brasil a Portugal, é o interesse em uma rota alternativa para a saída internacional de dados no país. Além disso, o tráfego de dados entre o Brasil e a Europa depende, necessariamente, da passagem pelos Estados Unidos. Nesse sentido, o Cabo EllaLink é uma solução estratégica, com rota única e baixa latência para a comunicação entre os dois continentes.

A Telebras e a Eulalink, empresa espanhola, detinham uma sociedade nas empresas EllaLink Spain S.A. e Cabos Brasil Europa S.A, que seriam responsáveis por construir o Cabo. Em 12 de setembro de 2018, a Telebras celebrou contratos para permutar a totalidade de sua participação acionária nessas empresas, por Direito Irrevogável de Uso (IRU) no Cabo Submarino a ser lançado pela empresa Ellalink Ireland S.L., que é subsidiária integral da Eulalink S.L.

A operação foi formalizada em dois contratos: (1) o SPA, que formaliza a alienação da totalidade das ações da Telebras para a EulaLink S.L. e (2) o contrato de IRU do espectro, celebrado com a EllaLink Ireland S.L., que prevê a compra de 200Gbps entre Lisboa e Fortaleza, entregues 100Gbps no primeiro ano e 100Gbps no segundo ano, mantendo sua vigência por 15 anos. Ainda fazem parte do contrato de IRU (i) a opção de compra de mais 800Gbps, entregues à taxa de 100Gbps por ano a

partir do terceiro ano; (ii) a extensão do prazo do IRU por mais 10 anos; e (iii) a opção de recepção do sinal em Praia Grande em vez de Fortaleza.

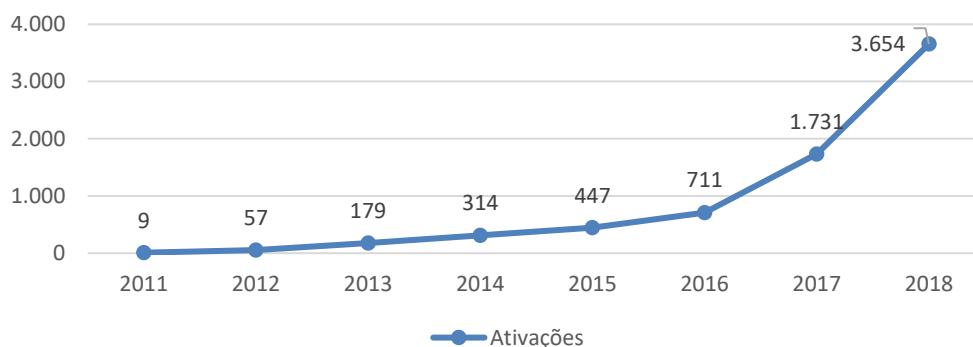
A concretização da operação estava condicionada à entrada em vigor do contrato de fornecimento de cabo entre a EllaLink Ireland e a ASN (Alcatel Submarine Networks), fornecedora do Cabo, o que ocorreu em 31 de dezembro de 2018. Tal condição visava conferir à Telebras a garantia de que apenas permutaria suas ações nas empresas EllaLink Spain S.A. e Cabos Brasil Europa S.A após a certeza de que o Cabo seria construído.

#### 7.4 Instalação de Circuitos

A instalação de circuitos comercializados pela Telebras consiste na entrega física e lógica da rede de telecomunicações contratada por seus clientes. Este processo é composto por um planejamento prévio visando à entrega do serviço contratado de modo tempestivo, dentro do custo e escopo desejado, e posteriormente a execução da instalação propriamente dita.

Em 31/12/2017, a Telebras possuía 1731 circuitos instalados em operação e encerrou o ano de 2018 com 3654 circuitos em sua planta, uma evolução de 111%.

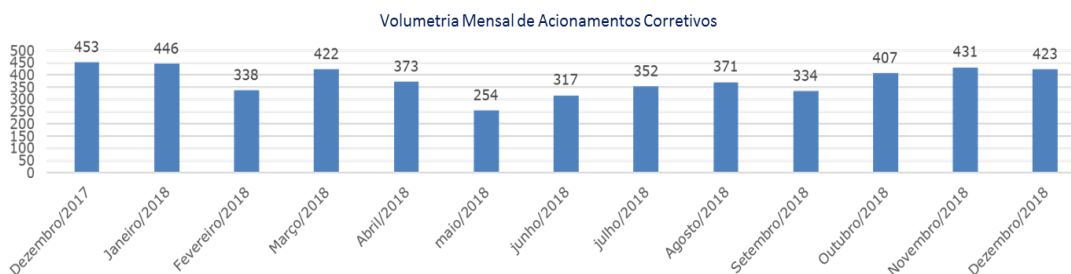
GRÁFICO 1 - Quantitativo de circuitos instalados



## 7.5 Operação e Manutenção

A Operação e Manutenção da rede nacional de telecomunicações da Telebras compreende a manutenção da planta em campo, com equipes distribuídas em todo o território nacional e a operação centralizada no Centro Integrado de Gerência de Rede – CIGR/NOC, localizado em Brasília, responsável pelas atividades de monitoramento, desempenho e análise de tráfego, tratamento e escalonamento de incidentes, aceitação de estações, gestão de mudanças, ativação, configuração e gerenciamento proativo de clientes e circuitos de rede, com os respectivos níveis de serviço.

GRÁFICO 2 - Volumetria mensal de acionamentos corretivos



O volume de equipamentos atualmente gerenciados na rede da Telebras é de 4.527 elementos (dados de dezembro de 2018), um crescimento de 83,57% em relação ao ano anterior, o que demonstra o grande crescimento da planta em operação e a complexidade operacional da rede nacional de longa distância (Backbone) e das redes metropolitanas.

## 7.6 Tecnologia da Informação

No ano de 2018 deu-se continuidade ao amadurecimento dos processos de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), buscando a evolução dos processos de governança e gestão, visando às ações preditivas, não reativas, e o atendimento contínuo no aperfeiçoamento dos negócios da Companhia.

Entre as iniciativas executadas, destacam-se as ações nos três grandes blocos sistêmicos que atendem a companhia:

- Sistema SAP CRM (*Customer Relationship Management* ou Gestão de Relacionamento com o Cliente), sistema de gestão que envolve as relações comerciais, desde a identificação da oportunidade até à Central de Relacionamento, gerindo solicitações, reclamações e metas comerciais entre outros. Sistema que entrou em operação em 2017, teve vários aperfeiçoamentos, destaque para as Ordens de Serviço que automatizam o processo de instalação e traz maior transparência ao processo.
- Sistema OSS (*Operations Support Systems* ou Sistemas de Suporte à Operação), sistema de gestão que integra um conjunto de frentes que auxiliam no monitoramento, controle e gestão de toda a rede de Telecomunicações da TELEBRAS. Este projeto possuiu as seguintes disciplinas: Gestão de Inventário, Gestão de Falhas, Gestão de Desempenho, Tratamento de Incidentes/Problemas, Gestão de Mudança, Gestão de Ordem Técnica. Sistema que entrou em operação no final de 2016 com alguns poucos módulos, teve em 2018 a implantação da maioria das disciplinas e é previsto em 2019 a finalização desta implantação.
- Sistema SAP ERP (*Enterprise Resource Planning* ou Sistema Integrado de Gestão Empresarial), sistema que realiza a integração de toda a gestão administrativa da TELEBRAS. Este possui as seguintes disciplinas: Finanças, Contabilidade, Fiscal, Compras, Recursos Humanos e Logística. Sistema que estreou em operação no final de 2013, teve em 2018 melhorias nas mais diversas áreas, podendo destacar a Contabilidade, Compras e Recursos Humanos. Nessas frentes tivemos duas novas obrigações legais, ambas atendidas nos prazos:
  - O e-Social, elaborado pelo Governo Federal, para a administração de informações relativas aos trabalhadores. São diversas obrigações exigidas neste processo, que foi desenvolvido na Telebras em 2017. O Governo iniciou a obrigação de envio das informações em janeiro de 2018 e este trabalho foi realizado conforme previsto no cronograma.

- O EFD-REINF, um braço do eSocial com a finalidade preponderante de tratar algumas questões fiscais, tem como funcionalidade principal receber as escriturações de rendimentos pagos e as retenções do Imposto de Renda.

Outra ação importante foi a evolução do Portal de Clientes. Inicialmente, por meio dessa ferramenta, os clientes podiam acompanhar apenas a disponibilidade dos seus circuitos e os protocolos do *callcenter*. No ano de 2018 foram adicionadas várias funcionalidades, como medições de desempenho e outras. Esta solução agrega valor e qualidade aos serviços prestados pela Telebras aos seus clientes.

### 7.7 Segurança da Informação e Comunicações

Em 2018, focamos na conscientização interna, utilizando pílulas por e-mail e informações na intranet sobre algumas medidas de segurança. A Equipe de Tratamento a Incidentes em Redes de Telecomunicações - ETIR continua em operação e atua principalmente no tratamento e notificação dos incidentes de segurança. Foram implantados diversos controles de segurança em toda a rede interna e de telecomunicações.

## 8 CONTENCIOSO JURÍDICO E GESTÃO DE RISCOS PROCESSUAIS

A atuação contenciosa subdividiu-se em outros dois campos: (i) reativamente, na defesa dos interesses da Telebras em quaisquer tribunais; e (ii) pró-ativamente na reanálise dos processos judiciais e administrativos da Companhia, na revisão dos valores de contingência, nos prognósticos de perda, na readequação ou ratificação da condução processual de cada feito e, por vezes, na redefinição de estratégias.

Com intuito de aprimorar a gestão relativa às contingências e provisões jurídicas, bem como elaborar e acompanhar as perícias judiciais realizadas em processos em que a Telebras figura no polo ativo e passivo, a Companhia deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela subárea constituída no exercício de 2014 – Gestão de Riscos Processuais –, que tem como objetivo: (i) analisar, juntamente com os advogados responsáveis pelo caso, o tipo de tratamento contábil que deverá ser atribuído a cada processo judicial e/ou administrativo; (ii) acompanhar, avaliar, atuar e emitir pareceres técnicos sobre laudos periciais relativos aos processos que envolve a Companhia; e (iii) tratar e gerir as informações referentes às contingências e provisões judiciais.

### 8.1 Movimentação dos Processos Judiciais e Administrativos

No fechamento do mês de dezembro de 2018, a Telebras atuava no polo passivo perante 1.304 ações judiciais de natureza, cível/societária, trabalhista e tributária, nos diversos tribunais do país, com redução em relação às 1.527 ações auferidas em 31 de dezembro de 2017.

O acompanhamento e gestão dos respectivos processos são realizados pelas áreas “Cível/Societário” (trabalhos consolidados pelos núcleos cível estratégicos, cível de massa e cível trabalhista), “Trabalhista” (trabalhos consolidados pelo núcleo trabalhista) e “Tributário” (trabalho consolidado pelo núcleo tributário), conforme destacado a seguir:

TABELA 15 - Quadro resumo de contingências passivas

	<i>posição em 31.12.2017</i>	<i>posição em 31.12.2018</i>
<b>EXPECTATIVA DE PERDA</b>	<b>QTDE PROC</b>	<b>QTDE PROC</b>
<b>PROVÁVEL</b>	<b>98</b>	<b>110</b>
ATÉ UM ANO	53	54
DIREITO CÍVEL/SOCIET	44	43
DIREITO DO TRABALHO	7	9
DIREITO TRIB. FEDERAL	2	2
MAIS DE UM ANO	45	56
DIREITO CÍVEL/SOCIET	25	31
DIREITO DO TRABALHO	18	23
DIREITO TRIB. FEDERAL	2	2
<b>POSSÍVEL</b>	<b>1118</b>	<b>850</b>
ATÉ UM ANO	320	270
DIREITO CÍVEL/SOCIET	313	265
DIREITO DO TRABALHO	4	2
DIREITO TRIB. FEDERAL	3	3
MAIS DE UM ANO	798	580
DIREITO CÍVEL/SOCIET	721	531
DIREITO DO TRABALHO	73	45
DIREITO TRIB. FEDERAL	4	4
<b>REMOTO</b>	<b>311</b>	<b>344</b>
ATÉ UM ANO	182	177
DIREITO CÍVEL/SOCIET	175	170
DIREITO DO TRABALHO	7	7
DIREITO TRIB. FEDERAL	0	0
MAIS DE UM ANO	129	167
DIREITO CÍVEL/SOCIET	109	121
DIREITO DO TRABALHO	19	45
DIREITO TRIB. FEDERAL	1	1
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1527</b>	<b>1304</b>

## 8.2 Acompanhamento e Avaliação das Provisões Judiciais

Atualmente, a Companhia possui provisão apenas para os valores relativos aos processos que estão classificados no critério de expectativa de perda “provável”, conforme normativos contábeis. Durante o ano de 2018, foram registradas

movimentações nas contingências da Companhia, que estão demonstradas na tabela abaixo:

TABELA 16 - Quadro geral de contingências passivas

*Em milhares de R\$*

<i>posição em 31.12.2017</i>		<i>posição em 31.12.2018</i>							
EXPECTATIVA DE PERDA	CONTINGÊNCIA	ADIÇÃO (+) R\$	BAIXA (-) R\$	AJUSTE (+) R\$	AJUSTE (-) R\$	TRANSF CP/LP	VAR MON	JUROS	CONTIGÊNCIA
<b>PROVÁVEL</b>	<b>48.787</b>	<b>3.747</b>	<b>7.433</b>	<b>0</b>	<b>6.265</b>	<b>1.132</b>	<b>1.390</b>	<b>4.534</b>	<b>45.892</b>
ATÉ UM ANO	19.735	2.631	4.141	0	6.265	-24	656	1.726	14.318
DIREITO CÍVEL/SOCIET	15.566	2.603	4.007	0	6.265	-24	652	1.431	9.955
DIREITO DO TRABALHO	3.252	28	134	0	0	0	0	292	3.438
DIREITO TRIB. FEDERAL	918	0	0	0	0	0	4	4	926
MAIS DE UM ANO	29.052	1.115	3.292	0	0	1.157	734	2.808	31.574
DIREITO CÍVEL/SOCIET	22.195	97	7	0	0	24	734	2.190	25.234
DIREITO DO TRABALHO	6.764	1.018	3.285	0	0	1.132	0	618	6.248
DIREITO TRIB. FEDERAL	92	0	0	0	0	0	0	0	92
<b>POSSÍVEL</b>	<b>70.798</b>	<b>59.854</b>	<b>31.009</b>	<b>0</b>	<b>13</b>	<b>-1.132</b>	<b>1.489</b>	<b>4.944</b>	<b>104.930</b>
ATÉ UM ANO	52.016	2.929	24.972	0	7	0	890	2.295	33.151
DIREITO CÍVEL/SOCIET	27.696	2.929	24.952	0	7	0	720	2.121	8.506
DIREITO DO TRABALHO	40	0	19	0	0	0	0	4	24
DIREITO TRIB. FEDERAL	24.280	0	0	0	0	0	171	171	24.621
MAIS DE UM ANO	18.782	56.925	6.037	0	7	-1.132	599	2.649	71.779
DIREITO CÍVEL/SOCIET	10.717	56.204	1.377	0	0	0	600	1.659	67.803
DIREITO DO TRABALHO	6.929	721	4.660	0	7	-1.132	2	993	2.846
DIREITO TRIB. FEDERAL	1.135	0	0	0	0	0	-3	-3	1.129
<b>REMOTO</b>	<b>45.905</b>	<b>114.390</b>	<b>117.864</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.372</b>	<b>9.623</b>	<b>55.426</b>
ATÉ UM ANO	2.358	366	177	0	0	0	68	216	2.832
DIREITO CÍVEL/SOCIET	2.295	93	177	0	0	0	68	208	2.487
DIREITO DO TRABALHO	63	273	0	0	0	0	0	9	344
DIREITO TRIB. FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MAIS DE UM ANO	43.547	114.024	117.687	0	0	0	3.304	9.406	52.594
DIREITO CÍVEL/SOCIET	40.278	103.510	110.648	0	0	0	3.299	9.147	45.586
DIREITO DO TRABALHO	2.161	10.515	7.039	0	0	0	0	254	5.890
DIREITO TRIB. FEDERAL	1.108	0	0	0	0	0	5	5	1.118
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>165.489</b>	<b>177.991</b>	<b>156.306</b>	<b>0</b>	<b>6.279</b>	<b>0</b>	<b>6.251</b>	<b>19.101</b>	<b>206.247</b>

As análises detalhadas anteriormente têm como objetivo demonstrar a evolução da provisão jurídica (expectativa de perda provável) referente aos processos judiciais e/ou administrativos da Companhia.

Do acompanhamento total da provisão realizada pela Gerência Jurídica, observou-se uma redução na expectativa de perda provável, entre os meses de dezembro/2017 e dezembro/2018 na importância líquida de R\$ 2.895 mil.

No que diz respeito aos depósitos, a companhia possui depósitos judiciais e/ou recursais relacionados aos processos cíveis/societários, trabalhistas e tributários. As composições dos depósitos vinculados (expectativa de perda provável) e não vinculados às contingências passivas, no ano de 2018, estão assim distribuídas:

TABELA 17 - Quadro geral de depósitos judiciais

*Em milhares de R\$*

<i>posição em 31.12.2017</i>		<i>posição em 31.12.2018</i>						
EXPECTATIVA DE PERDA	DEPÓSITOS	ADIÇÃO (+) R\$	BAIXA (-) R\$	AJUSTE (+) R\$	RESGATE (-) R\$	TRANSF CP/LP	VAR MON	DEPÓSITOS
<b>DIREITO CÍVEL/SOCIETÁRIO</b>	<b>36.140</b>	<b>7.453</b>	<b>6.415</b>	<b>0</b>	<b>827</b>	<b>0</b>	<b>2.364</b>	<b>38.716</b>
CIRCULANTE	7.943	7.412	6.407	0	827	0	624	8.745
VINCULADO	3.659	7.412	6.356	0	827	0	367	4.255
NÃO VINCULADO	4.284	0	51	0	0	0	257	4.490
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>28.196</b>	<b>41</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.740</b>	<b>29.971</b>
VINCULADO	38	24	8	0	0	0	3	58
NÃO VINCULADO	28.158	17	0	0	0	0	1.737	29.913
<b>DIREITO DO TRABALHO</b>	<b>2.864</b>	<b>128</b>	<b>1.083</b>	<b>-4</b>	<b>805</b>	<b>0</b>	<b>63</b>	<b>1.164</b>
CIRCULANTE	318	15	1	-4	47	0	18	299
VINCULADO	285	15	1	-4	47	4	15	267
NÃO VINCULADO	32	0	0	0	0	-4	3	32
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.547</b>	<b>113</b>	<b>1.082</b>	<b>0</b>	<b>758</b>	<b>0</b>	<b>45</b>	<b>865</b>
VINCULADO	2.252	28	1.082	0	758	95	26	561
NÃO VINCULADO	295	84	0	0	0	-95	19	304
<b>DIREITO TRIBUTÁRIO</b>	<b>1.411</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>88</b>	<b>1.525</b>
CIRCULANTE	38	0	0	0	0	0	2	41
VINCULADO	38	0	0	0	0	0	2	41
NÃO VINCULADO	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.372</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>86</b>	<b>1.484</b>
VINCULADO	0	0	0	0	0	0	0	0
NÃO VINCULADO	1.372	26	0	0	0	0	86	1.484
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>40.415</b>	<b>7.607</b>	<b>7.497</b>	<b>-4</b>	<b>1.632</b>	<b>0</b>	<b>2.516</b>	<b>41.404</b>

Os depósitos judiciais e/ou recursais são acompanhados pela Gerência Jurídica mensalmente. Isso facilita o controle ao final de cada exercício financeiro, de forma a divulgar as informações requeridas pelos usuários internos e externos da Telebras.

Diante de todo o exposto, conclui-se que no fechamento do mês de dezembro/2018, a Companhia possuía registrado no seu passivo, provisão no montante de R\$ 45.892 mil, sendo que 31,2% (R\$ 14.318 mil) estavam classificados com expectativa de encerramento de curto prazo e 68,8% (R\$ 31.574 mil) no longo prazo.

Por fim, ressalta-se, ainda, que no fechamento do mês em referência, a Companhia possuía depósitos judiciais e/ou recursais na importância de R\$ 41.404 mil, dos quais, 12,5% (R\$ 5.182 mil) referem-se aos depósitos vinculados à provisão, e 87,5% (R\$ 36.222 mil) estão relacionados aos depósitos não vinculados à provisão, ou seja, depósitos judiciais e/ou recursais referentes aos processos classificados na expectativa de perda possível ou remota.

## 9 GESTÃO DE PESSOAS

### 9.1 Quadro de Pessoal e Remuneração

A Telebras encerrou o exercício de 2018 com um Quadro de Pessoal composto por 436 (quatrocentos e trinta e seis) empregados distribuídos conforme segue:

TABELA 18 - Quantitativo de pessoal em 31/12/2018

Quantitativo de Pessoal - Posição em 31/12/2018			
Empregados (Sede + Escritórios Regionais)	Quadro Efetivo	299	379
	Livre Provimento	74	
	Requisitados	6	
Empregados Cedidos	Anatel	44	57
	Demais Órgãos	13	
<b>Total de empregados</b>		<b>436</b>	

O quadro abaixo apresenta o comparativo entre a posição em de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018.

TABELA 19 - Comparativo do quantitativo de pessoal por vínculo

Quantitativo de Pessoal por Vínculo	2017	2018
Quadro Efetivo (inclui 57 cedidos)	341	356
Livre Provimento	71	74
Requisitados	5	6
<b>Total</b>	<b>417</b>	<b>436</b>

O quantitativo de pessoal referente ao exercício de 2018 sofreu um acréscimo de 4,5% em relação ao exercício anterior. Até 31 de dezembro de 2018, as admissões e desligamentos ocorreram conforme segue:

TABELA 20 - Admissões em 2018

Admissões em 2018	Quantidade
Especialistas em Gestão de Telecomunicações - EGT	27
Técnicos em Gestão de Telecomunicações - TGT	0
Livre Provimento	15
Requisitados	1
<b>Total</b>	<b>43</b>

TABELA 21 - Desligamentos em 2018

Desligamentos em 2018		Quantidade	
Quadro Efetivo	Sede + Ers	11	12
	Cedidos	1	
Livre Provimento			12
Requisitados			0
<b>Total</b>			<b>24</b>

## 9.2 Remuneração de Dirigentes

A remuneração paga aos dirigentes durante o exercício de 2018 observou os critérios estabelecidos na legislação vigente, bem como na orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, em cumprimento ao disposto no Art. 40, inciso VI, alínea i e inciso XII, do Decreto nº 8.818/2016 e Art. 27, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 8.945/2016.

No exercício, a maior remuneração paga aos Dirigentes relativa a dezembro/2018 foi de R\$38.748,78 (trinta e oito mil, setecentos e quarenta e oito reais e setenta e oito centavos).

Em 2018, a maior e a menor remuneração paga aos empregados do quadro de pessoal da empresa, relativa ao mês de dezembro, foi de R\$ 27.572,42 (vinte e sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos) e R\$ 2.391,46 (dois mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos), e a remuneração

média foi de R\$ 11.074,66 (onze mil, setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

### 9.3 Acordo Coletivo de Trabalho

O Acordo Coletivo de Trabalho - ACT referente ao período de 01/11/2017 a 30/10/2018 (ACT 2017-2018) se encontra em fase de julgamento pelo Tribunal Regional do Trabalho, em virtude de Dissídio Coletivo instaurado pelo SINTTEL/DF. O ACT 2018-2019 referente ao período de 01/11/2018 a 30/10/2019 encontra-se em fase de negociações entre a Telebras e o SINTTEL-DF.

### 9.4 Concurso Público

O 2º Concurso Público realizado pela Telebras em 2013 teve vigência até 06/05/2017 para o provimento de 75 vagas declaradas, sendo 27 Especialistas em Gestão de Telecomunicações - EGT, para admissão em Brasília, e 44 vagas para os Escritórios Regionais, além de 4 Técnicos em Gestão de Telecomunicações – TGT, para Brasília.

No total foram admitidos 189 (cento e oitenta e nove) candidatos classificados, sendo que até o final do exercício de 2018, 66 (sessenta e seis) se desligaram da empresa.

O 3º Concurso Público da Telebras foi realizado em 2015 para o provimento de 41 vagas declaradas, sendo 37 Especialistas em Gestão de Telecomunicações - EGT e 4 Técnicos em Gestão de Telecomunicações – TGT, sendo todas as vagas destinadas para Brasília.

Durante o exercício de 2015 até o final de 2018 foram admitidos 120 (cento e vinte) candidatos classificados, dos quais 11 (onze) eram cotistas negros e 2 (dois) candidatos de pessoa com deficiência. Dos 120 admitidos, 20 (vinte) se desligaram da empresa até o final de 2018.

Em resumo, considerando os mencionados concursos públicos realizados pela Telebras, foram admitidos 309 (trezentos e nove) dos quais 86 já se desligaram da empresa (28%).

O Concurso Público de 2015 foi prorrogado por mais 02 (dois) anos, com vencimento em 16-02-2020.

#### 9.5 Avaliação de Desempenho

O processo de Avaliação de Desempenho por Competências e Resultados, realizado em 2018, teve como objetivo diagnosticar o desempenho do colaborador no período de maio a outubro de 2018 e promover o seu desenvolvimento na carreira.

No exercício de 2018 foram concedidas promoções por antiguidade e por mérito.

Participaram do processo de avaliação 378 (trezentos e setenta e oito) empregados, sendo 307 (trezentos e sete) elegíveis. Ao final, 9 (nove) empregados foram contemplados com progressão por antiguidade e 91 (noventa e um) por mérito.

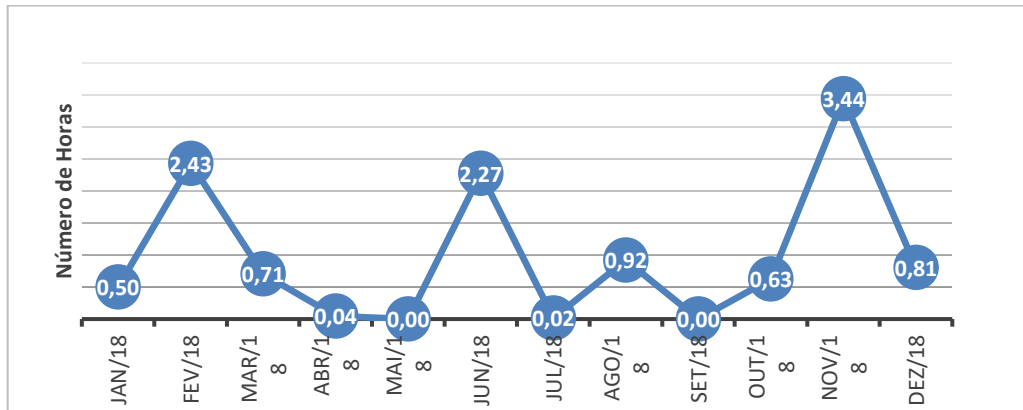
Dentre os empregados eleitos à promoção horizontal por mérito, 75 (setenta e cinco) foram contemplados com dois níveis salariais e os demais com um nível salarial.

#### 9.6 Capacitação

O indicador de capacitação de 2018 resultou em uma média de 11,77 horas/ano de capacitação por empregado, contabilizadas as horas de capacitação de janeiro a dezembro em relação à média de empregados do ano.

O gráfico abaixo apresenta o indicador de horas médias mensais de capacitação por empregado em 2018:

GRÁFICO 3 - Quantidade média de horas de capacitação de empregados por mês



## 10 LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em 2018, ocorreram contratações de aquisição de bens, produtos e serviços, no valor de R\$ 40,4 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo:

TABELA 22 - Contratos de aquisição e serviços por modalidade

<b>Contratos de Aquisição e Serviços por Modalidade</b>	<b>R\$ Mil</b>	<b>%</b>
Adesão Ata de Registro de Preço	R\$ 2.620.840	6,51%
Cotação Eletrônica	R\$ 39.045	0,10%
Dispensa	R\$ 449.213	0,78%
Inexigibilidade	R\$ 4.254.112	10,44%
Pregão Eletrônico	R\$ 28.524.208	70,85%
Sistema de Registro de Preços	R\$ 4.560.740	11,33%
<b>Total</b>	<b>40.448.157</b>	<b>100%</b>

Os casos de inexigibilidade ou dispensa de licitação explicam-se pelas contratações por notória especialização, como, por exemplo, no caso da maioria das capacitações dos colaboradores; inexistência de concorrência, como no fornecimento de energia elétrica e extensões de rede elétrica.

## 11 GOVERNANÇA CORPORATIVA

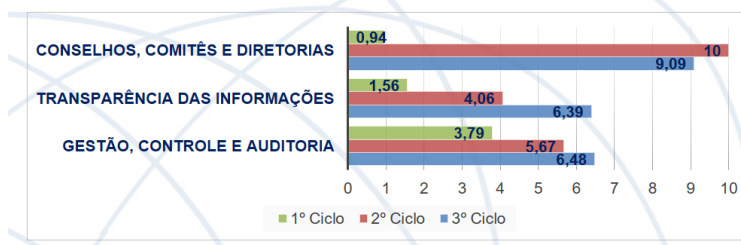
A Diretoria de Governança – DG foi criada em 08 de março de 2018 na 432ª Reunião do Conselho de Administração da Telebras e sua estrutura e atribuições foram estabelecidas no Regimento Interno vigente a partir de 09 de março de 2018. A DG é composta por duas Gerências, instaladas em 07 de maio de 2018: a Gerência de Governança e a Gerência de Gestão Empresarial.

O destaque da Diretoria de Governança -- e maior demonstração da evolução da importância do trabalho realizado -- é a evolução da Telebras na avaliação dos Indicadores de Governança – IG-SEST estabelecidos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

No 3º Ciclo, a Telebras ampliou a sua média em relação aos dois Ciclos anteriores, obtendo crescimento de 300% em relação ao 1º Ciclo, o que garantiu à empresa a permanência no 2º nível (de 4), empatada com a segunda colocada desse grupo. Importante salientar a evolução da Telebras no IG-SEST: Médias 2,41 no 1º Ciclo; 6,10 no 2º e 7,24 no último Ciclo, acima da média geral que foi de 7,0.

GRÁFICO 4 - Evolução da Telebras no IG-Sest

Ciclo	Nota	Nível
<b>3º Ciclo</b>	<b>7,24</b>	<b>2º</b>
2º Ciclo	6,10	2º
1º Ciclo	2,41	4º



No terceiro ciclo a **Telebras** obteve nota **7,24**, superior à média geral **7,00**. Estamos a frente de empresas como **Codesp, Chesf, Caixa Participações e Embrapa**.

As ações realizadas para o desenvolvimento do Plano Estratégico da Telebras são um trabalho interno que possui relevância ainda maior. Em 2018, o Mapa Estratégico da Telebras, elaborado com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

FIGURA 2 - Mapa Estratégico Telebras



A seguir apresentamos as ações da Diretoria de Governança que merecem destaque:

Na área de Integridade destacam-se aprovação da Política e do Programa de Integridade da Telebras, as ações de planejamento do Plano de Integridade, cujas ações serão desenvolvidas a partir de janeiro de 2019 e a Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

No campo da Conformidade, a revisão do processo de aprovação de instrumentos normativos (Prática 37) e o acompanhamento da elaboração de instrumentos normativos pelas diversas áreas de Telebras.

Já a área de Gestão do Conhecimento realizou a consolidação e envio dos relatórios mensais da administração aos diretores e conselheiros, além da elaboração dos relatórios a todas as partes interessadas, em que se destacam a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança, o Relatório Anual CVM, o Relatório Anual do TCU e o Relatório de Sustentabilidade. Muitos desses documentos são novas exigências da Lei das Estatais e possibilitam maior transparência e accountability por toda a sociedade.

A implantação do Planejamento Estratégico da Companhia, a realização da 1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE), a revisão das iniciativas, projetos e indicadores estratégicos e a ação estruturante de desenho do processo de acompanhamento da Gestão Estratégica foram, também, iniciativas de grande relevância.

Em termos de Gestão de Projetos, com acompanhamento de consultoria da Fundação Getúlio Vargas, definiu-se a metodologia de Gestão de Projetos a ser utilizada na empresa, o método Canvas Project. Foi elaborada a Diretriz de Gestão de Projetos e realizado o treinamento de 50 colaboradores da Telebras em Gestão de Projetos.

Foi, também, desenvolvida e aprovada a Política de Gestão de Riscos da Companhia. Além disso, desenvolveu-se a metodologia de Gestão de Riscos com o método Canvas, semelhante ao método utilizado na Gestão de Projetos.

Por fim, foi revista a Cadeia de Valor da Telebras, a ser apresentada à administração no início de 2019. Como parte das ações de Escritório de Processos, foi realizado o treinamento de 50 colaboradores da Telebras em Gestão de Processos. Também foi implantada a ferramenta de Gestão de Fluxo de Trabalho – GFT, cedida sem ônus para a Telebras pela Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

## 12 AUDITORIA EXTERNA

Oportunamente, ressalta-se que, em consonância com o Parecer Jurídico da Controladoria-Geral da União nº 55/2012/ASJUR/CGU-PR, datado de 04 de abril de 2012, corroborado pelo Parecer Jurídico interno nº 017/2012/1200/GJRL, tendo em vista que a análise das demonstrações contábeis por auditoria independente não é considerado serviço continuado, a teor do que conceitua a Instrução Normativa/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, anualmente faz-se necessária a contratação de nova empresa especializada. Deste modo, em atenção aos termos da Instrução CVM 381/03, a Telebras esclarece que, para o exercício de 2018, contratou a empresa Maciel Auditores S/S, a qual prestou serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis, ora apresentada ao mercado.

### **13 DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE OS RELATÓRIOS DE AUDITORIA E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS –, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram:

- (I) baseados em seus conhecimentos, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, que concordam com as opiniões expressas no relatório elaborado pelos auditores da empresa Maciel Auditores S/S, emitido em 15 de fevereiro de 2019, não havendo qualquer discordância com relação às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.
  
- (II) revisaram o relatório dos referidos auditores sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, da Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS e baseados nas discussões subsequentes concordam que tais demonstrações refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao exercício apresentado.

## **14 RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES**

Na contratação dos serviços de auditoria independente, as políticas adotadas pela Companhia fundamentam-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A Maciel Auditores S/S declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

## 15 CONCLUSÃO

Conforme apresentamos ao longo deste documento, o ano de 2018 foi um ano de aumento exponencial de faturamento, êxitos em batalhas judiciais, conclusão de planos de negócios importantes, inclusão digital, atendimento de provedores com altas capacidades de transporte e definição de uma perspectiva vencedora para 2019.

Conseguimos concretizar muitos objetivos, dos quais podemos destacar o total êxito do início das operações Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), a concretização dos Centros de Operações Espaciais (COPEs) e das *gateways* (unidades em solo que asseguram a distribuição do sinal em banda larga), a definição de um plano de negócios e de parceria estratégica com a Viasat que garantissem a viabilidade econômico-financeira do SGDC, o qual, ao mesmo tempo, atendessem em sua completude as aspirações nacionais em segurança e inclusão digital, bem como os desenvolvimentos necessários para que a Telebras se adaptasse ao novo cenário iniciado pela “Lei das Estatais” (Lei nº 13.303, 30 de junho de 2016), ressaltando-se, nesse âmbito, a criação da Diretoria de Governança, o desenvolvimento do Regulamento de Licitações e Contratos da Telebras e a atualização o Regimento Interno da Telebras. As impactantes mudanças realizadas na Governança Corporativa da Companhia resultaram no crescimento superior a 300% na avaliação IG-SEST realizada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia.

Os resultados não tardaram a evidenciar-se, tudo isso em um período de crise econômica no Brasil e de quedas nos preços dos serviços de telecomunicações no mercado nacional e internacional. Nesse aspecto, deve-se registrar que os resultados apenas não foram ainda mais impressionantes em 2018 em virtude da litigância de empresas concorrentes contra a parceria estratégica firmada pela Telebras com a Viasat, que se arrastou ao longo de todo esse ano e atrasou a instalação e o faturamento dos circuitos satelitais.

As expectativas para o próximo ano são positivas. Em seu conjunto, as conquistas obtidas em 2018 nos levam a crer que este foi um ano significativo para o futuro da Telebras. A consolidação da infraestrutura plena do SGDC deixa a empresa pronta para colher os benefícios de sua estratégia focada em ações resilientes, com larga escala operacional e dotados de oportunidades, via satélite, para cumprirmos as agendas do Estado e de programas sociais do Brasil. Os desafios conjunturais seguem presentes em 2019 e, apesar disso, continuaremos empenhados em ampliar as conquistas econômico-financeiras e concretizar a contínua geração de valor da companhia.

Estamos preparados para manter investimentos e continuar contribuindo para o desenvolvimento do país e dos brasileiros. O que nos mantém confiantes nessa trajetória é poder caminhar ao lado de colaboradores, fornecedores, governo, acionistas e usuários, aos quais sempre agradecemos pela confiança no sucesso de nosso trabalho.



## **Demonstrações contábeis individuais**

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRAS**

**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

## **Conteúdo**

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis de 2018 e 2017</b>	<b>2</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações do Valor Adicionado</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>12</b>
<b>Parecer do Conselho de Administração</b>	<b>86</b>
<b>Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>87</b>
<b>Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis</b>	<b>88</b>
<b>Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes</b>	<b>89</b>
<b>Parecer do Comitê de Auditoria</b>	<b>90</b>

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselho de Administração e Acionistas da  
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS  
Brasília - DF

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Telecomunicações Brasileiras S.A – TELEBRÁS (“Companhia”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Telecomunicações Brasileiras S.A – TELEBRÁS (“Companhia”)** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente. Esses assuntos foram abordados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, ao formar sua opinião sobre elas, o auditor não fornece uma opinião separada sobre os referidos assuntos.

#### **Ativo Imobilizado e Análise de Recuperabilidade (*Impairment*)**

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado no imobilizado o montante de R\$ 2.806.288 mil, conforme nota explicativa 12. A Administração avalia anualmente o risco de *impairment* de seus ativos mediante a avaliação quanto à recuperabilidade do ativo imobilizado e definição prevista para a Unidade Geradora de Caixa. O processo incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados à prestação de serviço futuro e premissas econômico financeiras como o fluxo de caixa descontado. Devido à relevância do ativo imobilizado, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos processos adotados pela Companhia, através de teste documental, análise da receita projetada,

validação da taxa de desconto utilizada e recálculo do Fluxo de Caixa Descontado contido no Plano de Negócios do Satélite.

## **Ênfase**

### **Tributos a Recuperar**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06, do montante dos Tributos a Recuperar, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 135.549 mil. Referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A, de 08 de abril de 2011 e estão atualizados pela variação da Selic até 30 de setembro de 2014 e não são objetos de compensações por parte da Telebrás. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

### **Investimentos**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, a Companhia participa do capital social da coligada Visiona Tecnologia Espacial S/A, com 49%. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 destas coligadas foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, a Companhia mantém registrado na rubrica “Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP”, no Passivo Não Circulante em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 47.431 mil, apurado a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

### **Recursos capitalizáveis**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia mantém registrado na rubrica “Recursos Capitalizáveis”, saldo de R\$ 1.874.451 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido pela União, o qual vem sendo corrigido pela taxa SELIC e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União. Em 26 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária de nº 101 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 1.331.522, autorizado pelo decreto presidencial s/nº de 19 de outubro de 2016. Ainda, de acordo com a Nota Explicativa nº 1.5, em 11 de janeiro de 2018, através da AGE 103, foi homologado o referido aumento de capital. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

### **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS**

Conforme Nota Explicativa nº 6 a companhia possui ICMS a recuperar no montante de R\$ 96.412 mil. A companhia realizou contratação de consultoria especializada para conclusão do mapeamento dos créditos tributários. Em 31 de dezembro de 2018 encontra-se pendente de conciliação o montante de R\$ 4.773 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

## **Outros Assuntos**

### **Demonstrações do Valor Adicionado**

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, individuais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Valores Correspondentes**

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de fevereiro de 2018 e não conteve qualquer modificação, mas conteve parágrafos de ênfases sobre os mesmos temas que estamos mantendo no presente relatório.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda extinguir a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1 de fevereiro de 2019.

MACIEL AUDITORES S/S  
2CRC RS 5.460/O-0 – T - SP  
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
1CRC RS 71.505/O-3 – T - SP  
Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS  
CRC RS – 59.628/O-2  
Sócio Responsável Técnico

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Balancos Patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	156.119	198.922	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	14	12.500	10.562
Contas a Receber de Clientes	5	57.314	32.965	Fornecedores	17	84.280	122.641
Tributos a Recuperar	6	81.000	97.013	Receitas Diferidas	23	36.481	-
Depósitos Judiciais	7	9.085	8.398	Tributos Indiretos	18	15.275	14.008
Dividendos a Receber	9	11.547	11.547	Empréstimos e Financiamentos	22	-	39.003
Aplicações Financeiras	10	1.985	2.015	Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	19	14.318	19.735
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	8.1	4.786	5.607	Credores por Perdas Judiciais	20	16.008	14.851
Outros Ativos Realizáveis	8.2	25.950	9.459	Outras Obrigações	24	12.817	9.554
<b>Total do Circulante</b>		<b>347.786</b>	<b>365.926</b>	<b>Total do Circulante</b>		<b>191.679</b>	<b>230.354</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
Aplicações Financeiras	10	57.965	55.572	Tributos Indiretos	18	-	434
Tributos a Recuperar	6	196.622	199.676	Empréstimos e Financiamentos	22	255.937	212.475
Depósitos Judiciais	7	32.319	32.017	Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	19	31.574	29.052
Outros Ativos Realizáveis	8.2	50.000	164	Credores por Perdas Judiciais	20	307.277	316.247
		<b>336.906</b>	<b>287.429</b>	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	15	47.431	48.254
Investimentos	11	74.086	69.193	Credores Empresas de Telecom. Processos de Cisão	25	-	48.682
Imobilizado	12	2.806.288	2.683.307	Grupamento de Ações	16	13.998	13.097
Intangível	13	20.203	19.371	Receitas Diferidas	23	492.488	607.209
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>3.237.483</b>	<b>3.059.300</b>	Recursos Capitalizáveis	21	1.874.451	1.329.601
				<b>Total do Não Circulante</b>		<b>3.023.156</b>	<b>2.605.051</b>
				<b>Patrimônio Líquido</b>	26		
				Capital Social		1.594.667	1.594.667
				Prejuízos Acumulados		(1.238.288)	(1.013.437)
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		14.166	8.702
				Ações em Tesouraria		(111)	(111)
				<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>370.434</b>	<b>589.821</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.585.269</b>	<b>3.425.226</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>3.585.269</b>	<b>3.425.226</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Demonstrações do Resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	27	<b>199.652</b>	<b>73.293</b>
Custos dos Serviços Prestados	28	(317.886)	(193.246)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>(118.234)</b>	<b>(119.953)</b>
<b>Receitas / (Despesas) Operacionais</b>		<b>(71.261)</b>	<b>(91.616)</b>
Comercialização dos Serviços	28	(26.173)	(44.278)
Despesas Gerais e Administrativas	28	(63.684)	(74.224)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	(1.716)	23.899
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	29	20.312	2.987
Outras Receitas Operacionais		33.811	15.476
Outras Despesas Operacionais		(13.499)	(12.489)
<b>Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>(189.495)</b>	<b>(211.569)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	30	<b>(35.356)</b>	<b>(32.248)</b>
Receitas Financeiras		11.615	22.972
Despesas Financeiras		(46.971)	(55.220)
<b>Prejuízo do Exercício</b>		<b>(224.851)</b>	<b>(243.817)</b>
<b>Prejuízo Básico e Diluído por Ação em Reais:</b>	26.5		
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		(4,5329)	(4,9153)
Ações Preferenciais – Básicas e diluídas		(4,5329)	(4,9153)

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis**

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	2018	2017
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(224.851)</b>	<b>(243.817)</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>5.660</b>	<b>2.219</b>
<b>Itens que poderão ser Reclassificados para o Resultado:</b>	<b>5.690</b>	<b>1.835</b>
Equivalência patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	5.690	1.809
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	26
<b>Itens que não serão Reclassificados para o Resultado:</b>	<b>(30)</b>	<b>384</b>
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(30)	384
<b>Resultado Abrangente Total</b>	<b>(219.191)</b>	<b>(241.598)</b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis**

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>263.145</u>	<u>(769.620)</u>	<u>6.483</u>	<u>(111)</u>	<u>(500.103)</u>
<b>Transações de Capital com Acionistas:</b>					
Aumento de Capital	1.331.522				1.331.522
<b>Resultados Abrangentes Total:</b>					
Prejuízo do Exercício	-	(243.817)	-	-	(243.817)
<b>Outros Resultados Abrangentes:</b>					
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	1.809	-	1.809
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	384	-	384
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	-	26	-	26
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>1.594.667</u>	<u>(1.013.437)</u>	<u>8.702</u>	<u>(111)</u>	<u>589.821</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>1.594.667</u>	<u>(1.013.437)</u>	<u>8.702</u>	<u>(111)</u>	<u>589.821</u>
<b>Resultados Abrangentes Total:</b>					
Prejuízo do Exercício	-	(224.851)	-	-	(224.851)
<b>Outros Resultados Abrangentes:</b>					
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	5.690	-	5.690
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	(30)	-	(30)
Efeito da Baixa de Investimentos - Cabos Brasil Europa S.A e EllaLink Spain S.A.	-	-	(196)	-	(196)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>1.594.667</u>	<u>(1.238.288)</u>	<u>14.166</u>	<u>(111)</u>	<u>370.434</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		Reapresentado
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
<b>Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(224.851)</b>	<b>(243.817)</b>
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação e Amortização	126.688	60.795
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.471)	601
Variação Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	5.924	4.962
Receita Diferida	(78.240)	-
Equivalência Patrimonial	1.716	(23.899)
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	45.325	27.861
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	220	16.292
Variação Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	15.993	15.620
Variação Monetária de Depósitos Judiciais	(2.511)	(2.478)
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	3.048	24.534
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(105)	(87)
Ganho na Baixa de Passivo	(15.949)	(15.607)
Perda na Baixa de Ativo	-	10.105
Reversão de Provisão de Encargos Financeiros Credores Empresas de Telecom	(32.733)	-
Receita da Alienação de Investimentos	(9.547)	-
Baixa de Ajuste de Avaliação Patrimonial - Baixa de Investimentos	(253)	-
Baixa de Valor Contábil de Investimentos	297	-
	<u><b>58.402</b></u>	<u><b>118.699</b></u>
<b>Mutações Patrimoniais:</b>		
Contas a Receber de Clientes	(27.397)	(13.342)
Tributos a Recuperar	19.067	(43.234)
Depósitos Judiciais	1.522	(152)
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	1.938	1.263
Fornecedores	27.508	54.362
Receita Recebida Antecipadamente	-	98.763
Outras Contas Ativas e Passivas	(51.780)	10.572
	<u><b>(29.142)</b></u>	<u><b>108.232</b></u>
<b>Caixa Proveniente das Atividades Operacionais</b>		
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio Recebidos	105	87
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(3.114)	(7.511)
Pagamento de Causas Judiciais - Trabalhistas e Cíveis	(7.348)	(83)
Pagamento de Acordos Judiciais - Principal	(5.344)	(5.746)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(18.592)	(15.180)
	<u><b>(34.293)</b></u>	<u><b>(28.433)</b></u>
<b>Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais</b>	<u><b>(229.884)</b></u>	<u><b>(45.319)</b></u>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(262.825)	(256.131)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	(164)
Integralização de Capital em Coligada	(995)	(1.174)
<b>Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento</b>	<u><b>(263.820)</b></u>	<u><b>(257.469)</b></u>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Recebimento de Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	450.000	218.980
Recebimento de Acionistas - Leilão de Fração de Grupamento de Ações	906	-
Pagamento a Acionistas - Fração de Grupamento de Ações	(5)	(5)
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento</b>	<u><b>450.901</b></u>	<u><b>218.975</b></u>
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<u><b>(42.803)</b></u>	<u><b>(83.813)</b></u>
<b>Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	156.119	198.922
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	198.922	282.735
<b>Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<u><b>(42.803)</b></u>	<u><b>(83.813)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - "TELEBRAS"**  
**CNPJ 00.336.701/0001-04**  
**Demonstrações do Valor Adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
		<b>Reapresentado</b>
<b>Receitas</b>	<b>217.551</b>	<b>110.657</b>
Prestação de Serviços	168.834	98.136
Outras Receitas	32.595	16.913
Construção de Ativo Próprio	19.170	20.142
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.048)	(24.534)
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(154.835)</b>	<b>(102.674)</b>
Custos dos Serviços Vendidos	(127.381)	(73.752)
Materiais	(614)	(119)
Serviços de Terceiros	(7.778)	(6.932)
Serviços Técnicos Administrativos	(10.722)	(10.174)
Perdas	(36)	(10.130)
Outras Despesas	(8.304)	(1.567)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>62.716</b>	<b>7.983</b>
<b>Retenções</b>	<b>(126.688)</b>	<b>(60.795)</b>
Depreciação	(125.226)	(58.403)
Amortização	(1.462)	(2.392)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	<b>(63.972)</b>	<b>(52.812)</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>97.107</b>	<b>41.790</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre Resultado	(1.716)	23.899
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre AAP	253	-
Receitas Financeiras	7.904	10.711
Aluguéis	90.561	7.093
Dividendos	105	87
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>33.135</b>	<b>(11.022)</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>33.135</b>	<b>(11.022)</b>
<b>Empregados</b>	<b>82.845</b>	<b>92.247</b>
Remuneração Direta	50.419	46.791
FGTS	5.301	4.579
Benefícios Sociais	11.551	10.482
Outros Encargos Sociais	14.354	13.364
Programa de Indenização por Serviços Prestados	220	16.292
Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados - PF	1.000	739
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>75.545</b>	<b>34.453</b>
Federais	24.629	6.076
Estaduais	50.541	28.128
Municipais	375	249
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>99.596</b>	<b>106.095</b>
Remuneração do Capital de Terceiros	46.137	55.131
Aluguéis, Locações e Licença de Uso	51.051	50.954
Seguros	2.408	10
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>(224.851)</b>	<b>(243.817)</b>
Prejuízos do Exercício	(224.851)	(243.817)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



## **1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS**

### **1.1 A Companhia e suas operações**

A Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Companhia ou Telebras”), sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: [www.telebras.com.br](http://www.telebras.com.br), CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), constituída em 9 de novembro de 1972, de acordo com a Lei 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis (“Telebras” ou “Companhia”).

### **1.2 Decreto nº 9.612 de 17 de dezembro de 2018**

No Diário Oficial da União (DOU) do dia 18 de dezembro de 2018 foi publicado o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que define novas disposições referentes às políticas públicas de telecomunicações.

O novo Decreto revoga o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), instituído pelo Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010. Entretanto, no art. 12, a Telebras mantém todas as atribuições estabelecidas no art. 4º do Decreto nº 7.175/2010. São elas:

- (i) Implementação da rede privativa de comunicação da administração pública federal;
- (ii) Prestação de apoio e suporte às políticas públicas de conexão à internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, tele centros comunitários e outros pontos de interesse público;
- (iii) Provisão de infraestrutura e de redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios e por entidades sem fins lucrativos; e
- (iv) Prestação de serviço de conexão à internet em banda larga para usuários finais, apenas em localidades onde inexista oferta adequada daqueles serviços.

A Telebras continua, também, usufruindo da autorização de usar, fruir, operar e manter a infraestrutura e as redes de suporte de serviços de telecomunicações de propriedade ou posse da administração pública federal. Além de ter o poder de firmar contratos de cessão na hipótese de uso de infraestrutura detida por entidade da administração pública federal indireta.

O art. 5º prevê o credenciamento de prestadoras de serviços de telecomunicações pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para atendimento às localidades remotas, às localidades com prestação inadequada e à população em situação de vulnerabilidade social.

O art. 6º faz referência à implantação de cidades digitais e inteligentes.

O Decreto também destaca que ações executadas ou em execução com fundamento no Programa Nacional de Banda Larga e no Programa Brasil Inteligente não serão prejudicadas pela entrada em vigor do novo ato.



### **1.3 Projeto SGDC - Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas**

Em 4 de maio de 2017, foi realizado com sucesso o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). O lançamento ocorreu no Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa.

O SGDC é um satélite geoestacionário de uso civil e militar, sendo até o momento o único satélite brasileiro que cobre 100% do território brasileiro em banda Ka. Fruto de uma parceria entre o MCTIC e o Ministério da Defesa, recebeu R\$ 2,7 bilhões em investimentos. Adquirido pela Telebras, tem uma banda Ka, que será utilizada para comunicações estratégicas do governo e implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) – especialmente em áreas remotas –, e uma banda X, que corresponde a 30% do investimento total do projeto, de uso exclusivo das Forças Armadas.

Em 30 de junho de 2017, a Telebras assumiu o controle total do satélite, com a operacionalização acontecendo tanto da sede da empresa, como dos Centros de Operações Espaciais do Satélite Geoestacionário, COPE – P e COPE-S, situados em Brasília e Rio de Janeiro, respectivamente.

Atualmente, o satélite SGDC está totalmente operacional, tanto na banda X quanto na banda Ka. Os equipamentos de banda base na banda Ka já estão na sua fase final de instalação nas 5 (cinco) estações de acesso (gateways). A Telebras está realizando os ajustes e alinhamentos finais para complementar a cobertura de 100% do território brasileiro.

As obras de infraestrutura das estações de controle do SGDC (COPE-P e COPE-S), localizadas em Brasília e Rio de Janeiro, já estão na fase final de implementação, de modo que a migração definitiva dos equipamentos para os prédios novos se dará no primeiro trimestre de 2019.

As Forças Armadas iniciaram suas atividades operacionais em banda X no mês de julho. A Telebras iniciou a operação comercial em abril de 2018, em parte do território brasileiro. O mês de dezembro de 2018 fechou com 65 VSAT instaladas em clientes da Telebras.

### **1.4 Contrato com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Programa GESAC**

Em 13 de dezembro de 2017, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) assinou contrato com a TELEBRAS para prestação de serviços em regime continuado de transmissão bidirecional de dados, em âmbito nacional, para atendimento do Programa GESAC.

O prazo do contrato é de 60 (sessenta) meses com início em 13 de dezembro de 2017 e encerramento em 13 de dezembro de 2022 e o valor total contratado é de R\$ 663.575. Do total do contrato, o MCTIC realizou a antecipação de R\$ 60.000, que servirá como garantia de banda do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

O objetivo principal, para o primeiro ano de contrato, é conectar milhares de escolas rurais, o que beneficiaria cerca de três milhões de alunos, além das Unidades de Fronteira do Exército, Unidades Básicas de Saúde em localidades rurais, quilombolas e mais de 200 aldeias indígenas.



O programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga - por via terrestre e satélite - a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos. O programa é coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e direcionado, prioritariamente, para comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todo o Brasil, que não têm outro meio de serem inseridas no mundo das tecnologias da informação e comunicação

Em 25 de julho de 2018, o Tribunal de Contas da União (TCU) deferiu cautelarmente o pedido de liminar em favor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - SindiTelebrasil, suspendendo a execução do contrato firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e a Telebras para a prestação dos serviços destinados ao programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão - Gesac, por meio do Contrato MCTIC 02.0040.00/2017.

Em 19 de setembro de 2018, o TCU reuniu-se em sessão ordinária com o objetivo de realizar a revisão de medida cautelar proferida em 25 de julho de 2018. Como resultado, os ministros do Tribunal de Contas da União acordaram com os seguintes pontos:

(i) reformar a cautelar adotada por meio do acórdão 1.692/2018, de maneira a diminuir a abrangência de seus efeitos e possibilitar, caso necessário, a ativação de 98 pontos, no âmbito do contrato MCTIC 02.0040.00/2017, nas localidades que fazem fronteira com a Venezuela e se encontram nas áreas de concentração Amajari, Pacaraima e Uiramutã, do estado de Roraima, e São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, do estado do Amazonas; e

(ii) manter a cautelar do acórdão 1.692/2018, para os demais pontos a serem ativados no âmbito do contrato MCTIC 02.0040.00/2017.

Em 31 de outubro de 2018, o plenário do TCU julgou o mérito do contrato e considerou lícito, de forma unânime, os termos e a modalidade de licitação aplicado ao contrato. Na decisão o TCU recomendou que as partes realizassem ajustes nas cláusulas econômico-financeiras.

Em 31 de janeiro de 2019, a Telebras e a Viasat concluíram as negociações para alteração das cláusulas econômico-financeiras, atendendo à solicitação do TCU, e assinaram termo aditivo ao acordo de compartilhamento da receita de capacidade Satelital. Em ato contínuo protocolaram o aditivo no TCU para que este realize análise das alterações realizadas.

## **1.5 Homologação do aumento de capital da Telebras**

Em 11 de janeiro de 2018, foi realizada a 103ª Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi homologado o aumento de capital da Telebras. Assim o capital social passou de R\$ 263.145 (duzentos e sessenta e três milhões, cento e quarenta e cinco mil, onze reais e oitenta e dois centavos) para R\$ 1.594.667 (um bilhão, quinhentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais), conforme aprovado na 101ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2017.

Com o aumento de capital, a Companhia emitiu 37.761.220 novas ações, sendo 29.528.808 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e oito) ações ordinárias (ON) e 8.232.412 (oito



milhões, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e doze) ações preferenciais (PN), todas sem valor nominal.

### **1.6 Contrato estratégico para uso comercial da capacidade do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) – Telebras e Viasat**

A Telebras, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), tem sua parcela de responsabilidade pública na implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), bem como os Programas do Governo Brasileiro, como o Gesac (Eletrônico Governo - Serviço de Atendimento ao Cidadão), Educação Conectada e Internet para Todos. A Telebras é proprietária do SGDC 1 – o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - o maior satélite HTS (High Throughput Satellite) com cobertura em todo o território brasileiro e áreas costeiras, com aproximadamente 58 Gbps, o que representa sozinho a soma da capacidade de todos os satélites atualmente cobrindo o Brasil. A Viasat é uma das maiores operadoras de satélites do mundo, com vasta experiência e liderança neste mercado. Com sede na cidade de Carlsbad, Califórnia, EUA, a Companhia oferece serviços de banda larga residencial, empresarial e governamental, usando seus próprios satélites.

O contrato de parceria Telebras-Viasat compreende serviços e equipamentos fornecidos pela Viasat e o uso de 100% da capacidade da banda Ka do SGDC-1, operado pela Telebras, oferecendo acesso à banda larga de qualidade em todo o Brasil. A colaboração permitirá que a Telebras desempenhe seu papel na implementação de políticas públicas, aumentando a sua eficiência tecnológica para promover a integração social e o desenvolvimento econômico no País, assegurando conectividade de banda larga rápida e acessível a todos os brasileiros, onde quer que estejam. A colaboração combinará o uso da capacidade da banda Ka do SGDC-1 com comprovada implantação de rede terrestre e de infraestrutura da Viasat e a habilidade única recentemente registrada da Viasat para oferecer serviços de banda larga acessíveis e escaláveis para comunidades onde o serviço de internet tem sido historicamente carente, ou não disponível.

Além disso, nos termos do contrato, a Viasat alavancará a rede satelital do SGDC-1 para explorar serviços de satélite para mercados empresariais e de aviação, além de lançar WiFi Hotspots e serviços residenciais habilitados via satélite para comunidades do Brasil que carecem de alta qualidade de serviços acessíveis de internet. A cooperação estratégica da Telebras-Viasat proporcionará maior competitividade ao mercado brasileiro de internet de banda larga, via satélite, à medida que a Viasat antecipar sua entrada no Brasil, gerando uma maior oferta de serviços, produtos e preços em qualquer região do País.

O modelo de contrato adotado pela Telebras atende às premissas definidas pela diretoria executiva da Companhia, aprovadas em seu Plano de Negócios. De acordo com a base jurídica, o contrato estratégico entre empresas visa explorar uma oportunidade de negócio associada à singularidade do parceiro estratégico, que é permitido pela legislação brasileira que rege as empresas estatais (Lei nº 13.303/2016, art. 28, parágrafo 3, inciso II e parágrafo 4), através de esforços conjuntos, obrigações recíprocas, completando benefícios econômicos para todas as partes, compartilhando receitas.

Os termos específicos do contrato não foram tornados públicos; no entanto, o arranjo foi fundamentado em um modelo bem sucedido de compartilhamento de receita, no qual a Telebras espera que oportunidades de mercado recém-habilitadas possam gerar mais de US\$ 1 bilhão em receitas para a empresa nos próximos 10 anos.



Os equipamentos da Viasat começaram a ser enviados para o Brasil em fevereiro de 2018.

### **1.6.1 Eventos subsequentes a assinatura do contrato**

No dia 04 de abril de 2018, a Telebras foi citada e intimada sobre a decisão proferida pela 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas, nos autos do processo nº 1001079-05.2018.4.01.3200, determinando que fosse suspensa a execução do contrato de parceria estratégica celebrado com a Viasat. A ação foi ajuizada pelas empresas Via Direta Telecomunicações por Satélite e Internet Ltda. e Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda.

Ato contínuo, a Telebras suspendeu as instalações em curso, que estavam sendo realizadas em Pacaraima/RR, em atendimento ao contrato GESAC, celebrado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações.

A suspensão da execução do contrato por determinação judicial perdurou até 16 de julho de 2018, ocasião em que a Ministra Presidente do Supremo Tribunal Federal suspendeu a decisão da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas, nos autos da Suspensão de Liminar nº 1.157/AM. A Telebras tomou ciência dessa decisão no dia 17 de julho de 2018.

Os prejuízos sofridos pela Telebras durante o período em que a decisão liminar produziu efeitos serão apurados e oportunamente cobrados judicialmente, em atenção ao disposto na legislação brasileira. Em 31 de outubro de 2018, o Tribunal de Contas da União, nos autos do processo TC nº 022.981/2018-7, julgou, após profunda análise, que o contrato de parceria estratégica é legal, atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 13.303/2016. Nesta decisão a Corte de Contas determinou apenas que as partes realizassem ajustes em cláusulas econômico-financeiras do contrato.

Em 31 de janeiro de 2019, a Telebras e a Viasat concluíram as negociações para alteração das cláusulas econômico-financeiras, atendendo à solicitação do TCU, e assinaram termo aditivo ao acordo de compartilhamento da receita de capacidade Satelital. Em ato contínuo protocolaram o aditivo no TCU para que este realize análise das alterações realizadas.

### **1.7 Permuta de participação societária nas empresas EllaLink Spain S.A. e Cabos Brasil Europa S/A por Direito Irrevogável de Uso (IRU) no Cabo Submarino a ser lançado pela empresa Ellalink Ireland (subsidiária integral da Eulalink S.L.), que interligará diretamente o Brasil à Portugal.**

A Telebras assinou em 12 de setembro de 2018, contratos de promessa de permuta da totalidade de sua participação acionária nas empresas EllaLink Spain S.A. e Cabos Brasil Europa S.A por Direito Irrevogável de Uso (IRU) do Cabo Submarino a ser lançado pela empresa Ellalink Ireland (subsidiária integral da Eulalink S.L.), que interligará diretamente o Brasil a Portugal.

A concretização da operação estava condicionada à assinatura e entrada em vigor do contrato de fornecimento de cabo entre a EllaLink Ireland e a ASN (Alcatel Submarine Networks), fornecedora do Cabo. A entrada em vigor do contrato de fornecimento ocorreu em 31 de dezembro de 2018, data em que foi cumprida a condição precedente para a operação de alienação das participações societárias nas Cabos Brasil Europa S.A e EllaLink Spain S.A.. O valor a receber pela Telebras referente à



alienação das participações societárias é de R\$ 9.547, sendo R\$ 8.702 pela participação societária na empresa Cabos Brasil Europa S.A e R\$ 845 pela participação na empresa EllaLink Spain S.A..

A operação foi oficializada em dois contratos: (1) o SPA, que formalizava a alienação das ações nas duas empresas por US\$ 2.449, sendo US\$ 2.232 correspondentes à Cabos Brasil Europa S.A e US\$ 217 correspondentes à EllaLink Spain S.A. (esta primeira fase foi finalizada em 31 de dezembro de 2018 com a remessa dos valores correspondente a alienação das ações); e (2) o contrato de IRU do espectro, que prevê a compra de 200Gbps entre Lisboa e Fortaleza, entregues 100Gbps por ano, por US\$ 1.577, e que se realizará ainda no primeiro trimestre de 2019.

Ainda faz parte da operação, a opção de compra de mais 800Gbps, por US\$ 5.020, entregues à taxa de 100Gbps por ano a partir do terceiro ano. O IRU terá a vigência de 15 anos, mas pode ser estendido por mais 10 anos, por opção da Telebras.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Contábeis Individuais, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

### **2.1 Base de preparação**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (2.2) a seguir.

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (2.3).

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2017.

#### **2.1.1 Demonstrações Contábeis Individuais**

As Demonstrações Contábeis Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.



A autorização para a emissão destas Demonstrações Contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 22 de fevereiro de 2019.

## **2.2 Resumo das principais políticas contábeis**

### **2.2.1 Moeda funcional e de apresentação**

A moeda de apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da empresa consolidada nestas Demonstrações Contábeis.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

### **2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Esta rubrica é representada pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

As aplicações financeiras são realizadas no Banco do Brasil S.A e na Caixa Econômica Federal, conforme legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal. (Nota Explicativa 4)

### **2.2.3 Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras são classificadas nas seguintes categorias: i) valor justo por meio do resultado; ii) custo amortizado; e iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo por meio do resultado, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações classificadas pelo custo amortizado são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações da categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável. (Notas Explicativas 5 e 10)

### **2.2.4 Contas a receber**

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de comunicação multimídia estão avaliadas pelo valor do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de



encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às locações e alugueis de equipamentos e meios de conexão. (Nota Explicativa 5)

### **2.2.5 Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa**

A estimativa da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é elaborado de acordo com critérios que a Administração entende serem adequados para cobrir possíveis perdas. (Nota Explicativa 5)

### **2.2.6 Investimentos**

Nas Demonstrações Contábeis Individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto (quando aplicáveis), assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis de controladas (quando aplicável) são consolidadas integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto (quando aplicável) são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. (Nota Explicativa 11)

### **2.2.7 Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando, diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados no custo inicial desses ativos. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto, são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.



A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual é revisada anualmente pela Companhia. (Nota Explicativa 12)

### **2.2.8 Intangível**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- (i) É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- (ii) A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- (iii) Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- (iv) Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- (v) O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

A Companhia possui Direitos sobre Autorizações pagos à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização teve início em julho de 2018 com a entrada em operação do satélite. (Nota Explicativa 13).

### **2.2.9 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (*Impairment test*)**

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Telebras deverá ser revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas



e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, deverá ser constituída provisão para desvalorização ajustando, o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (“UGC”) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital “The Capital Asset Pricing Model” (“CAPM”) (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

(i) **Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio (quando aplicável) é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

(ii) **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(iii) **Avaliação do valor em uso:** As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

**Receitas:** as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado;



Custos e despesas operacionais: os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e

Investimentos de capital: os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

### **2.2.10 Ajuste a valor presente**

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil (quando aplicável) são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

### **2.2.11 Instrumentos financeiros**

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4), Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 5), Aplicações financeiras (Nota Explicativa 10), Dividendos a receber (Nota Explicativa 9), Fornecedores (Nota Explicativa 17), Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 22) e Credores por Perdas Judiciais (Nota Explicativa 20), sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o Regime de Competência.

#### **2.2.11.1 Nova Classificação**

Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros, uma vez que o CPC 48 – Instrumentos Financeiros alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto.



## **2.2.11.2 Ativos financeiros**

### **2.2.11.2.1 Classificação, reconhecimento, mensuração e baixas**

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Telebras se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

### **2.2.11.2.2 Categorias**

#### **2.2.11.2.2.1 Custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros classificados pelo custo amortizado compreendem o saldo de Contas a Receber de Clientes (Nota Explicativa 5), Dividendos a Receber (Nota Explicativa 9) e Aplicações Financeira – Garantia (Nota Explicativa 10). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido.

#### **2.2.11.2.2.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros mantidos pela Companhia tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais em que, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.

Essa categoria é composta pelo saldo de Aplicações Financeiras representadas por Títulos mobiliários (Ações) de empresa de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia, que são títulos negociados em mercado ativo (Nota Explicativa 10). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

#### **2.2.11.2.2.3 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo de caixa e bancos e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.



### **2.2.11.3 Deterioração de ativos financeiros**

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

### **2.2.11.4 Passivos financeiros**

A nova norma (CPC 48/IFRS 9) não trouxe mudanças significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de mudanças no risco de crédito próprio em Outros Resultados Abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 22); fornecedores (Nota Explicativa 17); e outras contas a pagar.

### **2.2.12 Instrumentos financeiros derivativos**

A Telebras não opera com instrumentos financeiros derivativos.

### **2.2.13 Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até doze meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. (Nota Explicativa 17).

### **2.2.14 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais (quando aplicável) e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.



Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. (Nota Explicativa 22)

## **2.2.15 Provisões**

### **2.2.15.1 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais**

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos (quando cabível), sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. (Nota Explicativa 19)

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. (Nota Explicativa 30)

### **2.2.15.2 Benefícios a empregados**

#### **2.2.15.2.1 Benefícios de curto prazo**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago aos planos de bonificação, em espécie ou em participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação, em função de serviço prestado pelo empregado, que possa ser estimada de maneira confiável.

#### **2.2.15.2.2 Benefícios pós-emprego**

Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia em benefício de seus empregados são administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia conta com planos de benefícios definidos e contribuições definidas, além do Plano de Assistência Médica ao Aposentado.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios



definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando aplicável.

O ativo quando reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

### **2.2.15.3 Programa de indenização por serviços prestados (PISP)**

O programa de indenização por serviços prestados (PISP) foi constituído pela Telebrás em 1998, no contexto da privatização e reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro, com o objetivo de proporcionar suporte financeiro para os colaboradores que, em face da iminente dissolução da empresa, deveriam buscar recolocação no mercado de trabalho (Nota Explicativa 15).

O programa ainda em vigor contempla benefícios aos colaboradores, a serem concedidos quando se desligarem da empresa. O programa é constituído das seguintes vantagens, acrescidas às verbas rescisórias de praxe:

- i) indenização pecuniária: doze vezes o salário e anuênio percebidos pelo colaborador no mês de seu desligamento, acrescido de um por cento por ano de serviço prestado ao Sistema Telebrás;
- ii) indenização a alimentação: doze vezes o valor mensal do auxílio alimentação;
- iii) indenização de assistência médica: doze vezes o valor mensal de um plano de saúde; e
- iv) indenização Fundação de Seguridade Social: mensalidades do plano de seguridade social por um período de doze meses.

### **2.2.16 Demais ativos e passivos**

Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

### **2.2.17 Capital social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

#### **2.2.17.1 Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.



### **2.2.17.2 Ações preferenciais**

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

### **2.2.17.3 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo, apurado com base no estatuto social e na política de dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é destacado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como “Dividendos adicionais propostos”, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral.

### **2.2.18 Reconhecimento de receitas**

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As receitas de alugueis e locações são cobradas e registradas de acordo com as bases contratuais. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e a alugueis e locações de equipamentos e meios de conexão são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

### **2.2.19 Reconhecimento de despesas**

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

### **2.2.20 Receitas e Despesas financeiras**

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras, variação monetária sobre depósitos judiciais e outros ganhos financeiros. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, juros sobre adiantamento para futuro aumento de capital, juros sobre provisão para riscos prováveis, credores por perdas judiciais e outras transações financeiras. (Nota Explicativa 30)



### **2.2.21 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada ainda, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Administração da Companhia decidiu pela não constituição de ativo fiscal diferido até que Telebras passe a apresentar lucro tributário futuro de forma consistente. (Nota Explicativa 6).

### **2.2.22 Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. (Nota Explicativa 26.5).

### **2.2.23 Demonstrações do Valor Adicionado**

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.



## **2.2.24 Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS 7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

## **2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

### **2.3.1 Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias. (Nota Explicativa 5)

### **2.3.2 Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida**

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos estão demonstradas nas Notas Explicativas 12 e 13, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar dependendo da região onde se encontram instalados.



A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

### **2.3.3 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração**

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Contábeis.

### **2.3.4 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros**

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota Explicativa 19. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos (quando cabível). É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto, resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

### **2.3.5 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado. (Nota Explicativa 3.3)

### **2.3.6 Benefícios a pós-emprego**

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões



acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia. (Nota Explicativa 31)

## **2.4 Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas**

A Telebras adotou inicialmente a IFRS - 15 Receitas de Contratos com Clientes e a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, sem efeito material nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

### **2.4.1 IFRS 9 – Instrumentos financeiros**

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 trouxe são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado), dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiro sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, haja vista que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco de impairment ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras.

<b>Ativos / Passivos Financeiros</b>	<b>Classificação anterior</b>	<b>Classificação IFRS 9</b>
Equivalentes de Caixa	Valor Justo por meio do Resultado	Valor Justo por meio do Resultado
Caixa e Bancos	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Contas a Receber	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Dividendos a Receber	Empréstimos e Recebíveis	Custo Amortizado
Aplicações Financeiras - Garantia	Mantidas até o Vencimento	Custo Amortizado
Aplicações Financeiras (Ações)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Fornecedores	Outros Passivos Financeiros	Custo Amortizado
Empréstimos e Financiamentos	Outros Passivos Financeiros	Custo Amortizado
Credores por Acordos Judiciais	Outros Passivos Financeiros	Custo Amortizado



## **2.4.2 IFRS 15 – Receita de contratos com clientes**

Introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços, sendo que a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços adquiridos. A IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida, substituindo o IAS 18 - Receitas e interpretações relacionadas.

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Contábeis, uma vez que, as receitas provenientes de contratos com clientes já são registradas deduzidas de descontos comerciais, bonificações concedidas e outras deduções similares. Adicionalmente, não foram identificados impactos decorrentes de possível alteração do momento de reconhecimento da receita, dado que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços da Sociedade fluem para o cliente no momento da realização da transação ou na auferição do benefício do próprio serviço.

## **2.5 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas**

### **2.5.1 IFRS 16 – Operações de arrendamentos mercantil**

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. A Companhia não identificou impactos relevantes decorrentes da aplicação desta norma.

## **3. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

### **3.1. Fatores de risco**

A Administração da Companhia tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos, observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas realizadas pela Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade da Companhia.

Essa política trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos



de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

### **3.1.1. Gestão de capital**

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os seus níveis de capital de giro líquido.

### **3.1.2. Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.

#### **3.1.2.1. Inadimplência das contas a receber de clientes**

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: notificações de débito e de cobrança; política de negociação de débitos; interrupção dos serviços e negatização do cliente; inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN; e cobrança Judicial.

#### **3.1.2.2. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros**

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é administrado pela Administração da Companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente, devido às restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem, através da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil, que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nessa Resolução. Neste sentido, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

### **3.1.3. Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.



Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia. Dado isso, possíveis reduções são detectadas com antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

<b>Passivos Financeiros não Derivativos</b>	<b>Valor</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>
Fornecedores	84.280	84.280	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos (i)	282.806	0	29.547	151.956	101.303
Acordo Judicial FUNCEF	59.258	4.660	7.930	11.894	34.774
Acordo Judicial PREVI	128.478	11.478	21.392	32.088	63.520
<b>Total</b>	<b>554.822</b>	<b>100.418</b>	<b>58.869</b>	<b>195.938</b>	<b>199.597</b>

(i) Valor total dos empréstimos e financiamentos sem considerar a conta retificadora de custos da transação no valor de R\$ 26.869.

### **3.1.4. Risco de mercado**

#### **3.1.4.1. Risco de taxa de juros**

Consiste na possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, fazendo com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, e que sejam corrigidos com taxas pré-fixadas.

As principais linhas das demonstrações contábeis sujeitas a risco de taxa de juros são:

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros: Devido a limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.284/2005 para aplicação de seus recursos disponíveis para investimentos, a exposição da Companhia para este tipo de risco é baixa. Os investimentos financeiros da Companhia são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A.

#### **3.1.5. Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia vem trabalhando para ampliar e melhorar a infraestrutura de rede de fibras ópticas (*Backbone*) com vistas a ampliar sua área de atuação, bem como sua carteira de clientes corporativos. Além da rede terrestre, a Telebras também viabilizou o segmento Satelital com



a utilização do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), o qual vai potencializar a geração de receita através da prestação de serviços neste segmento.

Outro projeto de grande importância é o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais, que irá interligar a América do Sul à Europa com a transmissão de dados entre os dois continentes, que atualmente depende dos Estados Unidos da América.

Todas essas ações aliadas às ações de *marketing* têm, por objetivo, dar à Telebras o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um backbone nacional de qualidade e de tecnologias modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da companhia.

### 3.2. Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação – (IFRS 7 - IASB), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração realizou a análise de sensibilidade apenas para o instrumento financeiro de Credores por Perdas Judiciais, pois, quanto aos demais, a Administração entende que a Companhia não está exposta a riscos significativos que possam impactar de forma relevante os negócios da Telebras, como exposto nos itens acima.

Desta forma, no que se refere ao risco de elevação da inflação, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2019, o INPC será de 3,94%, conforme estimativa retirada do Sistema de Expectativa de Mercado do Banco Central do Brasil com data base de 02 de janeiro de 2019. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da Inflação	Indexador	Valor Contábil	Cenários Projetados – 31/12/2019		
			Provável	Possível 25%	Remoto 50%
			3,94%	5,01%	6,02%
<b>Credores por Acordos Judiciais</b>					
PREVI	INPC	128.478	133.540	134.918	136.206
FUNCEF	INPC	59.258	61.593	62.228	62.822
<b>Passivo Exposto</b>		<b>187.736</b>	<b>195.133</b>	<b>197.146</b>	<b>199.028</b>
<b>Efeito da Variação do INPC</b>			<b>(7.397)</b>	<b>(9.410)</b>	<b>(11.292)</b>

### 3.3. Valor justo

#### 3.3.1. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos



contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

### **3.3.2. Hierarquia do valor justo**

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non-performance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas (quando couber) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas (quando couber) devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Ativos e Passivos Financeiros	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2018		31/12/2017	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>						
Equivalentes de Caixa	VJR (i)	Nível 2	155.564	155.564	198.113	198.113
Caixa e Bancos	VJR (i)	Nível 1	555	555	809	809
<b>Custo Amortizado</b>						
Contas a Receber	Custo Amortizado		57.314	57.314	32.965	32.965
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		11.547	11.547	11.547	11.547
Aplicações Financeiras - Garantia	Custo Amortizado		57.965	57.965	55.572	55.572
<b>Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes</b>						
Aplicações Financeiras (Ações)	VJORA (ii)	Nível 1	1.985	1.985	2.015	2.015
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Custo Amortizado</b>						
Fornecedores	Custo Amortizado		84.280	84.280	122.641	121.974
Empréstimos e Financiamentos (iii)	Custo Amortizado		255.937	255.937	251.478	251.478
Credores por Acordos Judiciais	Custo Amortizado		323.285	323.285	331.098	331.098

(i) VJR – Valor justo por meio do resultado.

(ii) VJORA – Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iii) Valor total dos empréstimos e financiamentos sem considerar a conta retificadora de custos da transação no valor de R\$ 26.869.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e Banco Conta Movimento	555	809
Aplicações Financeiras	155.564	198.113
<b>Total</b>	<b>156.119</b>	<b>198.922</b>

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimentos extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil no fundo extramercado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF EXTRA COMUM.

Os fundos têm prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da empresa, e têm remunerações atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

A remuneração média dos fundos nos últimos 12 (doze) meses foi de 6,69%.

**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	31/12/2018	31/12/2017
Prestação de Serviços - Copa 2014 (i)	22.437	22.437
Serviço de Comunicação e Multimídia	63.450	36.053
<b>Total a Receber Bruto</b>	<b>85.887</b>	<b>58.490</b>
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(28.573)	(25.525)
<b>Total a Receber Líquido</b>	<b>57.314</b>	<b>32.965</b>

i) Trata-se de contas a receber referente ao contrato celebrado entre a Telebras Copa S.A (Incorporada) e o Ministério das Comunicações relativo ao Contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia. Este valor foi incorporado ao patrimônio da Telebras após a aprovação da incorporação da Telebras Copa S.A pela Telebras. Em dezembro de 2017, a Administração da Companhia incluiu o valor deste Contas a Receber na estimativa de perdas com crédito de liquidação duvidosa, por entender que não há certeza razoável quanto ao recebimento deste valor.

**5.1. Valores a receber por idade de vencimento**

A composição das contas a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>A vencer</b>	<b>36.569</b>	<b>14.580</b>
<b>Vencidos</b>	<b>49.318</b>	<b>43.910</b>
Até 30 dias	15.267	9.877
31 a 60 dias	1.488	2.633
61 a 90 dias	421	696
91 a 120 dias	1.164	732
121 a 150 dias	39	311
151 a 180 dias	246	381
Acima de 180 dias	30.693	29.280
<b>Contas a Receber - Bruto</b>	<b>85.887</b>	<b>58.490</b>
<b>Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(28.573)</b>	<b>(25.525)</b>
<b>Contas a Receber - Líquido</b>	<b>57.314</b>	<b>32.965</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía valores a receber de Entidades Governamentais representativas do Governo Federal que representavam mais de 10% das contas a receber líquidas.

**5.2. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa**

A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das perdas prováveis que possam ocorrer na cobrança dos créditos decorrentes do serviço de comunicação e multimídia, bem como da receita de alugueis e locações, que compõem a atividade principal da Companhia. A base para sua constituição tem os seguintes parâmetros: (i) contas a receber vencidas a 150 dias ou mais e que possuam valor menor ou igual a R\$ 5.000,00 (Reais) e (ii) contas a receber vencidas a 330 dias ou mais e que possuam valor maior que R\$ 5.000,00 (Reais), desde que cumpridas todas as cobranças administrativas.

A composição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa de acordo com o critério de constituição é apresentada a seguir:

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

<b>Vencimentos:</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Faixa de 150 dias	576	504
Faixa de 330 dias	27.997	25.021
<b>Total</b>	<b>28.573</b>	<b>25.525</b>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha reconhecido perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 28.573 (R\$ 25.525 em 31 de dezembro de 2017). Do total das perdas reconhecidas, R\$ 22.437 teve origem no contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014 e que teve parte do seu valor glosado pelo Ministério das Comunicações. (Nota Explicativa 5(i)).

A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da exploração das atividades.

A movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é apresentada no quadro a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(991)</b>
Adições (i)	(24.690)
Reversão de Provisão	156
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(25.525)</b>
Adições	(3.601)
Reversão de Provisão	553
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(28.573)</b>

## 6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Imposto de Renda a Recuperar/Compensar (i)	126.453	158.611
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio – JSCP	22.543	22.543
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	2.594	6.849
PIS	5.415	5.003
COFINS	24.134	23.007
FUST	19	19
FUNTELL	24	24
INSS	28	-
<b>Tributos Federais:</b>	<b>181.210</b>	<b>216.056</b>
ICMS a Recuperar	96.412	80.633
<b>Tributos Estaduais:</b>	<b>96.412</b>	<b>80.633</b>
<b>Total</b>	<b>277.622</b>	<b>296.689</b>
<b>Circulante</b>	<b>81.000</b>	<b>97.013</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>196.622</b>	<b>199.676</b>

(i) Representa o montante do Imposto de Renda a recuperar/compensar por pagamentos realizados a maior ou indevidos, retenções de órgãos públicos e retenções na fonte sobre aplicações financeiras.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Parte destes créditos inclui direitos creditícios cedidos à empresa VTUM Produções e Empreendimentos Ltda., no valor de R\$ 135.549 (R\$ 135.549 em 31 de dezembro de 2017), que faz parte do acordo firmado entre a Telebras e a VTUM e constaram de Termo de Transações e Outras Avenças. Estes créditos encontram-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº. 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº. 202/2011-A de 8 de abril de 2011 (Nota Explicativa 20.3.1) e estão atualizados pela variação da Selic até 30 de setembro de 2014 e não são objetos de compensações por parte da Telebras.

**6.1. Movimento do período**

O quadro a seguir apresenta a movimentação dos tributos a compensar e/ou a recuperar no período.

Natureza/Tributo	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Ocorrências no Período					Saldo em 31 de dezembro de 2018	
		Ingressos		Transferências	Compensações de Pagamentos	Pagamentos a Maior / Indevidos		Atualizações Monetária
		Adições	Retenções					
Pagamento a maior ou Indevido	98.832	-	-	-	-	1	-	98.833
Retenções de Órgãos Públicos	6.014	-	4.462	(6.014)	-	-	-	4.462
Retenções sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras	8.971	-	1.893	(8.790)	-	-	-	2.074
Retenção sobre Juros sobre Capital Próprio	22.550	-	13	(7)	-	-	-	22.556
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	44.788	-	-	14.811	(41.048)	-	2.521	21.072
Prejuízos Fiscais a Recuperar	135.547	-	-	-	-	-	-	135.547
Diferenças Temporárias	36.715	-	-	-	-	-	-	36.715
Provisão para Perdas - Prejuízos Fiscais e Diferenças Temporárias	(172.263)	-	-	-	-	-	-	(172.263)
<b>Subtotal - Imposto de Renda</b>	<b>181.154</b>	<b>-</b>	<b>6.368</b>	<b>-</b>	<b>(41.048)</b>	<b>1</b>	<b>2.521</b>	<b>148.996</b>
Pagamento a maior ou Indevido	327	-	-	-	-	-	-	327
Retenções de Órgãos Públicos	1.253	-	929	(1.253)	-	-	-	929
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	5.268	-	-	1.253	(5.399)	-	216	1.338
Base Negativa de CSLL	48.797	-	-	-	-	-	-	48.797
Diferenças Temporárias	13.218	-	-	-	-	-	-	13.218
Provisão para Perdas - Base Negativa CSLL e Diferenças Temporárias	(62.015)	-	-	-	-	-	-	(62.015)
<b>Subtotal - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido</b>	<b>6.848</b>	<b>-</b>	<b>929</b>	<b>-</b>	<b>(5.399)</b>	<b>-</b>	<b>216</b>	<b>2.594</b>
Retenções de Órgãos Públicos	5.003	-	41	-	(56)	-	259	5.247
Retenções sobre Serviços	-	-	91	-	-	-	-	91
Retenções sobre Ativo Imobilizado	-	-	77	-	-	-	-	77
<b>Subtotal - PIS</b>	<b>5.003</b>	<b>-</b>	<b>209</b>	<b>-</b>	<b>(56)</b>	<b>-</b>	<b>259</b>	<b>5.415</b>
Retenções de Órgãos Públicos	23.007	-	202	-	(261)	-	1.186	24.134
<b>Subtotal - COFINS</b>	<b>23.007</b>	<b>-</b>	<b>202</b>	<b>-</b>	<b>(261)</b>	<b>-</b>	<b>1.186</b>	<b>24.134</b>
Pagamento a maior ou Indevido	19	-	-	-	-	-	-	19
<b>Subtotal - FUST</b>	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19</b>
Pagamento a maior ou Indevido	24	-	-	-	-	-	-	24
<b>Subtotal - FUNTTEL</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24</b>
Pagamento a maior ou Indevido	-	-	28	-	-	-	-	28
<b>Subtotal - INSS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28</b>
Pagamento a maior ou Indevido	254	-	-	-	(2.522)	3.468	-	1.200
Pagamento Antecipado	66	-	-	-	(66)	-	-	-
Créditos sobre Compras - Serviços de Telecom	957	27.433	-	-	(23.121)	-	-	5.269
Sobre Aquisições do Imobilizado	79.289	11.385	-	(809)	-	-	-	89.865
Outras - Operações	68	10	-	-	-	-	-	78
<b>Subtotal - ICMS</b>	<b>80.634</b>	<b>38.828</b>	<b>-</b>	<b>(809)</b>	<b>(25.709)</b>	<b>3.468</b>	<b>-</b>	<b>96.412</b>
<b>TOTAL</b>	<b>296.689</b>	<b>38.828</b>	<b>7.736</b>	<b>(809)</b>	<b>(72.473)</b>	<b>3.469</b>	<b>4.182</b>	<b>277.622</b>



## 6.2. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Resultado contábil antes do IR e da CS</b>	<b>(224.851)</b>	<b>(224.851)</b>	<b>(243.817)</b>	<b>(243.817)</b>
<b>Adições/(Exclusões) Permanentes:</b>	<b>(5.757)</b>	<b>(5.757)</b>	<b>(12.945)</b>	<b>(12.945)</b>
<b>Adições permanentes</b>	<b>2.737</b>	<b>2.737</b>	<b>12.871</b>	<b>12.871</b>
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	1.716	1.716	1.748	1.748
Outras Adições	1.021	1.021	11.123	11.123
<b>Exclusões permanentes</b>	<b>(8.494)</b>	<b>(8.494)</b>	<b>(25.816)</b>	<b>(25.816)</b>
Resultado positivo de Equivalência Patrimonial	-	-	(25.647)	(25.647)
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(7.347)	(7.347)	-	-
Dividendos Recebidos	(105)	(105)	(87)	(87)
Outras Exclusões	(1.042)	(1.042)	(82)	(82)
<b>Adições/(Exclusões) Temporárias:</b>	<b>17.960</b>	<b>17.960</b>	<b>51.250</b>	<b>51.250</b>
<b>Adições temporárias:</b>	<b>24.863</b>	<b>24.863</b>	<b>51.510</b>	<b>51.510</b>
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	4.879	4.879	5.666	5.666
Provisão PISP	220	220	16.790	16.790
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	3.601	3.601	24.690	24.690
Provisões - Custeio	10.239	10.239	4.364	4.364
Outras Adições	5.924	5.924	-	-
<b>Exclusões temporárias:</b>	<b>(6.903)</b>	<b>(6.903)</b>	<b>(260)</b>	<b>(260)</b>
Reversão de Provisão PISP	-	-	(104)	(104)
Reversão de prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(6.350)	(6.350)	(156)	(156)
Outras Exclusões	(553)	(553)	-	-
<b>Base de Cálculo Negativa (Prejuízo Fiscal)</b>	<b>(212.648)</b>	<b>(212.648)</b>	<b>(205.512)</b>	<b>(205.512)</b>

## 6.3. Créditos fiscais diferidos e não registrados

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, até que a Companhia passe a apresentar lucro tributável sustentável. No quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	50.816	53.021	17.812	18.606
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	7.143	6.381	2.572	2.297
Provisão PISP	26.990	27.195	9.327	9.401
Provisões - Custeio	4.151	1.591	1.494	573
Prejuízo fiscal/base negativa	450.897	397.735	160.301	141.163
<b>Total</b>	<b>539.997</b>	<b>485.923</b>	<b>191.506</b>	<b>172.040</b>

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao imposto de renda e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável.



## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às provisões para riscos prováveis está assim distribuída:

Natureza	31/12/2018			31/12/2017		
	Vinculados	Não vinculados	Total	Vinculados	Não vinculados	Total
	(A)	(B)	(A+B)	(A)	(B)	(A+B)
Cível/Societário	4.313	34.403	38.716	3.698	32.443	36.141
Trabalhista	828	335	1.163	2.537	326	2.863
Tributária	41	1.484	1.525	38	1.373	1.411
<b>Total</b>	<b>5.182</b>	<b>36.222</b>	<b>41.404</b>	<b>6.273</b>	<b>34.142</b>	<b>40.415</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.563</b>	<b>4.522</b>	<b>9.085</b>	<b>4.081</b>	<b>4.317</b>	<b>8.398</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>619</b>	<b>31.700</b>	<b>32.319</b>	<b>2.192</b>	<b>29.825</b>	<b>32.017</b>

### 7.1. Movimento dos depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos prováveis

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>6.273</b>
Adições	7.480
Transferências entre vinculados e não vinculados	98
Baixas	(9.082)
Atualização Monetária	413
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.182</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.563</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>619</b>

### 7.2. Movimento dos depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos prováveis

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>34.142</b>
Adições	127
Transferências entre vinculados e não vinculados	(98)
Baixas	(51)
Atualização Monetária	2.102
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>36.222</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.522</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>31.700</b>

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens de provisões para riscos prováveis referem-se a diversos processos em que a Telebras figura como ré ou autora.

Do total de R\$ 36.222 em 31 de dezembro de 2018, R\$ 29.824 (R\$ 21.005 valor original quando do acordo parcial com a PREVI) refere-se a depósito realizado em litígio com a PREVI, que foi parcialmente firmado e que gerou um valor controverso em relação ao valor total para liquidação do processo. A Telebras entendeu, à época, que o valor cobrado pela PREVI era superior àquele que ela entendia como correto. Assim, efetuou um depósito judicial no valor corresponde à diferença apurada (R\$ 21.005) e avaliou o risco de perda da ação como remota.



## 8. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS

### 8.1. Valores a receber de colaboradores cedidos

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a outros Órgãos Governamentais. Os valores a receber referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13º salários.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores a receber referentes à cessão de Colaboradores da Telebras às entidades governamentais estão apresentadas no quadro a seguir:

<b>Órgãos/Entidades:</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL	1.077	2.337
Órgãos Governamentais	3.709	3.270
<b>Total</b>	<b>4.786</b>	<b>5.607</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.786</b>	<b>5.607</b>

### 8.2. Outros valores realizáveis

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Adiantamento a Fornecedores de Operação e Manutenção (i)	52.113	2.107
Cauções e Retenções	9.853	6.649
Alienação de Ativos	9.547	-
Despesas Pagas Antecipadamente	3.709	-
Adiantamento a Empregados	728	703
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	164
<b>Total</b>	<b>75.950</b>	<b>9.623</b>
<b>Circulante</b>	<b>25.950</b>	<b>9.459</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>50.000</b>	<b>164</b>

(i) inclui o valor de R\$ 50.000 correspondente ao valor adiantado a empresa Viasat Brasil Serviços de Comunicação Ltda (subsidiária da Viasat Inc.) com objetivo de acelerar o início da prestação dos serviços em banda larga conforme acordo contratual firmado entre as Companhias.

## 9. DIVIDENDOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha reconhecido direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA no montante de R\$ 11.547 (R\$ 11.547 em de dezembro de 2017).

## 10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil (i)	30.814	29.327
Fundo BB Extramercado FAE FI RF (ii)	27.151	26.245
Aplicações em Títulos Mobiliários (Ações) (iii)	1.985	2.015
<b>Total</b>	<b>59.950</b>	<b>57.587</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.985</b>	<b>2.015</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>57.965</b>	<b>55.572</b>

(i) A Telebras realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), em função de ação judicial com sentença transitada em julgado (Nota Explicativa 20).



(ii) Aplicação financeira realizada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF de acordo com a Resolução nº. 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A aplicação neste fundo tem prazo indeterminado e está vinculada ao mecanismo de garantia da operação de crédito com a FINEP até a liquidação da obrigação. A remuneração está atrelada ao índice IMA-B (Nota Explicativa 22).

(iii) Representa investimentos em Títulos mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento na Amazônia (FINAM) e que são negociados na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

## **11. INVESTIMENTOS**

### **11.1. Informações das investidas**

A Companhia detém participação societária na coligada, cuja informação é apresentada a seguir:

**VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A.** (“VISIONA” ou Coligada), Constituída em 14 de junho de 2011, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como, o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A Companhia efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.

Em dezembro de 2016, a coligada aumentou seu capital social em R\$ 55.000, com a emissão de 55.000.000 de novas ações ordinárias, mediante a capitalização de reserva de investimento para capital de giro. Desta forma, o capital social da coligada passou a totalizar um montante de R\$ 65.000 (R\$ 10.000 em 31 de dezembro de 2015), neste aumento de capital social coube à Telebras a parcela correspondente à sua participação societária de 49% do capital social, ou seja, R\$ 26.950 com emissão de 26.950.000 ações a seu favor.

Em novembro de 2018, a coligada realizou novo aumento capital social no montante de R\$ 10.000, com a emissão de 10.000.000 de novas ações ordinárias, mediante a capitalização de reserva de investimento para capital de giro. A Telebras subscreveu o valor de R\$ 4.900 e conseqüentemente teve a emissão em seu favor de 4.900.000 (quatro milhões e novecentas mil) ações ordinárias.



Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da coligada totalizou R\$ 75.000 (R\$ 65.000 em 31 de dezembro de 2017), com um total de 75.000.000 (setenta e cinco milhões) de ações ordinárias emitidas. Deste montante, a Telebras detém 36.750.000 (trinta e seis milhões e setecentos e cinquenta mil) ações.

### 11.2. Alienação de participações societárias

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia alienou suas participações societárias nas empresas Cabos Brasil Europa S.A e EllaLink Spain S.A.. A alienação destas participações faz parte da operação de permuta entre a Telebras e a EulaLink S.L, em que, a Telebras aliena suas participações societárias nestas empresas e adquire o Direito Irrevogável de Uso (IRU) no Cabo Submarino a ser lançado pela empresa Ellalink Irlanda (subsidiária integral da Eulalink S.L.), e que interligará diretamente o Brasil a Portugal.

O valor da alienação destas participações societárias totalizou R\$ 9.547, sendo, R\$ 8.702 pela participação societária na empresa Cabos Brasil Europa S.A e R\$ 845 pela participação na empresa EllaLink Spain S.A.. (Nota Explicativa 1.7)

A Telebras detinha participação societária de 35% no capital social de cada empresa.

### 11.3. Composição dos investimentos

	31/12/2018	31/12/2017
Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	74.086	69.193

### 11.4. Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS	Valor Contábil	
						31/12/2018	31/12/2017
Visiona Tecnologia Espacial S.A	75.000	156.196	49,00	49,00	31.850.000	74.086	68.715
Cabos Brasil Europa S.A	-	-	35,00	35,00	-	-	189
EllaLink Spain S.A	-	-	35,00	35,00	-	-	289
<b>Total</b>						<b>74.086</b>	<b>69.193</b>

### 11.5. Informações econômicas e financeiras resumidas

Investidas	31/12/2018			31/12/2017		Receita Líquida
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	
Visiona Tecnologia Espacial S.A	191.672	40.476	21.849	176.261	36.026	25.213
Cabos Brasil Europa S.A	-	-	-	688	148	-
EllaLink Spain S.A	-	-	-	1.650	823	-

**11.6. Resultado dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial**

Investidas	31/12/2018		31/12/2017	
	Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
Visiona Tecnologia Espacial S.A	(651)	(319)	52.341	25.647
Cabos Brasil Europa S.A (i)	(3.819)	(1.337)	(4.907)	(1.733)
EllaLink Spain S.A (i)	(173)	(60)	(44)	(15)
<b>Total</b>		<b>(1.716)</b>		<b>23.899</b>

(i) Resultado de 2018 refere-se ao apurado de janeiro a novembro de 2018, período anterior a alienação das participações societárias.

**11.7. Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial**

	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Cabos Brasil Europa S.A	EllaLink Spain S.A	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>68.715</b>	<b>189</b>	<b>289</b>	<b>69.193</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	(319)	-	(60)	(379)
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-	-	47	47
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	5.690	-	-	5.690
Aumento de Capital Social	-	-	165	165
Transferência para Constituição de Passivo	-	(189)	-	(189)
Baixa por Alienação de Investimento	-	-	(441)	(441)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>74.086</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>74.086</b>

**11.8. Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – Passivo a descoberto**

	Cabos Brasil Europa S.A
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>-</b>
Transferência para Constituição de Passivo	<b>36</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial do Período	(400)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	(236)
Aumento de Capital Social	210
Variação de Percentual de Participação	246
Baixa por Alienação de Investimento	144
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>-</b>

**11.9. Informações contábeis das coligadas****11.9.1. Visiona Tecnologia Espacial S.A**

Balço Patrimonial	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>83.011</b>	<b>24.633</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>108.661</b>	<b>151.628</b>
Realizável a Longo Prazo	14.390	16.203
Investimento	85.335	131.619
Imobilizado	3.092	3.410
Intangível	5.844	396

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Total</b>	<b>191.672</b>	<b>176.261</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante	40.355	35.910
Não Circulante	121	116
Patrimônio Líquido	151.196	140.235
<b>Total</b>	<b>191.672</b>	<b>176.261</b>

<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>21.849</b>	<b>25.213</b>
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(14.153)	(19.118)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>7.696</b>	<b>6.095</b>
Receitas/(Despesas) Operacionais	(11.587)	(19.953)
Equivalência Patrimonial	665	69.703
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(3.226)</b>	<b>55.845</b>
Resultado Financeiro	2.577	1.424
<b>Resultado antes dos Tributos</b>	<b>(649)</b>	<b>57.269</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2)	(4.928)
<b>Prejuízo do Período</b>	<b>(651)</b>	<b>52.341</b>

**11.9.2. Cabos Brasil Europa S.A**

<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>30/11/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Ativo</b>		
Circulante	436	635
Não Circulante	47	53
Imobilizado	47	53
<b>Total</b>	<b>483</b>	<b>688</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante	524	148
Não Circulante	372	
Patrimônio Líquido	(413)	540
<b>Total</b>	<b>483</b>	<b>688</b>

<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>30/11/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Receitas/(Despesas) Operacionais	(2.604)	(3.499)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.159)	(1.428)
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(3.763)</b>	<b>(4.927)</b>
Resultado Financeiro	(56)	20
<b>Resultado antes dos Tributos</b>	<b>(3.819)</b>	<b>(4.907)</b>
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(3.819)</b>	<b>(4.907)</b>

As informações de 2018 estão apresentadas até 30 de novembro de 2018, data em que até Telebras possuía participação societária na coligada.

**11.9.3. EllaLink Spain S.A**

<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>30/11/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Ativo</b>		
Circulante	2.096	1.634
Não Circulante	-	16
Realizável a Longo Prazo	-	16
<b>Total</b>	<b>2.096</b>	<b>1.650</b>
<b>Passivo</b>		

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>30/11/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Circulante	835	823
Patrimônio Líquido	1.261	827
<b>Total</b>	<b>2.096</b>	<b>1.650</b>

<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>30/11/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Receitas/(Despesas) Operacionais	(177)	(64)
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(177)</b>	<b>(64)</b>
Resultado Financeiro	22	5
<b>Resultado antes dos Tributos</b>	<b>(155)</b>	<b>(59)</b>
<b>Tributos Diferidos</b>	<b>(16)</b>	<b>15</b>
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(173)</b>	<b>(44)</b>

As informações de 2018 estão apresentadas até 30 de novembro de 2018, data em que até Telebras possuía participação societária na coligada.

## 12. IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que o valor contábil dos bens estiverem superiores aos valores de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 2.806.288 (R\$ 2.683.307 em 31 de dezembro de 2017).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia capitalizou juros sobre ativos qualificáveis no montante de R\$ 40.878 (R\$ 157.054 em 31 de dezembro de 2017), líquido dos rendimentos de aplicações financeiras dos recursos vinculados a estes ativos no montante de R\$ 3.948 (R\$ 26.363 em 31 de dezembro de 2017).

No terceiro trimestre de 2018, a Administração da Companhia entendeu que o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas Satélite (SGDC), já atendia a todas as condições para entrada em operação. Desta forma, foi realizado a mudança do “status” do satélite de “Em andamento” para “Em serviço”. Como consequência, a Telebras, através dos seus especialistas (Engenheiros), estabeleceu que a vida útil econômica do satélite será de 17 anos. O valor reconhecido do Artefato Satelital e dos equipamentos terrestres e sujeitos a depreciação até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 2.059.815. O valor da depreciação reconhecida no período de julho a dezembro de 2018 foi de R\$ 65.086.

### 12.1. Movimentação do imobilizado no exercício

	Imobilizado								
	Bens e Instalações em Serviço							Imobilizado em Andamento	Total
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equip. de Data Center	Equip. de Tecnologia de Informação	Equip. de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos		
<b>Custo de Aquisição</b>									
Saldo em 31 de dezembro de 2017	66.365	4.344	88.523	3.118	11.982	323.673	1.850	2.415.679	2.915.534
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	588.720	588.720
Transferências Internas no Imobilizado	3	48	745	-	3.403	2.092.246	-	(2.096.445)	-
Transferências para o Intangível	-	-	-	-	-	-	-	(2.230)	(2.230)

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Imobilizado								Total
	Bens e Instalações em Serviço							Imobilizado em Andamento	
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equip. de Data Center	Equip. de Tecnologia de Informação	Equip. de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos		
Capitalização de Encargos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(335.081)	(335.081)
Baixas	(1.149)	-	(324)	-	-	(2.022)	-	-	(3.495)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>65.219</b>	<b>4.392</b>	<b>88.944</b>	<b>3.118</b>	<b>15.385</b>	<b>2.413.897</b>	<b>1.850</b>	<b>570.643</b>	<b>3.163.448</b>
Depreciação Acumulada									
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(41.804)</b>	<b>(2.458)</b>	<b>(27.396)</b>	<b>(520)</b>	<b>(7.261)</b>	<b>(151.042)</b>	<b>(1.746)</b>	<b>-</b>	<b>(232.227)</b>
Depreciação e Amortização	(10.938)	(438)	(7.627)	(624)	(1.386)	(105.912)	(104)		(127.029)
Baixas	1.015	-	64	-	-	1.017	-		2.096
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(51.727)</b>	<b>(2.896)</b>	<b>(34.959)</b>	<b>(1.144)</b>	<b>(8.647)</b>	<b>(255.937)</b>	<b>(1.850)</b>	<b>-</b>	<b>(357.160)</b>
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2018	13.492	1.496	53.985	1.974	6.738	2.157.960	-	570.643	2.806.288
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2017	24.561	1.886	61.127	2.598	4.721	172.631	104	2.415.679	2.683.307
Taxa Anual de Depreciação	16,6%	10,0%	De 5,0% a 20,0%	20,0%	20,0%	De 10,0% a 20,0%	20,0%		

Em 31 de dezembro de 2018, estes ativos não apresentavam indícios de perdas ao valor recuperável. A Companhia possui bens do ativo imobilizado dados em garantias do contrato de financiamento junto à FINEP.

Com relação à penhora ou aval em defesa de processos judiciais não há bens dados em garantia.

## 12.2. Bens totalmente depreciados

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem reconhecido no imobilizado o valor de R\$ 97.062 referente a bens totalmente depreciados. Estes bens estão registrados nos seguintes grupos:

Ativos:	31/12/2018
Equipamentos de Transmissão e Comunicação de Dados	55.307
Equipamentos de Tecnologia da Informação	6.873
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	33.084
Outros Equipamentos	1.798
<b>Total</b>	<b>97.062</b>

## 12.3. Seguros

A Telebras tem contratado seguro para cobrir possíveis perdas que venham a ocorrer com o Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC. O valor contratado é USD 395.471 e tem vigência de 1 (um) ano. O valor negociado do prêmio de seguro foi de R\$ 5.134.

## 13. INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, deduzidos das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que os valores contábeis dos bens intangíveis estão superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 20.203 (R\$ 19.371 em 31 de dezembro de 2017), conforme quadro abaixo.

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Intangível			
	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Sistemas em Andamento	Total
<b>Custo de Aquisição</b>				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>21.114</b>	<b>3.946</b>	<b>6.878</b>	<b>31.938</b>
Aquisições	298	-	-	298
Transferências	2.230	-	-	2.230
Baixas	(234)	-	-	(234)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2018</b>	<b>23.408</b>	<b>3.946</b>	<b>6.878</b>	<b>34.232</b>
<b>Amortização Acumulada</b>				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(12.567)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(12.567)</b>
Amortização	(1.298)	(164)	-	(1.462)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2018</b>	<b>(13.865)</b>	<b>(164)</b>	<b>-</b>	<b>(14.029)</b>
<b>Valor Contábil em 30 de setembro de 2018</b>	<b>9.543</b>	<b>3.782</b>	<b>6.878</b>	<b>20.203</b>
<b>Valor Contábil em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>8.547</b>	<b>3.946</b>	<b>6.878</b>	<b>19.371</b>
<b>Taxa de Amortização</b>	<b>20,0%</b>			

Em 31 de dezembro de 2018, estes ativos não apresentavam indícios de perdas ao valor recuperável.

Na rubrica “Direitos sobre Autorizações” está registrado o valor pago à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização teve início em julho de 2018 com a entrada em operação do satélite

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem reconhecido no intangível o valor de R\$ 12.575 referente à licença de uso de software totalmente amortizada.

#### 14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nesta rubrica, são registradas as obrigações com pessoal, inclusive as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações (Nota Explicativa 24).

	31/12/2018	31/12/2017
Encargos Sociais a Pagar	12.490	10.551
Benefícios Sociais a Pagar	10	10
Mão-de-Obra Temporária	-	1
<b>Total</b>	<b>12.500</b>	<b>10.562</b>
<b>Circulante</b>	<b>12.500</b>	<b>10.562</b>

#### 15. PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Desde 2013, quando da definição do universo dos colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP), a Companhia mantém provisão para quitação das obrigações do Programa, no montante de R\$ 47.431 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 48.254 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação do PISP nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está apresentada no quadro a seguir:



<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>47.938</b>
Atualização de Provisão	3.037
Reversão de Provisão	(2.452)
Baixas por Pagamento no Período	(269)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>48.254</b>
Atualização de Provisão	643
Reversão de Provisão	(205)
Baixas por Pagamento no Período	(1.261)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>47.431</b>

## 16. GRUPAMENTO DE AÇÕES (Leilão de frações)

Representa os valores arrecadados com a realização dos leilões das frações de ações após o grupamento das mesmas. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$ 13.998 (R\$ 13.097 em 31 de dezembro de 2017) é composto pelos seguintes valores:

(i) R\$ 13.097 referente ao crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 3 de dezembro de 2010, e que aguarda a manifestação dos acionistas que detêm o direito de receber tais valores para que o pagamento seja realizado (conforme aviso aos acionistas - item “d” divulgado em 3 de dezembro de 2010);

(ii) R\$ 906 arrecadado na realização do leilão das sobras (frações) de ações referente ao grupamento das ações do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 2 de março de 2016. O valor arrecado será creditado aos acionistas detentores dos direitos sobre estas sobras; e

(iii) R\$ 5 referente a pagamentos realizados aos acionistas durante os nove meses de 2018.

## 17. FORNECEDORES

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de Operação	53.336	69.285
Fornecedores de Expansão	30.944	53.356
<b>Total</b>	<b>84.280</b>	<b>122.641</b>
<b>Circulante</b>	<b>84.280</b>	<b>122.641</b>

## 18. TRIBUTOS INDIRETOS

	31/12/2018	31/12/2017
COFINS	1.402	343
PIS	302	72
FUST	131	58
FUNTEL	66	29
Taxas Federais	-	1.903
Outros Tributos Federais	-	434
<b>Tributos Federais</b>	<b>1.901</b>	<b>2.839</b>
ICMS	13.274	11.571
<b>Tributos Estaduais</b>	<b>13.274</b>	<b>11.571</b>
ISS	100	32
<b>Tributos Municipais</b>	<b>100</b>	<b>32</b>
<b>Total</b>	<b>15.275</b>	<b>14.442</b>



	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>	<b>15.275</b>	<b>14.008</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>434</b>

## 19. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, e outros assuntos. Desta forma, a Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

### 19.1. Provisão para riscos prováveis

#### 19.1.1. Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais

Natureza	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(A)	(B)	(A-B)
Cível	35.189	4.313	30.876	37.762	3.698	34.064
Trabalhista	9.686	828	8.858	10.015	2.537	7.478
Tributária	1.017	41	976	1.010	38	972
<b>Total</b>	<b>45.892</b>	<b>5.182</b>	<b>40.710</b>	<b>48.787</b>	<b>6.273</b>	<b>42.514</b>
<b>Circulante</b>	<b>14.318</b>	<b>4.563</b>	<b>9.755</b>	<b>19.735</b>	<b>4.081</b>	<b>15.654</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>31.574</b>	<b>619</b>	<b>30.955</b>	<b>29.052</b>	<b>2.192</b>	<b>26.860</b>

#### 19.1.2. Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos prováveis de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações	31/12/2018			31/12/2017
	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões Líquidas	Provisão Líquida dos Depósitos Judiciais
	(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
<b>Cíveis</b>				
Illegalidade na Venda de Ações (fraude)	4.037	3.221	816	1.195
Dividendos sobre o Capital da TELEBRÁS	19.890	-	19.890	16.623
Diferença de Ações - Conversão de Debêntures	406	128	278	160
Outros Processos	10.855	963	9.892	16.086
<b>Total</b>	<b>35.188</b>	<b>4.312</b>	<b>30.876</b>	<b>34.064</b>
<b>Trabalhistas</b>				
Ganhos de Produtividade	2.771	30	2.741	2.522
Readmissão de Pessoal	-	-	-	338
Expurgos Inflacionários Multa de 40% - FGTS	211	-	211	194
Responsabilidade Subsidiária	1.416	356	1.060	1.111
Outros Processos	5.289	442	4.847	3.313
<b>Total</b>	<b>9.687</b>	<b>828</b>	<b>8.859</b>	<b>7.478</b>
<b>Tributárias</b>				
Cobrança de Tributos - Receita Federal (SRF)	1.017	42	975	972
<b>Total</b>	<b>1.017</b>	<b>42</b>	<b>975</b>	<b>972</b>



Natureza/Objeto das Ações	31/12/2018			31/12/2017
	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões Líquidas	Provisão Líquida dos Depósitos Judiciais
	(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>45.892</b>	<b>5.182</b>	<b>40.710</b>	<b>42.514</b>
<b>Circulante</b>	<b>14.318</b>	<b>4.563</b>	<b>9.755</b>	<b>15.654</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>31.574</b>	<b>619</b>	<b>30.955</b>	<b>26.860</b>

### 19.1.3. Movimentação das provisões para riscos prováveis

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>48.787</b>
Adições Líquidas	4.879
Reversão de Provisões	(6.350)
Juros Incorridos	4.534
Atualização Monetária	1.390
Baixas	(7.348)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>45.892</b>
<b>Circulante</b>	<b>14.318</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>31.574</b>

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

### 19.2. Provisão para riscos possíveis (Passivos contingentes)

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2018, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	31/12/2018	31/12/2017
Cível	76.308	38.359
Trabalhista	2.870	7.023
Tributária	25.750	25.415
<b>Total</b>	<b>104.928</b>	<b>70.797</b>

#### 19.2.1. Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes) de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações:	31/12/2018	31/12/2017
Cíveis		

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

<b>Natureza/Objeto das Ações:</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
VPA'S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	7.919	8.570
Illegalidade na Venda de Ações	3.915	3.682
Execução Fiscal	-	20.890
Processo de Cisão Sistema Telebras	18.402	
Cancelamento de Contrato Implementação PNBL	38.371	-
Outros Processos	7.701	5.217
<b>Total</b>	<b>76.308</b>	<b>38.359</b>
<b>Trabalhistas</b>		
Responsabilidade Subsidiária	420	560
Progressão Salarial	809	746
Outros Processos	1.641	5.717
<b>Total</b>	<b>2.870</b>	<b>7.023</b>
<b>Tributárias</b>		
Isenção de Imposto de Importação e IPI	24.621	24.279
Cobrança de Tributos Receita Federal (SRF)	29	28
Diversas Origens	1.100	1.108
<b>Total</b>	<b>25.750</b>	<b>25.415</b>
<b>Total Geral</b>	<b>104.928</b>	<b>70.797</b>

**20. CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS**

A Companhia tem passivos com credores que ingressaram com ações na justiça e obtiveram êxito em suas reclamações. Como efeito, a Companhia firmou acordos com estes credores para quitação destas dívidas. Em 31 de dezembro de 2018, os valores devidos em função dos acordos firmados eram os seguintes:

<b>Credores:</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Valores a Pagar (VT UM Produções e Empreendimento Ltda)	135.549	135.549
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	128.479	134.477
Acordo Judicial FUNCEF	59.257	61.072
<b>Total</b>	<b>323.285</b>	<b>331.098</b>
<b>Circulante</b>	<b>16.008</b>	<b>14.851</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>307.277</b>	<b>316.247</b>

**20.1. Movimentação do período**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>336.404</b>
Juros e Variação Monetária	15.620
Pagamento de Principal	(5.746)
Pagamento de Juros	(15.180)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>331.098</b>
Juros e Variação Monetária	16.123
Amortização de Principal	(5.344)
Pagamento de Juros	(18.592)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>323.285</b>

**20.2. Cronograma de pagamento da dívida**

<b>Anos:</b>	<b>PREVI</b>	<b>FUNCEF</b>	<b>Total</b>
2019	11.348	4.660	16.008
2020	10.696	3.965	14.661
2021	10.696	3.965	14.661
2022	10.696	3.965	14.661
2023	10.696	3.965	14.661
2024 em diante	74.346	38.738	113.084
<b>Total</b>	<b>128.478</b>	<b>59.258</b>	<b>187.736</b>

O cronograma de pagamento não inclui o acordo com a VTUM Produções e Empreendimento Ltda em função do saldo de R\$ 135.549 estar suportado pela cessão de créditos tributários (Nota Explicativa 6).

**20.3. Descrição resumida dos termos acordados****20.3.1. VT UM Produções e Empreendimentos Ltda.**

Em 14/04/1994, a VT UM Produções e Empreendimentos Ltda (“VT UM”) celebrou contrato com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.- Embratel, com a interveniência da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, tendo por objeto a prestação de serviços denominados “TV Interativa”, “Globo Economia” e “Globofax”.

Divergências comerciais e financeiras, contudo, fizeram com que a Embratel decidisse pela rescisão unilateral do contrato, o que levou a VT UM a ajuizar, em 19 de maio de 1998, ação de indenização em desfavor da Embratel e da Telebras, objetivando o ressarcimento de prejuízos e a indenização dos chamados lucros cessantes.

Após diversas decisões desfavoráveis, inclusive, e em especial por decisões oriundas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que recursos interpostos pela Telebras foram improvidos, encerrando a discussão de matéria de direito, a Telebras se viu compelida, por força de Mandado de Citação, Penhora e Avaliação, expedido em 30 de maio de 2006, pela Juíza de Direito Substituta da Décima Primeira Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, a pagar à VT UM, em 24 horas, a importância de R\$ 506.206, equivalente a 50% do valor arbitrado na sentença transitada em julgado.

Assim, a TELEBRÁS, não possuindo recursos suficientes para quitar a execução, e nem bens para oferecer à penhora, buscou, dentro da realidade processual e da legalidade, um acordo em cumprimento da decisão judicial.

Após as negociações, a empresa firmou Termo de Transação e Outras Avenças com a VT UM, para quitação do débito que englobava o valor da indenização e honorários advocatícios de sucumbência, nas seguintes condições (fato relevante publicado em 14 de junho de 2006 na Gazeta Mercantil):

(i) Pagamento em moeda corrente no valor de R\$ 95.500 que foi liquidado por meio de uma entrada de R\$ 59.500 e 40 notas promissórias no valor de R\$ 900, devidamente atualizadas pela Selic entre a data de emissão e a data do efetivo desembolso financeiro pela Telebras. Todas as notas



promissórias foram tempestivamente quitadas entre 30 de junho de 2006 e 30 de outubro de 2009 e possui termo de quitação fornecido pela VT UM.

(ii) Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios relativos a uma ação judicial movida pela TELEBRÁS contra a Telecomunicações de São Paulo S.A. (ajuizada em 30 de setembro de 2005 e em curso na 31ª Vara Cível de São Paulo), requerendo o pagamento do valor aproximado de R\$ 50.543, relativo à cobrança de taxa de aval. Este processo encontra-se suspenso por força da decisão nº 202/2011-A de 8 de abril de 2011, proferida na ACP nº 0021032-95.2011.4.01.3400 em trâmite perante a 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da ação civil pública.

(iii) Cessão à VT UM da integridade dos seus direitos creditícios de natureza tributária relativos a saldos de processos de pedidos de restituição/compensação e outros processos administrativos, dos quais 93% ainda não haviam sido homologados, conforme consignados nas Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, no valor aproximado de R\$ 107.900.

Em 30 de setembro de 2018, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a essa obrigação estava reconhecido no balanço patrimonial da Telebras no montante de R\$ 135.549 (R\$ 135.549 em 31 de dezembro de 2017). Estes direitos somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

No entanto, estes pleitos judiciais encontram-se suspensos após Decisão nº 202/2011-A de 08 de abril de 2011, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 21032-95.2011.4.01.3400, em trâmite perante a Nona Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em que são discutidas as condições impostas pelo Termo de Transação e Outras Avenças supramencionado.

### **20.3.2. Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI)**

Em 28 de outubro de 2013, a Telebras firmou Transação Parcial com a PREVI para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo de principal reconhecido em novembro de 2013 no montante de R\$ 141.416, com carência de 24 meses, será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral.

O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais e seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras a efetuar a distribuição dos dividendos com base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.

### **20.3.3. Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF)**

Em 2 de maio de 2016, a TELEBRAS finalizou acordo e protocolou, perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF, petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre a TELEBRAS e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a TELEBRAS a incorporar a



correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos devidos à Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF relativo ao exercício de 1994.

O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação era de R\$ 72.688 atualizado até 29 de fevereiro de 2016, e é composto das seguintes parcelas: R\$ 66.080 de principal e R\$ 6.608 de honorários sucumbenciais, que foi pago em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo previa entrada de 10% em 90 dias após o protocolo da petição, e o saldo remanescente, observado o período de carência de 24 meses, contados da data de referência (29 de fevereiro de 2016), com pagamento apenas dos juros, será diluído em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas. A dívida é atualizada pela variação do INPC mais juros de 5,76842907% a.a.

O acordo ainda prevê, que em caso de atraso das parcelas semestrais, incidirão juros por atraso de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, incorridos no período, e de multa de 2% sobre o valor em atraso. Havendo atraso no pagamento de uma prestação por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, reputar-se-á descumprido o presente acordo, hipótese em que ocorrerá o vencimento antecipado de toda a dívida, podendo a FUNCEF exigir o integral cumprimento da obrigação, acrescido de 10% previsto no art. 523, do CPC-Código do Processo Civil e demais despesas que se façam necessárias à cobrança da dívida remanescente, inclusive honorários advocatícios.

## 21. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R\$ 1.874.451 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.329.601 em 31 de dezembro de 2017), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante tem como origem os valores aportados pela União na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e será utilizado em futuro aumento de capital da Telebras em favor da União, conforme sua orientação.

Em 26 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária de nº. 101 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 1.331.522, que representa o valor autorizado pelo decreto presidencial s/n de 19 de outubro de 2016 e estava atualizado até 31 de julho de 2017. Em 26 de setembro de 2017 esse valor foi transferido para o patrimônio líquido por atender aos critérios de reconhecimento como um instrumento patrimonial e, em dezembro de 2017, o valor foi incorporado ao capital social da Companhia.

No exercício de 2018, a Companhia recebeu aportes da União no valor de R\$ 450.000.

O quadro a seguir apresenta a composição do saldo dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em 31 de dezembro de 2018 e a sua respectiva destinação.

Eventos	Satélite - Projeto SGDC	Prog. Nacional de Banda Larga - PNBL	Copa e Grandes Eventos	Aporte de Capital na Cabos Brasil Europa S.A	AFAC antes da Reativação da Telebras S.A	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.817.877</b>	<b>238.663</b>	<b>155.586</b>	<b>5.624</b>	<b>15.903</b>	<b>2.233.653</b>
Adiantamentos Recebidos	158.585	60.394	-	-	-	218.979
Valor Residual da Capitalização - Atualização Monetária	11.802	3.578	2.187	-	-	17.567
Atualização Monetária	162.444	16.479	10.212	558	1.230	190.923
Transferência para o Patrimônio Líquido - Principal	(628.345)	(116.420)	(101.962)	-	(7.757)	(854.484)
Transferência para o Patrimônio Líquido - Atualização Monetária	(266.208)	(137.657)	(63.796)	-	(9.376)	(477.037)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.256.155</b>	<b>65.037</b>	<b>2.227</b>	<b>6.182</b>	<b>-</b>	<b>1.329.601</b>
Adiantamentos Recebidos	329.000	121.000	-	-	-	450.000

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Eventos	Satélite - Projeto SGDC	Prog. Nacional de Banda Larga - PNBL	Copa e Grandes Eventos	Aporte de Capital na Cabos Brasil Europa S.A	AFAC antes da Reativação da Telebras S.A	Total
Atualização Monetária	87.696	6.614	143	397	-	94.850
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.672.851</b>	<b>192.651</b>	<b>2.370</b>	<b>6.579</b>	-	<b>1.874.451</b>

## 22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2018	31/12/2017
Principal	267.249	240.380
Atualização Monetária	10.459	10.459
Juros	5.098	639
<b>Total - Bruto</b>	<b>282.806</b>	<b>251.478</b>
Custo de Transação	(26.869)	-
<b>Total - Líquido do Custo de Transação</b>	<b>255.937</b>	<b>251.478</b>
<b>Circulante</b>	-	<b>39.003</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>255.937</b>	<b>212.475</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é apresentada a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>249.514</b>
Variação Monetária	1.960
Juros Incorridos no Período	7.515
Juros Pagos	(7.511)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>251.478</b>
Adição	26.869
Juros Incorridos no Período	7.573
Juros Pagos	(3.114)
Custo de Transação	(26.869)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>255.937</b>

O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 é apresentado a seguir:

Anos:	
2020	29.547
2021	50.652
2022	50.652
2023	50.652
2024	50.652
2025	50.651
<b>Total</b>	<b>282.806</b>

### 22.1. Contrato original

Em 11 de dezembro de 2014, a companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC).



A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 103.363, e as outras conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão 46/2014, de 13 de novembro de 2014.

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebras cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente centralizadora mantida junto ao Interveniante Arrecadador, Banco do Brasil S.A., que mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 (seis) meses de serviço da dívida.

## **22.2. Aditivos contratuais**

Em dezembro de 2017, a Telebras iniciou conversação com a FINEP no sentido de postergar o início da amortização do valor principal contratado. Como consequência, as partes acordaram suspender a amortização das parcelas do principal por 6 (seis) meses, sem a interrupção do pagamento dos juros compensatórios.

Em 14 de junho de 2018, a Companhia e a FINEP assinaram o segundo aditivo ao contrato, o qual estabeleceu novos prazos para o início da amortização do principal e dos juros ora interrompidos, além de novas garantias. As modificações estão assim definidas:

(i) suspensão do pagamento das parcelas de amortização do principal e dos juros no período de 15 de junho de 2018 a 15 de novembro de 2018;

(ii) Os juros apurados no período de suspensão serão capitalizados mensalmente ao saldo devedor de acordo com a metodologia de juros compostos;

(iii) A Telebras deverá constituir novas garantias idôneas e suficientes para cobrir débito, cujas características serão examinadas pela FINEP em 15 de setembro de 2018. Na hipótese de constituição até a data prevista, a FINEP poderá, a seu exclusivo critério, retomar a cobrança das parcelas de amortização do débito e dos juros sobrestados;

(iv) A Telebras deverá pagar à FINEP o valor de R\$ 5.471 a título de compensação financeira pelo período de sobrestamento, o qual será corrigido pelo mesmo indexador previsto no contrato; e

(v) O valor do principal acrescido dos juros capitalizados e do valor da compensação financeira serão pagos a partir de 15 de dezembro de 2018 em 73 parcelas.

Em 7 de dezembro de 2018, a Companhia e a FINEP acordaram um terceiro aditivo ao contrato, o qual estabeleceu a suspensão do pagamento das parcelas de amortização do débito e dos juros



compensatórios por tempo determinado, bem como a constituição de novas garantias. As modificações trazidas por este aditivo foram as seguintes:

(i) O pagamento das parcelas de amortização do débito decorrente do contrato de financiamento ficará suspensa no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de maio de 2020;

(ii) O pagamento dos juros compensatórios previstos no contrato de financiamento ficará suspenso no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de novembro de 2019;

(iii) Os juros apurados no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de novembro de 2019 serão capitalizados mensalmente ao saldo devedor, de acordo com a metodologia de cálculo de juros compostos;

(iv) Prorrogação do vencimento do contrato em 12 meses, passando de 15 de dezembro de 2024 para 15 de dezembro de 2025; e

(v) A Telebras pagará à FINEP o valor de R\$ 21.397 a título de compensação financeira pelo período de sobrestamento, cujo valor será corrigido pelo mesmo indexador previsto no contrato e pago em parcelas mensais e sucessivas, juntamente com as parcelas de amortização e juros, de 15 de junho de 2020 a 15 de dezembro de 2025.

### **22.3. Covenants**

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houver: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantias estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento, pela Financiada, das obrigações assumidas.

### **22.4. Garantias**

A Telebras estabeleceu como garantia ao financiamento, bens do ativo imobilizado e direitos creditícios do contrato firmado entre a Telebras e a empresa de Tecnologia e Informação da Previdência (DATAPREV).

## **23. RECEITAS DIFERIDAS**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha registrado o montante de R\$ 528.969 (R\$ 607.209 em 31 de dezembro de 2017), que foi repassado pelo Ministério da Defesa referente à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC).

A partir do terceiro trimestre de 2018, a Companhia passou a reconhecer no seu resultado a receita realizada referente ao serviço de locação de capacidade Satelital por serviços prestados ao Ministério de Defesa (Banda X). Esta receita será reconhecida no período de 15 (quinze) anos, conforme contrato firmado entre as partes, e o valor mensal a ser reconhecido como receita no resultado da Telebras é de R\$ 3.040.

O adiantamento realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), no valor de R\$ 60.000, recebido no ano de 2017 como antecipação por garantia de banda do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) para prestação de



serviço no âmbito do Programa GESAC foi totalmente realizado pela entrega da garantia de banda satelital no ano de 2018.

A movimentação das receitas diferidas no exercício de 2018 é apresentada no quadro a seguir:

<b>Movimentação:</b>	<b>Ministério da Defesa</b>	<b>MCTIC</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>547.209</b>	<b>60.000</b>	<b>607.209</b>
Baixa de Receita por Serviços Prestados - Banda X	(18.240)	-	(18.240)
Baixa de Receita Vinculada ao Contrato GESAC	-	(60.000)	(60.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>528.969</b>	<b>-</b>	<b>528.969</b>
Circulante	<b>36.481</b>	-	<b>36.481</b>
Não Circulante	<b>492.488</b>	-	<b>492.488</b>

## 24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Retenções Passivas Tributárias	12.540	9.311
Retenções Passivas não Tributárias	48	14
Outras Obrigações	229	229
<b>Total</b>	<b>12.817</b>	<b>9.554</b>
<b>Circulante</b>	<b>12.817</b>	<b>9.554</b>

## 25. CREDORES EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES – PROCESSO DE CISÃO

Em dezembro de 2018, a Administração da Companhia decidiu pela baixa de passivo, cujo objeto era obrigação originada do processo de cisão do Sistema Telebras. Este passivo representava obrigação constituída em decorrência do recebimento de depósitos judiciais revertidos (creditados) em favor da Telebras. O registro como passivo justificava-se tendo em vista que tais depósitos foram transferidos contabilmente para a holding (Telesp atual Telefônica) que foi criada quando do processo de cisão do Sistema Telebras mediante certas condições. Tais valores foram creditados à Telebras devido ao fato de esta ter permanecido com a titularidade das contas. Estes valores foram creditados entre os anos de 1998 e 2008 e foram atualizados com base na variação da taxa Selic até o ano de 2014, sendo que o montante do principal recebido totalizou R\$ 15.949 e o valor provisionado de encargos financeiros foi de R\$ 32.733, totalizando R\$ 48.682.

O motivo para a baixa de tal passivo deve-se ao fato de que este assunto vem sendo tratado na esfera judicial e de a Telebras ter obtido decisão favorável em duas instâncias sobre processos que tratam deste passivo. A Telebras defende em juízo a tese da prescrição ou de inexigibilidade da obrigação por meio de supressio (perda do direito em razão do não exercício de uma pretensão gerando a expectativa na outra parte de que não será exigida). Além do mais, a Companhia alega também a inexecução da obrigação a cargo da Telesp (atual Telefônica) no prazo de 90 dias da desestatização, que era de substituir as garantias prestadas pela Telebras à época da cisão.

A Gerência Jurídica emitiu um parecer informando a existência de decisão favorável à tese da Telebras em duas instâncias e avaliou o risco de perda da ação, qualificando-o como possível. Desta forma, a Administração da Companhia optou pela baixa do passivo e o consequente tratamento deste como um passivo contingente (Nota Explicativa 19.2), dentro do escopo do CPC 25 – Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingente.



Os efeitos da baixa deste passivo serão reconhecidos da seguinte forma: i) o valor principal de R\$ 15.949 será reconhecido como receita na rubrica de Outras Receitas Operacionais; e II) o valor dos encargos financeiros provisionados no valor de R\$ 32.73

## 26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 26.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era de R\$ 1.594.667, representado por ações ordinárias e preferenciais sem valor nominal.

Em 11 de janeiro de 2018, a 103ª Assembleia Geral Extraordinária homologou o aumento de capital da Telebras, que passou de R\$ 263.145 para R\$ 1.594.667, com os efeitos considerados em 31 de dezembro de 2017. O aumento representou a emissão de 37.761.220 novas ações, sendo 29.528.808 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e oito) ações ordinárias (ON) e 8.232.412 (oito milhões, duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e doze) ações preferenciais (PN), todas sem valor nominal.

#### 26.1.1. Composição acionária

A composição acionária em 31 de dezembro de 2018 está apresentada no quadro a seguir:

Ordinárias			Preferenciais			Total		
Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%
União Federal	35.130.273	89,45%	União Federal	8.171.173	79,08%	União Federal	43.301.446	87,29%
FINEP	3.231.600	8,23%	FINEP	0	0,00%	FINEP	3.231.600	6,51%
Outros	910.713	2,32%	Outros	2.161.538	20,92%	Outros	3.072.251	6,19%
Ações em Tesouraria	193	0,00%					193	0,00%
<b>Total</b>	<b>39.272.779</b>	<b>100,00%</b>	<b>Total</b>	<b>10.332.711</b>	<b>100,00%</b>	<b>Total</b>	<b>49.605.490</b>	<b>100,00%</b>

#### 26.1.2. Valor Patrimonial da ação

Componentes do Cálculo:	31/12/2018	31/12/2017
<b>Capital total em ações</b>		
Ordinárias	39.272.779	39.272.779
Preferenciais	10.332.711	10.332.711
<b>Total (A)</b>	<b>49.605.490</b>	<b>49.605.490</b>
<b>Ações em tesouraria</b>		
Ordinárias	193	193
<b>Total (B)</b>	<b>193</b>	<b>193</b>
<b>Ações em circulação</b>		
Ordinárias	39.272.586	39.272.586
Preferenciais	10.332.711	10.332.711
<b>Total (A-B)</b>	<b>49.605.297</b>	<b>49.605.297</b>
<b>Patrimônio Líquido (R\$ mil)</b>	<b>370.434</b>	<b>589.821</b>
<b>Valor Patrimonial por ação em circulação (R\$ 1,00)</b>	<b>7,4676</b>	<b>11,8903</b>

### 26.2. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são



calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976, e os preferenciais ou prioritários em conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo, a seguir, pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferencias. O saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Por deliberação dos órgãos da Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 88 §1º do estatuto social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e a existência de prejuízos acumulados – não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

### 26.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial, que incluem ganhos e perdas de instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que são representados por investimentos em ações de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam, variações cambiais decorrentes de investimento líquido em coligadas no exterior, cuja origem é o reconhecimento de forma reflexa das variações cambiais registradas nas coligadas Visiona e Cabos Brasil e de forma direta sobre o investimento na coligada EllaLink Spain S.A, em que a Telebras tem uma participação societária de 35%.

Em 31 de dezembro de 2018, os valores reconhecidos nesta rubrica referente às participações societárias nas coligadas Cabos Brasil Europa S.A e EllaLink Spain S.A foram baixados contra o resultado da Companhia, tendo em vista a alienação destas participações.

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

Movimentação	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior			Total
		Visiona	Cabos Brasil	EllaLink Spain	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(139)</b>	<b>8.645</b>	<b>170</b>	<b>26</b>	<b>8.702</b>
Ganhos/(Perdas) com Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	(30)	-	-	-	(30)
Variação Cambial sobre Investimento do Exterior Reflexa	-	5.690	(236)	-	5.454
Equivalência Patrimonial sobre Variação de Percentual de Participação	-	-	245	-	245



Movimentação	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior			Total
		Visiona	Cabos Brasil	EllaLink Spain	
Varição Cambial sobre Investimento do Exterior	-	-	-	48	48
Baixa por Alienação de Investimentos			(179)	(74)	(253)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(169)</b>	<b>14.335</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.166</b>

#### 26.4. Ações em tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria (193 ações ordinárias) corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da Telebras, ocorrida em 22 de maio de 1998.

#### 26.5. Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

##### Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

##### Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A Companhia está reapresentando o valor do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído do exercício de 2017. A reapresentação ocorre em função de o valor apresentado no exercício de 2017 ter sido divulgado considerando o cálculo proporcional da quantidade de ações emitidas, quando do aumento de capital. A reapresentação considera a quantidade total de ações emitidas e em circulação em 31 de dezembro de 2018 e tem por objetivo estabelecer uma comparação entre os períodos apresentados

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

Componentes do Cálculo:	31/12/2018	31/12/2017 Divulgado	31/12/2017 Reapresentado
<b>Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia</b>	<b>(224.851)</b>	<b>(243.817)</b>	<b>(243.817)</b>
<b>Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação</b>			
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(178.017)	(198.501)	(193.032)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(46.834)	(45.316)	(50.785)
<b>Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações)</b>			
Ações ordinárias – básicas e diluídas	39.272	12.204	39.272
Ações preferenciais – básicas e diluídas	10.332	2.786	10.332
<b>Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):</b>			
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(4,5329)	(16,2656)	(4,9153)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(4,5329)	(16,2656)	(4,9153)

**27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

<b>Origem:</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Serviço de Comunicação e Multimídia (i)	169.442	98.758
Locação de Capacidade Satelital (ii)	78.240	-
Aluguéis e Locações (iii)	12.320	7.093
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>260.002</b>	<b>105.851</b>
Tributos sobre Receita	(59.743)	(31.937)
Descontos Concedidos	(607)	(621)
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(60.350)</b>	<b>(32.558)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>199.652</b>	<b>73.293</b>

(i) O crescimento da receita de Serviço de Comunicação e Multimídia é explicado pelo reconhecimento da receita de novos contratos, principalmente DATAPREV, Ministério do Trabalho e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

(ii) A partir do terceiro trimestre de 2018, a Telebras passou a reconhecer no resultado da Companhia a receita de locação de capacidade Satelital pela utilização da Banda X pelo Ministério da Defesa. O valor será reconhecido mensalmente por um período de 15 (quinze) anos, que representa o período de utilização do satélite SGDC conforme contrato firmado entre as partes. O valor mensal a ser reconhecido é de R\$ 3.040. Também está incluso nesta rubrica, o valor de R\$ 60.000 referente à realização de receita do contrato firmado entre a Telebras e o MCTIC para prestação de serviços no âmbito do programa GESAC. Este valor se refere à entrega da reserva de banda Satelital conforme cláusula contratual. (Nota Explicativa 23)

(iii) A receita de aluguéis e locações compreende o aluguel de cabos ópticos e locação de roteadores. O crescimento é justificado pelo aumento da receita de locação de roteadores em função dos novos contratos, principalmente DATAPREV, Ministério do Trabalho e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía clientes (Entidades Governamentais representativas do Governo Federal) que contribuíram com mais de 10% da receita operacional bruta.

Todos os valores que compõem a receita operacional líquida integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

**28. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA**

<b>Custos dos Serviços Prestados</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Depreciação e Amortização	(124.400)	(58.324)
Meios de Conexão e Transmissão	(77.709)	(26.782)
Serviços de Terceiros	(49.403)	(46.330)
Compartilhamento de Instalações	(42.983)	(43.430)
Pessoal	(16.316)	(13.809)
Aluguéis, Locações e Seguros	(4.641)	(2.513)
Tributos	(2.166)	(1.416)
Material	(268)	(642)
<b>Total</b>	<b>(317.886)</b>	<b>(193.246)</b>



<b>Despesas Comerciais</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Pessoal	(18.788)	(16.559)
Serviços de Terceiros	(3.280)	(2.812)
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.048)	(24.534)
Alugueis, Locações e Seguros	(944)	(300)
Material	(77)	(44)
Depreciação e Amortização	(29)	(20)
Tributos	(7)	(9)
<b>Total</b>	<b>(26.173)</b>	<b>(44.278)</b>

<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Pessoal	(40.971)	(36.167)
Serviços de Terceiros	(14.668)	(13.741)
Alugueis, Locações e Seguros	(4.834)	(4.703)
Depreciação e Amortização	(2.259)	(2.451)
Material	(520)	(68)
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(220)	(16.922)
Tributos	(212)	(172)
<b>Total</b>	<b>(63.684)</b>	<b>(74.224)</b>

<b>Agglutinado</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Depreciação e Amortização (i)	(126.688)	(60.795)
Meios de Conexão e Transmissão (ii)	(77.709)	(26.782)
Pessoal (iii)	(76.075)	(66.535)
Serviços de Terceiros (iv)	(67.351)	(62.883)
Compartilhamento de Instalações	(42.983)	(43.430)
Alugueis, Locações e Seguros (v)	(10.419)	(7.516)
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (vi)	(3.048)	(24.534)
Tributos	(2.385)	(1.597)
Material	(865)	(754)
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP) (vii)	(220)	(16.922)
<b>Total</b>	<b>(407.743)</b>	<b>(311.748)</b>

(i) Depreciação e Amortização: O aumento é explicado pela entrada em operação no mês de julho de 2018 do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). O montante do custo sujeito a depreciação em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 2.059.815 e inclui o custo do Artefato Satelital, os equipamentos e a infraestrutura terrestre. A depreciação reconhecida no período de julho a dezembro de 2018 totalizou R\$ 65.076.

(ii) Meios de Comunicação e Transmissão: O acréscimo é justificado pela contratação de meios de conexão e transmissão (EILD) para atendimento da demanda de serviços, principalmente, aqueles vinculados aos contratos da DATAPREV e Ministério do Trabalho. No exercício de 2018, os custos com EILD totalizaram R\$ 66.369 (R\$ 11.342).

(iii) Pessoal: A variação é explicada pelos seguintes eventos: i) concessão de aumento salarial devido às promoções por mérito e antiguidade concedido em dezembro de 2018; ii) aumento do quadro de colaboradores; e iii) reconhecimento dos custos de pessoal da Gerência de Engenharia e Operação do Satélite, que até o mês de junho/18 eram capitalizados como custo de construção do satélite (projeto SGDC) e, com a entrada em operação do satélite, passaram a ser reconhecidos como Custo dos Serviços Prestados.



(iv) Serviços de Terceiros: O crescimento é explicado pelo aumento das seguintes rubricas: i) custos com manutenção da planta (R\$ 37.411 em 2018 - R\$ 33.479 em 2017), que ocorreu em decorrência de reajustes contratuais e expansão da rede; e ii) custos com energia elétrica (R\$ 7.580 em 2018 - R\$ 4.946 em 2017), em decorrência da expansão da rede e instalação das estações de acesso (gateways). Estes custos foram parcialmente amortizados pela redução dos custos com serviços de internet ligados à prestação dos serviços, que tiveram uma diminuição de R\$ 3.445 em relação aos valores reconhecidos em 2017.

(v) Aluguéis, Locações e Seguros: O aumento é explicado pelo reconhecimento dos custos com prêmio de seguro vinculado ao satélite. O valor reconhecido de competência do ano de 2018 foi de R\$ 2.140.

(vi) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa: A redução é justificada pela constituição em dezembro de 2017 de perdas estimadas no valor de R\$ 22.437. Este valor teve origem no contrato nº 10/2013-MC, cujo objeto era prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014 e que teve parte do seu valor glosado pelo Ministério das Comunicações. (Nota Explicativa 5)

(vii) Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP): A diminuição é explicada pela baixa em dezembro de 2017 de valores a receber que estavam provisionados no ativo da Companhia referente aos Colaboradores cedidos à ANATEL. O valor baixado foi de R\$ 16.475 e a justificativa para a baixa foi que este ativo não se enquadrava nos critérios de reconhecimentos de ativos, conforme CPC 00(R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, pois não havia expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, uma vez que havia incerteza quanto ao recebimento de tais valores pela Telebras.

## 29. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		
Ganho sobre Passivo	16.352	16.112
Receita da Alienação de Ativos (i)	9.547	-
Reversão de Prov. para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	6.350	104
Recuperação de Tributos	2.485	-
Multas sobre Contas a Receber	65	77
Recuperação de Depósitos Judiciais	16	620
Outras Receitas Operacionais	520	40
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais	(1.524)	(1.477)
<b>Total</b>	<b>33.811</b>	<b>15.476</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>		
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.879)	(705)
Tributos (ii)	(4.223)	(9)
Multas sobre Passivos	(2.733)	(200)
Multas sobre Tributos	(820)	(479)
Patrocínios	(479)	(648)
Perda na Baixa de Ativo Fixo	(194)	-
Pessoal	(116)	(300)
Baixa de Ativos por Perdas (iii)	(36)	(10.105)
Outras Despesas Operacionais	(19)	(43)
<b>Total</b>	<b>(13.499)</b>	<b>(12.489)</b>
<b>Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquida</b>	<b>20.312</b>	<b>2.987</b>



(i) Representa o valor recebido pela alienação das participações societárias nas empresa Cabos Brasil Europa S.A e EllaLink Spain S.A em operação de permuta, que envolveu a alienação das participações societárias nestas empresas e a aquisição de Direito Irrevogável de Uso (IRU) do Cabo Submarino a ser lançado pela empresa Ellalink Ireland (subsidiária integral da Eulalink S.L.), que interligará diretamente o Brasil a Portugal. (Nota Explicativa 1.7)

(ii) Refere-se a pagamentos de tributos devidos em função de autuações realizadas pelos físicos estaduais e regularizações em função de reescrita fiscal.

(iii) A redução é explicada pela baixa de ativos no exercício de 2017, pelo fato de que tais ativos não atendiam aos critérios de reconhecimento, pois a Administração entendeu não haver expectativas de recebimento destes ativos. As baixas foram realizadas com base no CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Os principais valores baixados tiveram origem em valores a receber de colaboradores cedidos a órgãos governamentais (R\$ 1.881) e a ANATEL (R\$ 8.150).

### 30. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receitas Financeiras</b>		
Juros/Variação Monetária sobre Tributos (i)	4.186	14.342
Juros sobre Aplicações Financeiras Temporárias	2.760	2.630
Juros sobre Depósitos Judiciais	2.512	2.478
Juros sobre Disponibilidades – Aplicações Financeiras (ii)	2.207	4.710
Juros sobre Contas a Receber	402	617
Juros sobre Capital Próprio	103	46
Descontos Financeiros sobre Passivo	23	276
Tributos sobre Receitas Financeiras	(578)	(2.127)
<b>Subtotal</b>	<b>11.615</b>	<b>22.972</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções (iii)	(52.965)	(34.548)
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(16.124)	(15.620)
Juros sobre Prov. para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.534)	(4.186)
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos (iv)	(3.840)	-
V. M. sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.390)	(776)
Juros sobre Tributos	(835)	(76)
Reversão de Provisão de Encargos Financeiros - Processo de Cisão Sistema Telebrás (v)	32.733	-
Outras Despesas Operacionais	(16)	(14)
<b>Subtotal</b>	<b>(46.971)</b>	<b>(55.220)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(35.356)</b>	<b>(32.248)</b>

(i) A diminuição é explicada pelo reconhecimento no exercício de 2017 dos juros e variação monetária sobre tributos federais a compensar e/ou a recuperar.

(ii) A redução justifica-se pela diminuição dos recursos financeiros disponíveis para aplicações financeiras.

(iii) A partir do mês de julho de 2018, o encargo financeiro gerado com a atualização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), com base na taxa SELIC, deixou de ser capitalizado e passou a impactar o resultado da Telebras. Esta mudança no tratamento dos encargos



de AFAC ocorreu pela entrada em operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

(iv) Representa os juros que deixaram de ser capitalizados em função da entrada em operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) a partir de julho de 2018.

(v) Trata-se da baixa da provisão de encargos financeiros vinculados ao passivo originado do processo de cisão do Sistema Telebras. (Nota Explicativa 25)

## **31. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

### **31.1. Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)**

A Telebras e outras empresas do antigo Sistema Telebras patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema Telebras.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “**Plano PBS-A**” e “**Planos de Patrocinadoras**”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1 de fevereiro 2000.

### **31.2. Planos patrocinados pela Telebras**

#### **31.2.1 Plano PBS - A**

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema Telebras, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31 de janeiro de 2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição, que estão sendo negociadas entre as partes interessadas. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da Telebras com as demais patrocinadoras.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no



regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento (Regulamento do PBS-A), estando vigente desde 2009, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 3.188, de 23 de novembro de 2009.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- (i) Contribuição mensal de participantes ativos sobre o salário-de-participação;
- (ii) Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com 10% sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;
- (iii) Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;
- (iv) Jóia de participantes ativos, determinada atuarialmente;
- (v) Dotações das patrocinadoras; e
- (vi) Receitas de aplicação do patrimônio.

Em 31 de dezembro de 2018, o plano contava com 453 assistidos, conforme apresentado abaixo:

<b>Assistidos:</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Quantidade	453	440
Idade média (anos)	74,30	73,06
Benefício médio (R\$)	7.841,67	8.321,64

### 31.2.1.1 Premissas atuariais

A premissas usada para a avaliação atuarial do plano foram as seguintes:

<b>i) Premissas Biométricas:</b>
<b>Tábua de mortalidade geral:</b> AT-2000 M desagravada em 10%
<b>Tábua de entrada em invalidez:</b> Não aplicável
<b>Tábua de mortalidade de inválidos:</b> RP-2000 Disabled feminina
<b>Tábua de serviço</b> - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.
<b>ii) Premissas Econômicas:</b>
<b>Taxa real de desconto atuarial de longo prazo:</b> 4,54%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2018, com vencimento em 2026, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo
<b>Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano:</b> 9,39%, composta pela inflação (4,14%) mais juros de 5,04% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2017, como expectativa para 2018 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
<b>Taxa nominal do custo dos juros:</b> 9,39%, composta pela inflação (4,14%) mais juros de 5,04% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2017, como expectativa para 2018 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício



<b>Taxa de Rotatividade:</b> 0,00
<b>Taxa real de crescimento salarial:</b> 0,00%
<b>Taxa real de reajuste de benefícios:</b> 0,00%
<b>Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social:</b> 0,00%
<b>Fator de Capacidade para salários:</b> 98,20%
<b>Fator de Capacidade para benefícios:</b> 98,20%
<b>Taxa esperada de inflação no longo prazo:</b> 4,12%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 31 de dezembro de 2018 e representa a expectativa de inflação para 2019.
<b>iii) Outras Premissas:</b>
Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada
Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

### 31.2.1.2 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial

Valor justo dos ativos do plano:

<b>Valor Justo dos Ativos</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Valor dos Ativos a Mercado (i)	12.654.633	11.599.815
Exigível Operacional(ii)	(29.882)	(23.442)
Exigível Contingencial (ii)	(702.685)	(659.083)
Fundos (ii)	(2.750.576)	(2.215.840)
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano</b>	<b>9.171.490</b>	<b>8.701.450</b>

(i) Valor informado pela Telebras, o qual não foi objeto de avaliações por parte deste relatório. A parte relativa à Telebras no plano PBS-A é de 8,61%.

(ii) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

<b>Investimentos</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Renda Variável	0,72%	1,44%
Renda Fixa	94,24%	92,83%
Investimentos Estruturados	0,03%	0,19%
Investimentos em Imóveis	4,26%	4,66%
Empréstimos a Participantes	0,75%	0,88%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício</b>	<b>749.444</b>	<b>752.359</b>
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	70.363	82.871
Benefícios Pagos pelo Fundo	(51.944)	(50.957)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	22.091	(34.829)
<b>Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício</b>	<b>789.954</b>	<b>749.444</b>

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício</b>	<b>602.773</b>	<b>578.207</b>
Custo dos Juros	56.593	63.689
Benefícios Pagos pelo Fundo	(51.944)	(50.957)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre Obrigação Atuarial	89.314	11.834
<b>Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Final do Exercício</b>	<b>696.736</b>	<b>602.773</b>



A composição dos ganhos e perdas atuariais:

<b>Origem:</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre a Obrigação	(89.314)	(11.834)
Ganhos/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	22.091	(34.829)
<b>Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício</b>	<b>(67.223)</b>	<b>(46.663)</b>

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

<b>Receitas/Despesas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Custo dos Juros	(56.593)	(63.689)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	70.363	82.871
<b>Resultado</b>	<b>13.770</b>	<b>19.182</b>

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

<b>Resultado do Plano</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Valor Justo dos Ativos do Plano	789.954	749.444
Valor Presente da Obrigação	(699.736)	(602.773)
<b>Superávit</b>	<b>90.218</b>	<b>146.671</b>

Movimentação do (Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Balanço:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício	<b>146.671</b>	<b>174.152</b>
Despesas do ano	13.770	19.182
(Perdas)/Ganhos Atuariais do Exercício	(67.223)	(46.663)
<b>(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício</b>	<b>93.218</b>	<b>146.671</b>

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2019 é a seguinte:

<b>Receita/Despesas Estimadas</b>	<b>31/12/2018</b>
Juros sobre Obrigações Atuariais	(61.641)
Rendimento esperado dos Ativos	69.888
<b>Resultado</b>	<b>8.247</b>

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$696.736 e ativo líquido de R\$789.954, tendo como resultado o excedente atuarial de R\$93.218, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor. Como se trata de plano de benefícios patrocinado por diversas empresas, os números aqui registrados se referem unicamente à Telebrás e foram calculados considerando-se a proporção das reservas matemáticas dessa patrocinadora no montante total das provisões matemáticas.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora Telebras, dentro do que preconiza o CPC 33(R1), somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superávit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CGPC nº 26/2008, vigente da data da avaliação atuarial.



### **31.2.2 Plano PBS - Telebras**

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da Telebras e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da Telebras.

Em 26 de setembro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-Telebras, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24 abril de 2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-Telebras passou a ter um capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da Telebras, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, é realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria idade, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, abono anual, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- (i) Contribuições mensais, de participantes ativos sobre o salário-de-participação;
- (ii) Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com percentual a ser fixado anualmente no plano de custeio, incidente sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;
- (iii) Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;
- (iv) Contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas nas contribuições normais;
- (v) Joia de participantes ativos, determinada atuarialmente;
- (vi) Dotação da patrocinadora; e
- (vii) Receitas de aplicação do patrimônio.

O plano de benefícios PBS Telebras contava, em 31 de dezembro de 2018 com 16 participantes ativos e 100 assistidos, conforme apresentado abaixo.



Participantes/Assistidos	Participantes			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Quantidade	16	100	18	98
Idade média (anos)	61,44	68,4	61,37	66,71
Tempo de serviço médio (anos)	38,25	-	38,35	-
Salário médio (R\$)	10.488,78	-	11.250,24	-
Benefício médio (R\$)	-	14.098,27	-	8.091,81

### 31.2.2.1 Premissas atuariais

A premissas usada para a avaliação atuarial do plano foram as seguintes:

<b>i) Premissas Biométricas:</b>
<b>Tábua de mortalidade geral:</b> AT-2000 feminina
<b>Tábua de entrada em invalidez:</b> Light Fraca
<b>Tábua de mortalidade de inválidos:</b> RP-2000 Disabled feminina
<b>Tábua de serviço</b> - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos
<b>ii) Premissas Econômicas:</b>
<b>Taxa real de desconto atuarial de longo prazo:</b> 4,89%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2018, com vencimento em 2035, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo
<b>Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano:</b> 9,81%, composta pela inflação (4,14%) mais juros de 5,44% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2017, como expectativa para 2018 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
<b>Taxa nominal do custo dos juros:</b> 9,81%, composta pela inflação (4,14%) mais juros de 5,44% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2017, como expectativa para 2018 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
<b>Taxa de Rotatividade:</b> 0,00%
<b>Taxa real de crescimento salarial:</b> 1,00%
<b>Taxa real de reajuste de benefícios:</b> 0,00%
<b>Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social:</b> 0,00
<b>Fator de Capacidade para salários:</b> 98,20%
<b>Fator de Capacidade para benefícios:</b> 98,20%
<b>Taxa esperada de inflação no longo prazo:</b> 4,12%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 31 de dezembro de 2018 e representa a expectativa para 2019.
<b>Outras Premissas:</b>
Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada
Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

### 31.2.2.2 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial

Valor justo dos ativos do plano:

Valor Justo dos Ativos	31/12/2018	31/12/2017
Valor dos Ativos a Mercado	451.054	408.928
Exigível Operacional(i)	(265)	(237)
Exigível Contingencial (i)	(11.530)	(11.765)
Fundos (i)	(214.021)	(194.847)
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano</b>	<b>225.238</b>	<b>202.079</b>



(i) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

<b>Investimentos</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Renda Fixa	98,10%	98,29%
Investimentos Estruturados	1,73%	1,50%
Empréstimos a Participantes	0,17%	0,21%

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício</b>	<b>202.079</b>	<b>191.287</b>
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	19.814	20.809
Benefícios Pagos pelo Fundo	(13.161)	(11.869)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	16.506	1.852
<b>Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício</b>	<b>225.238</b>	<b>202.079</b>

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício</b>	<b>169.905</b>	<b>167.077</b>
Custo dos Juros	16.659	18.176
Custo dos Serviços	3	4
Benefícios Pagos pelo Fundo	(13.161)	(11.869)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação Atuarial	25.208	(3.483)
<b>Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Final do Exercício</b>	<b>198.614</b>	<b>169.905</b>

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

<b>Origem:</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Ganhos/(Perdas) Atuariais para ano sobre a Obrigação	(25.208)	3.483
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre os Ativos dos Plano	16.506	1.852
<b>Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício</b>	<b>(8.702)</b>	<b>5.335</b>

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

<b>Receitas/Despesas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Custo do Serviço Corrente	(3)	(3)
Custo dos Juros	(16.659)	(18.176)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	19.814	20.809
<b>Resultado</b>	<b>3.152</b>	<b>2.630</b>

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

<b>Resultado do Plano</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Valor Presente da Obrigação	(198.614)	(169.605)
Valor Justo dos Ativos do Plano	225.238	202.079
<b>Superávit</b>	<b>26.624</b>	<b>32.474</b>

Movimentação do (Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Balanço:

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício</b>	<b>32.175</b>	<b>24.210</b>
Despesas do ano	3.152	2.630
(Perdas)/Ganhos Atuariais do Exercício	(8.702)	5.335
<b>(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício</b>	<b>26.625</b>	<b>32.175</b>



As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2019 é a seguinte:

<b>Receitas/Despesas Estimadas</b>	<b>31/12/2018</b>
Juros sobre Obrigações Atuariais	(18.295)
Custo do Serviço Corrente	(3)
Rendimento esperado dos Ativos	20.748
<b>Resultado</b>	<b>2.450</b>

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 198.614 e ativo líquido de R\$ 225.238, tendo como resultado o excedente atuarial de R\$ 26.624, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora Telebras, dentro do que preconiza o CPC 33(R1), somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superávit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CGPC nº 26/2008, vigente da data da avaliação atuarial.

### **31.2.3 Plano de assistência médica ao aposentado - PAMA**

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS Assistidos e PBS Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

O plano não foi objeto de avaliação atuarial por parte da Telebras em 31 de dezembro de 2018, sendo que os valores foram extraídos do balancete da SISTEL datado de 31 de dezembro de 2018.

<b>Resultado do Plano</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Provisões Matemáticas e Fundos	3.833.019	3.665.050
Outros Exigíveis	77.101	73.373
<b>Total das provisões/fundos e outros exigíveis</b>	<b>3.910.120</b>	<b>3.738.423</b>
<b>(-) Total dos Ativos do Plano</b>	<b>3.946.183</b>	<b>3.772.311</b>
<b>(=) Superávit Acumulado</b>	<b>36.063</b>	<b>33.888</b>

### **31.2.4 Plano Telebras PREV**

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3 de dezembro de 2002, na modalidade de contribuição variável, sendo patrocinado pela Telebras, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao plano.

O plano oferece benefícios classificados nas categorias de benefícios de risco, que são custeados na modalidade de benefício definido, e benefícios programados, que são custeados pelo regime de contribuição definida.



Os benefícios de risco se referem a: (i) Auxílio-doença; (ii) Aposentadoria por Invalidez, reversível em pensão; e (iii) Pensão por morte de participante.

Os benefícios programados se referem a: (i) Aposentadoria ordinária, reversível em pensão; e (ii) Aposentadoria antecipada, reversível em pensão.

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciais Telebrás PREV, estando vigente desde 2007, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 1.722, de 22 de outubro de 2007.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

(i) Contribuições de Participante;

- a) Ordinária: mensal e obrigatória aos participantes vinculados, autopatrocinados e em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez equivalente a 2%SP + 3% (SP-PP).
- b) Adicional: de caráter facultativo ao participante Vinculado, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, em percentual múltiplo de 0,5% do Salário de Participação, e por prazo não inferior a 12 meses.
- c) Eventual: de caráter facultativo ao participante Vinculado, optante pelo Benefício Proporcional Diferido, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, no valor mínimo de 5% do teto do Salário de Participação.
- d) Contribuições para os benefícios de risco.

(ii) Contribuições de Patrocinador: mensalmente, contribuições no valor equivalente ao total das contribuições do participante Vinculado, limitadas a 8% do SP, sendo deduzido destes montantes os valores necessários à cobertura dos benefícios de risco e das despesas administrativas. A dedução relativa ao custeio dos benefícios de risco somente será praticada após a extinção dos recursos recolhidos, na data de vigência do Telebrás PREV, para a cobertura desses benefícios.

O plano de benefícios Telebrás PREV contava, em 31 de dezembro de 2018, com 330 participantes ativos e 223 assistidos.

	Participantes			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativos	Assistidos	Ativos	Assistidos
Quantidade	330	223	285	218
Idade média (anos)	47,33	65,7	48,58	65,7
Tempo de serviço médio (anos)	19,52	-	19,32	-
Salário médio (R\$)	8.853,07	-	9.381,83	-
Benefício médio (R\$)	-	5.801,20	-	5.525,73

**31.2.4.1 Premissas atuariais**

<b>i) Premissas Biométricas:</b>
<b>Tábua de mortalidade geral:</b> AT-2000 feminina
<b>Tábua de entrada em invalidez:</b> Light Fraca
<b>Tábua de mortalidade de inválidos:</b> RP-2000 Disabled feminina
<b>Tábua de serviço</b> - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.
<b>ii) Premissas Econômicas:</b>
<b>Taxa real de desconto atuarial de longo prazo:</b> 4,89%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2018, com vencimento em 2035, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo
<b>Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano:</b> 10,16%, composta pela inflação (4,14%) mais juros de 5,78% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2017, como expectativa para 2018 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
<b>Taxa nominal do custo dos juros:</b> 10,16%, composta pela inflação (4,14%) mais juros de 5,78% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2017, como expectativa para 2018 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício
<b>Taxa de Rotatividade:</b> 0%
<b>Taxa real de crescimento salarial:</b> 0,00%
<b>Taxa real de reajuste de benefícios:</b> 1,00%
<b>Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social:</b> 0,00%
<b>Fator de Capacidade para salários:</b> 98,20%
<b>Fator de Capacidade para benefícios:</b> 98,20%
<b>Taxa esperada de inflação no longo prazo:</b> 4,12%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 31 de dezembro de 2018 e representa a expectativa de inflação para 2019.
<b>iii) Outras Premissas:</b>
Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada
Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

**31.2.4.2 Valor justo dos ativos do plano e obrigação atuarial**

Valor justo dos ativos do plano:

<b>Valor Justo do Plano</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Valor dos Ativos a Mercado	915.611	767.979
Exigível Operacional(i)	(489)	(466)
Exigível contingencial (i)	(27.803)	(11.540)
Fundos (i)	(375.017)	(335.911)
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano</b>	<b>512.302</b>	<b>420.062</b>

(i) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

O quadro seguinte mostra a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento:

<b>Investimentos</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Renda Variável	0,00%	0,07%
Renda Fixa	98,11%	98,11%
Investimentos Estruturados	1,50%	1,38%
Empréstimos a Participantes	0,39%	0,44%

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício</b>	<b>420.062</b>	<b>348.515</b>
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	42.676	37.914
Contribuições Recebidas pelo Fundo	4.437	3.925
Benefícios Pagos pelo Fundo	(16.643)	(16.574)
Ganho/(Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	61.770	46.282
<b>Valor justo dos Ativos do Plano no Final do Exercício</b>	<b>512.302</b>	<b>420.062</b>

A movimentação da obrigação atuarial do plano é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Início do Exercício</b>	<b>366.805</b>	<b>346.006</b>
Custo dos Juros	37.265	37.641
Custo dos Serviços	109	90
Benefícios Pagos pelo Fundo	(16.643)	(16.574)
(Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação Atuarial	45.309	(358)
<b>Valor Presente da Obrigação Atuarial do Plano no Final do Exercício</b>	<b>432.845</b>	<b>366.805</b>

A composição dos ganhos e perdas atuariais:

Origem:	31/12/2018	31/12/2017
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre a Obrigação	(45.309)	358
Ganhos/(Perdas) Atuariais para o ano sobre os Ativos dos Plano	61.770	46.282
<b>Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício</b>	<b>16.461</b>	<b>46.640</b>

As receitas e despesas do plano no exercício foram as seguintes:

Receitas/Despesas	31/12/2018	31/12/2017
Custo do Serviço Corrente	(109)	(90)
Custo dos Juros	(37.265)	(37.641)
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	42.676	37.914
<b>Resultado</b>	<b>5.302</b>	<b>183</b>

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

Resultado do Plano	31/12/2018	31/12/2017
Valor Presente da Obrigação	(432.845)	(366.805)
Valor Justo dos Ativos do Plano	512.302	420.062
<b>Superávit</b>	<b>79.457</b>	<b>53.257</b>

Movimentação do (Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Balanço:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Início do Exercício</b>	<b>53.257</b>	<b>2.509</b>
Despesas do ano	5.302	183
Pagamento de Contribuições	4.437	3.925
Ganhos/(Perdas) Atuariais do Exercício	16.461	46.640
<b>(Passivo)/Ativo Líquido Reconhecido no Final do Exercício</b>	<b>79.457</b>	<b>53.257</b>

As despesas e receitas estimadas do plano para o exercício de 2019 é a seguinte:

Receitas/Despesas Estimadas	31/12/2018
Juros sobre Obrigações Atuariais	(39.871)
Custo do Serviço Corrente	(119)
Rendimento esperado dos Ativos	47.190
<b>Resultado</b>	<b>7.200</b>



As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 432.845 e ativo líquido de R\$ 512.302, tendo como resultado o excedente atuarial de R\$ 79.457, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora Telebras, dentro do que preconiza o CPC 33(R1), somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superávit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CGPC nº 26/2008, vigente da data da avaliação atuarial.

### 31.3. Taxas de descontos

As taxas de descontos para os planos no início do exercício (custo dos juros) e as taxas de rendimento esperada sobre os ativos dos planos estão apresentadas a seguir:

<b>Taxas:</b>	<b>Telebras PBS-A</b>	<b>PBS- Telebras</b>	<b>Telebras PREV</b>
Taxa de Desconto no Início do Exercício (Custos dos Juros)	9,39%	9,81%	10,16%
Taxa de Rendimento Esperada sobre os Ativos do Plano no Início do Exercício	9,39%	9,81%	10,16%

## 32. PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Companhia é a União, que detém 89,45% das ações ordinárias da Companhia (Nota Explicativa 26).

As transações da Companhia com sua controladora e suas coligadas são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

As transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas empresas e entidades também são apresentadas.

### 32.1. Pessoal chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

<b>Remunerações/Benefícios</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Remunerações	2.877	2.184
Benefícios de Curto Prazo	852	455
<b>Total</b>	<b>3.729</b>	<b>2.639</b>

A Companhia concede benefícios pós-emprego aos dirigentes estatutários, mas não concede aos conselheiros.

**32.2. Transações com partes relacionadas**

Balço Patrimonial	31/12/2018	31/12/2017
		Reapresentado
<b>Ativo</b>	<b>108.272</b>	<b>1.504.077</b>
<b>a) Contas a Receber de Serviços</b>	<b>63.910</b>	<b>40.862</b>
Entidades Governamentais:	45.890	38.726
Ministérios	34.804	29.538
Demais Entidades (i)	11.086	9.188
Petróleo Brasileiro S.A	188	76
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	3	6
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	93	616
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	2.709	1.333
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	15.027	105
<b>b) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(22.468)</b>	<b>(22.478)</b>
Ministérios e Demais Entidades (i)	(22.453)	(22.463)
Petróleo Brasileiro S.A	(15)	(15)
<b>c) Cauções</b>	<b>9.853</b>	<b>6.624</b>
Ministérios e Demais Entidades (i)	9.853	6.624
<b>d) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital</b>	<b>-</b>	<b>164</b>
EllaLink Spain	-	164
<b>e) Dividendos a Receber</b>	<b>11.547</b>	<b>11.547</b>
VISIONA	11.547	11.547
<b>Imobilizado</b>	<b>45.430</b>	<b>1.467.522</b>
<b>f) Capitalização Encargos de AFC</b>	<b>41.886</b>	<b>173.942</b>
União Federal	41.886	173.942
<b>g) Capitalização Encargos de Empréstimos</b>	<b>3.544</b>	<b>9.475</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	3.544	9.475
<b>h) Adiantamento a Fornecedores</b>	<b>-</b>	<b>1.284.105</b>
VISIONA	-	1.284.105
<b>Passivo</b>	<b>2.131.700</b>	<b>1.582.254</b>
<b>i) Fornecedores</b>	<b>1.312</b>	<b>1.175</b>
Centrais Elétrica de Rondônia S.A	17	10
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	478	480
Fundação Sistel de Seguridade Social	811	673
Imprensa Nacional	6	12
<b>j) Empréstimos</b>	<b>255.937</b>	<b>251.478</b>
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	255.937	251.478
<b>k) Recursos Capitalizáveis - AFAC</b>	<b>1.874.451</b>	<b>1.329.601</b>
União Federal	1.874.451	1.329.601

Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	31/12/2018	31/12/2017
		Reapresentado
<b>Despesas</b>	<b>(102.194)</b>	<b>(55.213)</b>
<b>l) Compartilhamento de Instalações</b>	<b>(30.938)</b>	<b>(31.659)</b>
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	(6.345)	(6.445)
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	(5.741)	(9.141)
Eletrobras Furnas	(7.686)	(8.222)
Petróleo Brasileiro S. A	(11.166)	(7.851)
<b>m) Meios de conexão e Transmissão</b>	<b>(14.433)</b>	<b>(11.440)</b>
Amazonas Distribuidora de Energia S. A	(27)	(37)
Centrais Elétrica de Rondônia S. A	(63)	(87)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	(8.577)	(8.667)
Eletrosul Centrais Elétricas S. A	(5.766)	(2.649)
<b>n) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(18)</b>	<b>22.434</b>

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – Telebras**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	31/12/2018	31/12/2017
		Reapresentado
Ministérios	(10)	22.441
Petróleo Brasileiro S. A	-	(15)
Entidade Governamentais	(8)	8
<b>o) Despesas financeiras - AFAC</b>	<b>(56.805)</b>	<b>(34.548)</b>
União Federal	(52.965)	(34.548)
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	(3.840)	-
<b>Receitas</b>	<b>197.024</b>	<b>45.527</b>
<b>p) Receitas de Serviços - SCM</b>	<b>113.619</b>	<b>45.448</b>
Entidades Governamentais:	83.595	34.458
Ministérios	32.812	12.361
Demais Entidades (i)	50.783	22.097
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	18.536	631
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	8.708	8.000
Petróleo Brasileiro S. A	283	86
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	1.477	866
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	29	5
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	991	1.402
<b>q) Aluguéis e Locações</b>	<b>83.405</b>	<b>79</b>
Entidades Governamentais:	78.297	78
Ministérios	78.274	30
Demais Entidades (i)	23	48
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	5.105	-
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás	3	1

(i) Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas às Forças Armadas, Secretarias vinculadas à União Federal e outros.

a) Representa os valores a receber pela prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Internet) e pelos Aluguéis e Locações de equipamentos a ministérios, entidades governamentais e empresas das quais a União seja o controlador. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado;

b) Trata-se de estimativa de perdas com crédito de liquidação duvidosa sobre o contas a receber pelo fornecimento de Serviços de Comunicações e Multimídia (SCM) e Aluguéis e Locações de Equipamentos. Do montante estimado, R\$ 22.437 refere-se ao contrato nº 10/2013-MC, celebrado entre a Telebras Copa S.A (incorporada pela Telebras) e o Ministério das Comunicações (atual MCTIC), cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia, que se encontra pendente de recebimento e passou a integrar o patrimônio da Telebras quando da incorporação da Telebras Copa;

c) Trata-se de cauções realizadas junto a órgãos públicos para prestação de serviços conforme contratos. Dentre os valores caucionados encontra-se o montante de R\$ 5.604 retido quando do contrato nº 10/2013-MC celebrado entre a Telebras Copa S.A (incorporada pela Telebras) e o Ministério das Comunicações (atual MCTIC), cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia durante a realização da Copa do Mundo de 2014;

d) Refere-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital na coligada EllaLink Spain, realizado em dezembro de 2017 no valor de € 42 (R\$ 164) e incorporado ao capital no primeiro trimestre de 2018;



- e) Trata-se de dividendos a receber referente à participação societária na coligada VISIONA;
- f) Representa encargo financeiro capitalizado dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que foram destinados à construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Este encargo tem como indexador a SELIC e é apresentado pelo seu valor bruto, ou seja, sem a dedução dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos aplicados. O valor corresponde apenas à capitalização do exercício em curso.
- g) Representa os encargos capitalizados dos recursos de empréstimos e financiamento captados junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), conforme item “j” apresentado abaixo. O valor dos encargos está apresentado pelo seu valor bruto, ou seja, sem a dedução dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos aplicados.
- h) Refere-se a adiantamentos realizados à VISIONA por serviços prestados na construção do satélite – objeto do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégicas (SGDC);
- i) Representa valores a pagar a fornecedores de bens e serviços e entidade de previdência privada;
- j) Refere-se à captação de financiamento realizado junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no valor original de R\$ 240.380 (R\$ 282.806 em 31 de dezembro de 2018, devido a aditivos acordados entre as partes) cujo objetivo foi de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC));

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial pro rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano;

Os encargos contratuais serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano;

O financiamento possui três aditivos, cujo teor se refere a alongamento do prazo para início da amortização do principal e suspensão do pagamento de juros, alteração do vencimento do contrato e estabelecimento de compensação financeira em função da prorrogação; (Nota Explicativa 22)

k) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia. Estes recursos foram aplicados na expansão e melhorias no Plano Nacional de Banda Larga, Construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), Investimentos ligados à Copa de 2014 e outros;

l) Representa os custos com compartilhamento de instalações. Estes custos incluem: Cessão de Fibras, Postes e Espaços Físicos e estão vinculados a prestações dos serviços;

m) Trata-se de custos com Meios de Conexão e Transmissão necessários à prestação dos serviços. Estes custos incluem: Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), Locação de Postes, Locação de Dutos e Condutos e Backbone;

n) Refere-se à constituição de Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa referente ao Contas a Receber pela prestação de serviços e alugueis e locações de equipamento e que não foram pagas e atendem aos critérios estabelecidos para constituição de perdas;



o) Refere-se a despesas financeiras sobre as parcelas dos recursos repassados pela União Federal sob a forma de Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) da Companhia e sobre os empréstimos e financiamentos captados junto a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), para aplicação no projeto SGDC. Sobre o financiamento FINEP incidem encargos financeiros com base na Taxa Referencial pro rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano e com possibilidade de redução em 2% (dois por cento) ao ano, em caso de não haver inadimplência. Os recursos de AFAC têm como indexador a SELIC;

p) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet). Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado; e

q) Refere-se à receita obtida com a prestação dos Serviços de Aluguéis e Locações de Equipamento e Capacidade Satelital. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado.

### 32.3. Compartilhamento de espaço físico

A Telebras e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP firmaram acordo de compartilhamento de espaço físico nos imóveis localizados nas cidades de Fortaleza (locado em nome da Telebras) e Rio de Janeiro (locado em nome da FINEP). O acordo assinado em 25 de agosto de 2018 prevê a cessão de espaço físico para acomodação de seus escritórios regionais, que considera a equivalência de espaços, serviços e toda a infraestrutura disponibilizada por uma parte à outra, sem contrapartidas adicionais. O acordo teve a anuência dos respectivos proprietários dos imóveis, que não se opuseram e não fizeram restrições quando da cessão. O acordo não prevê remuneração entre as partes pelos espaços cedidos.

## 33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

<b>Transações:</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b> <b>Reapresentado</b>
Pagamento de Tributos Federais através da Compensação de Tributos Federais Retidos	46.764	12.622
Encargos Financeiros Capitalizados (i)	45.619	183.417
Rendimentos Financeiros Capitalizados (i)	(4.606)	(26.363)
Incorporação Acervo Líquido – Telebras Copa S. A	-	28.769

i) A capitalização dos encargos financeiros, líquidos dos rendimentos vinculados aos recursos que financiaram o projeto SGDC, cessaram em junho de 2018, quando a Administração entendeu que o satélite já se encontrava em condições de operação.

## 34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2019, a Telebras e a Viasat concluíram as negociações a respeito das alterações solicitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 31 de outubro de 2018, quando foi julgado o mérito do Acordo entre as partes. Na decisão, o TCU solicitou mudanças nas cláusulas econômico-financeiras estabelecidas no Acordo. Após a conclusão das negociações, as partes assinaram o



Termo Aditivo ao Acordo de Compartilhamento de Receitas de Capacidade Satelital e protocolaram a documentação que instruiu o Termo Aditivo junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) para análise das alterações realizadas.

A Companhia manterá informados seus acionistas, o mercado e o público em geral acerca do fato acima relatado.

**Brasília DF, 22 de fevereiro de 2019**

**WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR**

Presidente

**LUIZ FERNANDO FERREIRA DA SILVA**

Diretoria Técnico-Operacional

**JOSE ORLANDO RIBEIRO CARDOSO**

Diretoria Administrativo-Financeira e de  
Relações com Investidores

**ALEX SANDRO NUNES DE MAGALHAES**

Diretoria Comercial

**RÔMULO BARBOSA**

Diretoria de Governança

**PAULO ELESBÃO LIMA DA SILVA**

Contador CRC/DF 009658/O-3

## **PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Conselho de Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, estabelecidas no artigo 142, incisos V e VI, da Lei nº 6.404, de 1976, no artigo 54, inciso VII, do Estatuto Social da Telebras e no artigo 5º, inciso III, do Regimento Interno do Conselho de Administração, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (Demonstrações Contábeis Anuais de 2018). Com base no acima especificado e considerando ainda as informações prestadas pela Diretoria da Telebras e pelos Auditores Independentes (MACIEL AUDITORES S.S), opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e determinam o encaminhamento dos documentos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, na forma estatutária e regimental acima mencionado.

Brasília/DF, 28 de fevereiro de 2019.

**Maximiliano Salvadori Martinhão**  
Presidente do Conselho  
Representante do MCTIC

**Waldemar Gonçalves Ortunho Junior**  
Conselheiro Nato  
Presidente da Telebras

**Renato Rodrigues Vieira**  
Conselheiro Representante do MPDG

**Hélio Marcos Machado Graciosa**  
Conselheiro Independente

**Márcio Barreira Campello**  
Conselheiro Representante dos Acionistas  
Preferencialistas

**Lauro Arcângelo Zanol**  
Conselheiro Representante dos  
Acionistas Minoritários Ordinarios

**André Müller Borges**  
Conselheiro Representante do MCTIC

**Fabício de Souza Duarte**  
Conselheiro Representante dos  
Empregados da Telebras

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

### **Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2018.**

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS, em cumprimento ao disposto no art. 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404, de 1976, e no art. 70, incisos II, do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2018, compostas pelos documentos: Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas; Balanços patrimoniais; Demonstrações dos resultados; Demonstrações dos resultados abrangentes; Demonstrações das mutações do patrimônio líquido; Demonstrações dos fluxos de caixa; Demonstrações do Valor Adicionado, e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Após análise e esclarecimentos apresentados pela Diretoria da Telebras e pela representante da Auditoria independente, e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes - **MACIEL AUDITORES S.S** opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia.

Adicionalmente, por unanimidade manifesta-se favorável a submissão da proposta de destinação do resultado do exercício à Assembleia Geral dos Acionistas na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2019.

**Marcelo Senna Valle Pioto**  
Presidente  
Representante do Tesouro Nacional

**Francklin Andrade Mattar Furtado**  
Conselheiro  
Representante do MCTIC

**Amir George Francis Matta**  
Conselheiro Representante dos Acionistas  
Preferencialistas

**Antônio Carlos da Silva Estevão**  
Conselheiro  
Representante dos Acionistas Ordinarios

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS –, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram:

(i) baseados em seus conhecimentos, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, que concordam com as opiniões expressas no relatório elaborado pelos Auditores Independentes Maciel Auditores S.S., não havendo qualquer discordância com relação às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(ii) revisaram o relatório dos referidos auditores sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, da Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS e baseados nas discussões subsequentes concordam que tais Demonstrações, refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

Brasília-DF, 22 fevereiro de 2019.

**WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR**  
Diretor Presidente

**Luis Fernando de Freitas Assumpção**  
Diretor Técnico-Operacional

**José Orlando Ribeiro Cardoso**  
Diretor Administrativo-Financeiro

**Rômulo Barbosa**  
Diretor de Governança

**Alex Sandro Nunes de Magalhães**  
Diretor Comercial

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento ao disposto no art. 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores das Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da - **MACIEL AUDITORES S.S.**, sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 dezembro de 2018; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Brasília/DF, 22 fevereiro de 2019.

**WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR**  
Diretor Presidente

**Luis Fernando de Freitas Assumpção**  
Diretor Técnico-Operacional

**José Orlando Ribeiro Cardoso**  
Diretor Administrativo-Financeiro

**Rômulo Barbosa**  
Diretor de Governança

**Alex Sandro Nunes de Magalhães**  
Diretor Comercial

## **PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA**

### **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do Exercício Social de 2018.**

O Comitê de Auditoria da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS, em consonância ao disposto no art. 71 do Estatuto Social da Companhia e art. 12, incisos II e III do Regimento Interno deste Comitê, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2018, compostas pelos documentos: Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas; Balanços patrimoniais; Demonstrações dos resultados; Demonstrações dos resultados abrangentes; Demonstrações das mutações do patrimônio líquido; Demonstrações dos fluxos de caixa; Demonstrações do Valor Adicionado, e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Após análise e esclarecimentos apresentados pela Diretoria da Telebras e pela representante da Auditoria independente, este Comitê de Auditoria solicitou maior detalhamento sobre o plano de negócios no que tange ao assunto relativo ao *Impairment Test* para o ativo imobilizado, no parágrafo de Principais Assuntos de Auditoria – PAA, do relatório dos auditores independentes, o que foi atendido e, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes - **MACIEL AUDITORES S.S** opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2019.

**Miguel da Silva Neubern Jr**  
Presidente

**Lourivana Lima**  
Membro

**André Luis Amaral Oliveira**  
Membro



## Declaração de Integridade

Nós, responsáveis pela Governança Corporativa da **Telebras**, buscamos trabalhar ao máximo com a integridade das informações publicadas neste Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado.

O desenvolvimento deste Relatório foi orientado pela aplicação do pensamento integrado, de forma a apresentarmos nossas estratégias, planos e informações de modo holístico.

A elaboração do documento teve como diretrizes a abordagem estratégica, a conectividade das informações, as relações com as partes interessadas – em especial com a sociedade –, a materialidade, a concisão, a confiabilidade, a completude, a coerência, a comparabilidade e a clareza das informações publicadas.

Em consonância com a *Nota de esclarecimento sobre o relatório de gestão na forma de relato integrado*<sup>1</sup>, temos que: “o relatório precisa seguir a diretriz de clareza, mediante o uso de linguagem simples e de imagens visuais, de modo a transformar informações complexas em relatórios facilmente compreensíveis”. Neste sentido, a **Telebras** elaborou esta versão do Relatório de Gestão em forma de Relato Integrado de acordo as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União e com os princípios da Estrutura Internacional de Relato Integrado.

Ao longo do documento, inserimos informações adicionais por meio de hiperlinks, referenciando outros documentos disponibilizados em nosso site.

Consideramos que este Relatório necessita de evoluir de forma que suas próximas versões estejam ainda mais alinhadas à Estrutura Internacional para Relato Integrado.

Rodrigo Martins Prates  
**Diretor de Governança**

---

<sup>1</sup> <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881F6916EECD0169303D43F41746>